



SUSTENTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NO BRASIL

EVIDÊNCIAS SOBRE O ACESSO
DAS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES
A RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS

Célia Vieira

Centro Feminista de Estudo e Assessoria



SUSTENTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NO BRASIL

EVIDÊNCIAS SOBRE O ACESSO
DAS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES
A RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS

Célia Vieira

Centro Feminista de Estudo e Assessoria
Brasília, 2012

A iniciativa de realização do presente estudo foi conduzida pelas organizações feministas CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Criola – Organização de Mulheres Negras, Instituto Patrícia Galvão, SOS Corpo – Instituto Feminista Para a Democracia, com o apoio da Fundação Ford e da International Women’s Health Coalition, com o objetivo de subsidiar o debate de um grupo de organizações feministas sobre estratégias políticas para a sustentabilidade do movimento de mulheres.

Os levantamentos desta pesquisa foram realizados no período de maio a julho de 2011. Assim, alterações posteriores nos portais pesquisados não foram consideradas.

FICHA TÉCNICA

Textos: Célia Vieira

Revisão final e preparação dos originais: Daniela de Lima Pinto

Projeto gráfico e diagramação: Ars Ventura Imagem & Comunicação



Centro Feminista de Estudo e Assessoria

Endereço: SCS Quadra 02, Edifício Goiás – salas 602/04

Brasília – DF – 70317-900

Telefone: (61) 3224-1791

www.cfemea.org.br

Apoio

IWHC – International Women’s Health Coalition e

IIE – Institute of International Education

2012, CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria

O conteúdo desta publicação pode ser reproduzido e difundido desde que citada a fonte.

	INTRODUÇÃO	5
	Capítulo 1	9
EVIDÊNCIAS SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS PARA AS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES E PROJETOS VINCULADOS AO ATENDIMENTO À MULHER E/OU A TEMÁTICA DE GÊNERO		
	1.1. Investimentos Sociais das Empresas Estatais	9
	PETROBRAS	9
	ELETOBRAS	20
	ECT	25
	BNDES	26
	CAIXA	40
	BANCO DO BRASIL	44
	FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL	48
	BNB	53
	BASA	56
	RESUMO DAS EVIDÊNCIAS	59
	1.2 Transferências voluntárias de recursos da administração direta federal	62
	Capítulo 2	67
CAMINHOS PARA ARTICULAÇÃO COM O NÍVEL CENTRAL DO GOVERNO E PROPOSTAS GERAIS PARA VIABILIZAR A DESTINAÇÃO DIRETA DE RECURSOS DAS EMPRESAS ESTATAIS PARA ABERTURA DE EDITAIS EM PROL DA IGUALDADE E AUTONOMIA DAS MULHERES		
	ANEXOS	77

As instituições de mulheres fazem parte do extenso e plural conjunto de organizações sociais sem fins lucrativos denominadas ONGs. As organizações de mulheres, em sua diversidade de ações e projetos, têm tido nos últimos 30 anos um papel crucial no processo de democratização do país, ao introduzir, qualificar e promover a defesa dos direitos humanos das mulheres na agenda social, econômica e política do Brasil.

Esta publicação tem o objetivo de contribuir para os debates sobre sustentabilidade das organizações de mulheres que atuam nos campos dos direitos e da autonomia das mulheres, que hoje representam mais de 50% da população brasileira.

Como parte relevante dessa pauta de debates, destaca-se o acesso a fundos públicos do país. Com o objetivo de oferecer subsídios para essa discussão, foi realizado o estudo “Evidências sobre o acesso das organizações de mulheres a recursos públicos federais”. Trata-se de uma pesquisa inédita sobre os investimentos sociais de empresas estatais brasileiras para a redução das desigualdades de gênero.

O estudo realizou também um levantamento sobre os convênios formalizados entre 2009 e 2010 por ministérios do governo federal para apoiar projetos direcionados para o fortalecimento social e político das mulheres.

Como objeto dessa pesquisa, foram selecionadas cinco agências financeiras oficiais de fomento, que segundo as Leis de Diretrizes Orçamentárias federais de 2007 deveriam considerar a

redução das desigualdades de gênero quando da aplicação de seus recursos. Foram também pesquisadas três empresas estatais de reconhecido histórico de patrocínio social.

As agências oficiais de fomento pesquisadas foram:

- » Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
- » Banco do Brasil S.A. (BB)
- » Caixa Econômica Federal (CAIXA)
- » Banco da Amazônia S.A. (BASA)
- » Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB)

As empresas estatais federais pesquisadas foram:

- » Petrobras S.A.
- » Eletrobras
- » Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)

Principais achados da pesquisa

O estudo revela um cenário de baixo investimento dos fundos públicos para a promoção da equidade entre homens e mulheres e para que mais mulheres e meninas participem em condições de igualdade nos âmbitos econômicos, sociais, políticos e culturais do país.

De acordo com os dados coletados, o Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania elenca como temas transversais: gênero, igualdade racial, pessoas com deficiência, pescador@s e outros povos e comunidades tradicionais. Contudo, as metas a

serem atingidas pelo programa até 2012 não fazem menção a esses temas.

No Banco de Projetos da Petrobras – uma carteira de 60 projetos avaliados como excelentes e disponibilizados para empresas que integram a rede de fornecedores do Sistema Petrobras como alternativas qualificadas de investimento social, apenas 12, ou 20%, explicitam o atendimento às mulheres ou faz referência à questão de gênero.

Embora o Código de Ética das Empresas Eletrobras e as Diretrizes de Responsabilidade Social da empresa explicitem o compromisso com a promoção da equidade de gênero e da diversidade, dos 29 projetos apoiados em 2009 pela Eletrobras apenas cinco apresentam atendimento prioritário às mulheres, representando somente 17% do total.

A política de patrocínio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos está voltada principalmente para ações que tenham a cultura e o esporte como instrumento de inclusão social. Não se observa, no entanto, nenhuma diretriz, orientação ou evidência de ações com enfoque de gênero ou de políticas para as mulheres.

Em 2010, o Banco do Brasil recebeu 7.297 inscrições de projetos em resposta ao edital que publica anualmente para seleção pública de projetos a serem patrocinados. Destes, foram pré-selecionados 968 projetos, sendo que apenas cinco fazem referência direta às mulheres, não sendo especificada a natureza do projeto.

Em 2011 a Caixa Econômica Federal lançou edital para seleção de projetos na linha temática Desenvolvimento Local Sustentável e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), com foco em educação e gestão de trabalho e renda.

Nas propostas apresentadas as mulheres deveriam estar em destaque como público-alvo a ser contemplado.

Outra iniciativa que merece destaque é a da Fundação Banco do Brasil e BNDES. Em 2010, essa parceria viabilizou a contratação de 73 projetos, envolvendo recursos da ordem de R\$ 43,9 milhões. Contudo, nenhum dos projetos financiados apresenta em sua descrição qualquer indicativo de enfoque de gênero ou de alguma dimensão de atendimento prioritário a mulheres.

Com relação aos valores de transferência de recursos pelo governo federal através de convênios com organizações sem fins lucrativos, selecionadas a partir de palavras-chave como: mulher, gênero, feminina(o), feminista, lésbica, quebradeira, a pesquisa revela que os percentuais são inexpressivos. Em 2009, o volume de recursos soma apenas 0,22%; e, em 2010, somente 0,53%.

Assim, o estudo apresentado nesta publicação aponta que ainda se faz necessária a consolidação de diretrizes e metas para a garantia da transversalidade de gênero e raça nos programas de apoio a projetos sociais das agências oficiais de fomento e das empresas estatais.

Os dados e informações coletados pelo presente estudo sinalizam para a necessidade de um maior conhecimento sobre os mecanismos que orientam os investimentos sociais para a equidade de gênero por parte das empresas estatais, bem como sobre a acessibilidade, a constância e a continuidade desses apoios.

Ao mesmo tempo, revela-se imperativo o debate sobre o acesso das organizações não-governamentais de mulheres a fundos públicos, no âmbito das análises sobre a sustentabilidade política, social e financeira de ações de cidadania e defesa dos direitos humanos das mulheres.

CAPÍTULO 1

EVIDÊNCIAS SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS PARA AS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES E PROJETOS VINCULADOS AO ATENDIMENTO À MULHER E/OU À TEMÁTICA DE GÊNERO

1.1 Investimentos Sociais das Empresas Estatais

Será apresentada uma rápida descrição do perfil de administração das empresas estatais pesquisadas, adesão a compromissos internacionais e nacionais e outras iniciativas vinculadas aos direitos humanos e em especial a temática de gênero. Foram fonte de informação o portal de cada empresa, os relatórios de atividades anuais, os relatórios sociais, os relatórios de gestão apresentados ao Tribunal de Contas da União, os eventuais editais disponíveis, o Balanço de Governo 2003-2010, entre outros.

Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras

Petrobras – Petróleo Brasileiro S/A é uma empresa de capital aberto (sociedade anônima), cujo acionista majoritário é a União. É, portanto, uma empresa estatal de economia mista, sendo vinculada ao Ministério de Minas e Energia. É regida pelas normas das Sociedades por Ações e pelo seu Estatuto. Conta com um Conselho de Administração formado por seis representantes do Acionista Controlador, a União, e dois representantes dos Acionistas Minoritários Detentores de Ações Ordinárias e de Ações Preferenciais.

Além da Presidência, a Diretoria Executiva é composta por seis diretores, sendo uma mulher.

Desde 2003 a Petrobras passou por importantes transformações no que se refere à sua atuação no campo social. Em 2003 aderiu ao Pacto Global da ONU que estabelece compromissos internacionais de respeito aos direitos humanos, ambientais e trabalhistas, de transparência nos negócios e de combate à corrupção. Também é apoiadora do Prêmio ODM Brasil para promoção da Declaração do Milênio e aderiu em 2009 aos Princípios de Empoderamento das Mulheres.

Desde 2005 a Petrobras aderiu ao Programa Pró-Equidade de Gênero do Governo Federal, ganhando por três vezes seguidas o Selo Pró-Equidade de Gênero. Como parte do Plano de Ação Pró-Equidade de Gênero da Petrobras, foram realizados, em parceria com o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Embrapa, a Eletronorte e o Serpro, Ciclos de Encontros Regionais para Fortalecimento da Equidade de Gênero. O objetivo era disseminar conteúdos sobre as relações de gênero e diversidade na sociedade, em especial nos ambientes de trabalho, e divulgar para os empregados e os públicos de relacionamento as ações que a companhia tem realizado para promover a equidade de gênero.

Em 2007 a Petrobras criou sua Política de Responsabilidade Social, tornando-se uma função corporativa e um dos três pilares do Plano Estratégico da Companhia. Assim, a “Alavancagem da contribuição social para o país tornou-se uma prioridade da Petrobras”¹

Para a Petrobras a “responsabilidade social é a forma de gestão integrada, ética e transparente dos negócios e atividades e das suas relações com todos os públicos de interesse, promovendo os direitos humanos e a cidadania, respeitando a diversidade humana e cultural, não permitindo a discriminação, o trabalho degradante, o trabalho infantil e escravo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a redução da desigualdade social.”² Neste contexto foi criado o Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania, de forma a democratizar o acesso a esses recursos, que será objeto de análise a seguir.

Os resultados apresentados no período 2003-2010, relativamente aos investimentos sociais da Petrobras foram positivos. Nesse período, a Petrobras aumentou em 3,5 vezes o patamar anual de valores para projetos sociais. Os recursos foram distribuídos para dez vezes mais instituições. Foram investidos cerca de R\$ 1,3 bilhão, com atendimento direto a 3,5 milhões de pessoas, com formação de 20 mil parcerias³

Com o Pré-Sal, a contribuição da Petrobras para o desenvolvimento social do país deverá se elevar significativamente. No contexto do novo marco regulatório foi aprovada a Lei nº 12.351/2010 que entre outras disposições, cria o Fundo Social – FS, a ser constituído por recursos obtidos com o resultado dos

contratos de partilha, do bônus de assinatura e dos royalties do Pré-Sal. Segundo o art. 47 o FS é vinculado à Presidência da República, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia, do meio ambiente e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Tais programas e projetos observarão o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e as respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual – LOA. Em seu art. 58 a Lei cria o Conselho Deliberativo do Fundo Social – CDFS, com a atribuição de propor ao Poder Executivo, ouvidos os Ministérios afins, a prioridade e a destinação dos recursos resgatados do FS.

Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania

O Programa lançado em 2007 prevê a continuidade das ações do Programa Petrobras Fome Zero. Deverão ser investidos cerca de R\$ 1,2 bilhões, de 2007 a 2012, em projetos que promovam desenvolvimento com igualdade de oportunidades e valorização das potencialidades locais.

Tem como meta atender quatro milhões de pessoas diretamente e outros 14 milhões indiretamente em todo o território nacional, e pretende alcançar ainda, com ações de comunicação e difusão da cidadania, outros 27 milhões de pessoas.

O respeito à diversidade é uma das diretrizes do programa, reconhecendo como um princípio básico para construção de uma sociedade inclusiva. A seguir são apresentadas as diretrizes e ações estratégicas do programa:

1 Balanço de Governo 2003-2010.

2 <http://www.petrobras.com.br/pt/meio-ambiente-e-sociedade/promovendo-a-cidadania/>

3 Balanço de Governo 2003-2010.

Diretrizes:

- » Respeitar a diversidade;
- » Priorizar a juventude;
- » Buscar a sustentabilidade dos resultados produzidos pelas ações;
- » Atuar em sinergia com políticas públicas;
- » Realizar ações estratégicas, sistêmicas e multi-institucionais;
- » Estimular o protagonismo social, a corresponsabilidade, o associativismo, o cooperativismo e o trabalho em rede;
- » Contribuir para a erradicação do analfabetismo;
- » Colaborar para o desenvolvimento local nas áreas de influência do Sistema Petrobras.

Ações estratégicas:

1. Investimentos em projetos sociais (nacionais, regionais e locais): Repasse de recursos, de forma planejada e monitorada, a iniciativas que promovam a transformação social das comunidades mais excluídas;
2. Fortalecimento de redes e organizações sociais: Apoio à interação entre os agentes sociais, públicos e privados, para a formação de parcerias e alianças, troca de experiências, produção de conhecimento e formulação e debate sobre políticas públicas;
3. Difusão de informações para a cidadania: Campanhas de comunicação dirigidas para mobilizar e influenciar a opinião pública, as organizações sociais e o governo para a discussão de temas ligados à cidadania e aos direitos humanos.

O programa elenca como temas transversais gênero, igualdade racial, pessoas com deficiência, pescador@s e outros povos e comunidades tradicionais. No entanto, o destaque a esses temas, não encontra o respaldo necessário nas metas a serem atingidas até 2012, pois nenhuma delas apresenta tais recortes.

A identificação do tema transversal ao qual se relaciona é solicitada nos formulários de elaboração do projeto, monitoramento e relatório final de lições aprendidas. No entanto, as informações disponibilizadas no portal da empresa também não apresentam tais recortes. De qualquer forma, a existência de tais informações pode possibilitar um retrato do perfil dos patrocínios efetivados pela Petrobras no âmbito desse programa.

Nos mesmos instrumentos é solicitada também a forma de entrada na Petrobras apresentando além da Seleção Pública, Projeto convidado e o Voluntariado Corporativo.

Informações do portal da empresa demonstram que de 2007 a 2009, o Programa investiu R\$ 396 milhões em mais de 1,8 mil projetos.

Na tabela 2 é apresentada parte do Balanço Social da Petrobras, relativo aos indicadores sociais externos, dos anos 2008 e 2009, segundo modelo IBASE. Nas três áreas temática do programa foram investidos uma média anual de R\$ 180 milhões, que significaram cerca de 0,4% do Resultado Operacional Bruta e 0,09% da Receita Líquida Consolidada.

Em relação as três linhas de atuação do programa observa-se que em média 45,5% dos recursos foram destinados a Garantia dos Direitos da Criança e Adolescente, 35% para Educação para a Qualificação Profissional e 19,5% para a Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho.

Tabela 1 – Indicadores e Metas de Desempenho

Conjunto de Metas para 2012		
Investimentos em projetos sociais	Priorização da juventude	50% de jovens entre 15 e 29 anos no total de participantes dos projetos apoiados
	Geração de renda e oportunidade de trabalho	70% de projetos com planos de negócio estruturados
		60% de projetos aptos à geração de renda e oportunidade de trabalho com tecnologia e/ou infraestrutura incorporados pela organização
		60% de elevação da renda per capita média dos participantes do projeto
	Educação para a qualificação profissional	20% do público participante dos projetos de qualificação profissional incluídos no mundo do trabalho
		80% dos participantes de cursos profissionalizantes e dos projetos de alfabetização com certificados de conclusão
		60% dos participantes de cursos profissionalizantes com certificados reconhecidos pelo Sistema Nacional de Certificação Profissional – SNCP
		30% dos participantes de projetos de qualificação profissional com evolução de escolaridade
	Garantia dos direitos da criança e do adolescente	60% dos participantes dos projetos de educação complementar com melhoria de desempenho na educação formal
		80% dos participantes dos projetos voltados à proteção de crianças e adolescentes concluindo o período total de atendimento
		70% dos profissionais do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente em atividades de formação
	Geração direta de empregos formais	10.000 postos de trabalhos gerados pelo investimento direto em projetos sociais
	Fortalecimento de redes e organizações sociais	Capacitação de organizações parceiras
Difusão de informações para a cidadania	Informações captadas	30% de e-mails lidos nas campanhas de comunicação dirigidas lançadas pela Petrobras
		10% de crescimento do número de acessos ao site do Programa Desenvolvimento & Cidadania Petrobras
		5% de manifestações recebidas nos fóruns de discussão em relação ao público convidado

Tabela 2 – Balanço Social segundo modelo IBASE⁴

1 - Base de cálculo	2009 Valor (mil Reais)			2008 Valor (mil Reais)		
Receita Líquida Consolidada (RL)	182.710.057			215.118.536		
Resultado Operacional Consolidado (RO)	43.206.611			48.204.799		
3 - Indicadores sociais externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho	33.882	0,08%	0,02%	35.752	0,07%	0,02%
Educação para a Qualificação Profissional	54.345	0,13%	0,03%	72.693	0,15%	0,03%
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (I)	74.137	0,17%	0,04%	90.159	0,19%	0,04%
Subtotal das contribuições para a sociedade(3 linhas de atuação)	162.364	0,38%	0,09%	198.604	0,41%	0,09%

Projetos em Destaque:

Geração de Renda e Oportunidades de Trabalho

- » **Rede de Tecnologia Social – RTS** – Articula e integra um conjunto de instituições com o propósito de promover o desenvolvimento sustentável mediante a difusão e a reaplicação em escala de tecnologias sociais. A Petrobras é uma das instituições mantenedoras da rede e promove a reaplicação de diversas tecnologias sociais priorizadas pela RTS, por meio do patrocínio de projetos selecionados pelo Programa Desenvolvimento & Cidadania Petrobras. Apóia o funcionamento da secretaria-executiva da RTS e as atividades

de divulgação de tecnologias sociais, em regime de rodízio com as demais mantenedoras.

- » **Rede de Reciclagem de Resíduos** – A inserção social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis. De 2003 a 2008 foram investidos cerca de R\$ 24 milhões em 26 projetos, beneficiando diretamente cerca de 7200 pessoas e 143 instituições de catadores de materiais recicláveis.
- » **Agricultura Familiar com Ênfase no Biodiesel**
- » **Ampliação do Sistema Agropastoril de Sombras Grandes e Milagres/RN** –Apresentou resultados positivos para a elevação da renda das mulheres e homens. A renda mensal das comunidades aumentou, em média, de R\$ 84,00 para

4 Relatório de Sustentabilidade 2009

R\$ 416,00 para os homens e de R\$ 24,00 para R\$ 225,00 para as mulheres.

- » **Vida e Dignidade no Sertão do Piauí** – Promoção de ações de formação, geração de renda, gestão associativa e segurança alimentar para famílias de quilombolas e famílias de agricultores.
- » **Difusão da Tecnologia de Piscicultura Semi-Intensiva para produção familiar de pescado em açudes do Semiárido do Alto Oeste Potiguar**

Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

Inclusão sem Fronteiras – Possibilitar que instituições e escolas da rede regular de ensino, que atendem pessoas com deficiência visual, tenham acesso a informações e operacionalização das tecnologias existentes.

Consolidação e Difusão do Serviço Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes – A Petrobras repassa recursos financeiros para as ações técnico-operacionais do Serviço Disque Denúncia – 100; aprova as bases referenciais do Projeto; realiza assessoria e acompanha a execução técnica, física e financeira, e participa da avaliação.

Meninos de Rua – Tem como objetivo atender no Centro de Convivência, com equipe multidisciplinar, crianças, adolescentes e jovens, em situação de risco.

Educação para a qualificação profissional

- » **A Cor da Cultura** – Colabora para a valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro e para a ampliação e educação das relações étnico-raciais de crianças, jovens e educadores, por meio de programas televisivos e ações educativas. São dois programas: O “Mojubá” mostra a riqueza do patrimônio dos afro-descendentes, relacionando-o aos movimentos de resgate da cultura local e hábitos atuais do povo brasileiro. O “Heróis de Todo o Mundo” traça um paralelo sobre os diversos papéis que africanos e afrodescendentes assumiram na história do Brasil, faz homenagens a 15 personalidades reconhecendo a presença dos negros na construção de nossa história.
- » **Espaço de Arte e Saúde Positiva** – Visa consolidar o Centro de Produção e Escoamento de Produtos Artesanais, para o trabalho de pessoas que vivem e/ou convivem com o vírus HIV/AIDS, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, residentes no DF e cidades do Entorno.
- » **A Violência sob a Perspectiva de Gênero: a Mulher como Indutora da Mudança no Cotidiano** – Tem como objetivo informar e sensibilizar mulheres presas e agentes do sistema penitenciário da cidade de São Paulo sobre a prevenção a violência e a desigualdade de gênero, bem como fomentar políticas de gêneros no interior do sistema prisional.

A Petrobras mantém uma carteira composta por 60 projetos, avaliados como excelentes, que são disponibilizados para empresas que integram a rede de fornecedores do Sistema Petrobras

como alternativas qualificadas de investimento social. Desses, 12 projetos, ou seja, 20%, explicitam o atendimento à mulher ou trata a questão de gênero, conforme mostra a tabela 3.

Tabela 3 – Banco de projetos

Temas	Projeto	Descrição	Instituição
Garantia de direitos da criança e do adolescente	Nas cidades, nos rios e nas florestas: cidadania e direitos para crianças e adolescentes no Xingu	Objetivo principal –promoção de ações, por meio de parcerias interinstitucionais, para garantir a melhoria das condições de vida de 330 crianças e adolescentes de Altamira, por meio de atividades de formação profissional, de apoio à infraestrutura física e de diagnóstico da realidade de rede de atendimento.	Movimento de mulheres trabalhadoras do campo e da cidade
	Dançar: movimentos que constroem cidadania	Pretende desenvolver as potencialidades de crianças, adolescentes, jovens e famílias de regiões periféricas da zona Oeste da cidade de Santa Maria/RS tanto na arte quanto na vida. O projeto atende diretamente 272 meninas e indiretamente cerca de 615 familiares.	Royale Escolal de Dança e Integração Social – Royale
Geração de renda e oportunidade de trabalho	Oca Aimirim produção de Biojoias no Marajó	Promove o acesso no município de Breves/PA a oportunidades de trabalho e renda. 20 mulheres que frequentam oficinas de alfabetização e 20 jovens que participam de grupo de jovens, além de dez deficientes físicos e/ou sensoriais e dez doentes mentais em tratamento farão oficinas de capacitação em produção de biojoias, pintura em tecido, corte e costura, confecção de camisetas customizadas e papel de fibra da região.	Instituto de Psiquiatria da UFRJ
	Sabão ecológico Alto da Torre	Propõe a criação de uma cooperativa para fabricação de sabão ecológico a partir do aproveitamento do óleo de fritura descartado pelos estabelecimentos comerciais da cidade de Natal. Com a participação de 50 mulheres da comunidade Alto da Torre, com idades entre 18 e 59 anos, o projeto oferecerá capacitação para a produção, aulas de alfabetização, atendimento psicológico, capacitação na área administrativa e de empreendedorismo.	Centro de Promoção a Assistência Social
	Ecoempreendedorismo sustentável – Mulheres artesãs e empreendedor@s populares	Tem como objetivo apoiar a ação empreendedora de 680 morador@s da periferia noroeste da cidade de São Paulo e municípios Francisco Morato e Franco da Rocha, fomentando o desenvolvimento local e sustentável da região, por meio da dinamização dos fluxos econômicos locais com foco em empreendedores populares, mulheres artesãs e catador@s.	CARE Internacional Brasil

Temas	Projeto	Descrição	Instituição
Geração de renda e oportunidade de trabalho	Gerando renda para a Agricultura Familiar	Aumenta a renda d@s agricultor@s familiares, contemplando @s jovens e mulheres, por meio da agregação de valor aos produtos, estruturação e aprimoramento dos canais de comercialização, capacitação e profissionalização das famílias. Serão atendidos 50 jovens entre 18 e 29 anos de São Jerônimo da Serra.	Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra
	Carijó	Oportuniza alternativas de geração de renda para famílias camponesas gaúchas por meio de um conjunto de ações sinergizadas, trabalhando no sistema de produção alternativo avícola. Participarão do projeto 40 jovens, 180 adultos e 80 idosos (tanto mulheres quanto homens), num total de 300.	Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Estado do Rio Grande do Sul
	Sala de Artesanato	O projeto gera renda através de alternativas não agrícolas a vinte mulheres assentadas dos municípios de Vargem Bonita e Água Doce/ SC.	Grupo de Mulheres Unidas na Luta
	Jardineir@s da biodiverCidade	O projeto prevê a formação de 60 jardineir@s (jovens entre 18 e 29 anos) em Passos Maia, Santa Catarina. Nas aulas será valorizado o processo de aprender a aprender, a formação de capacidades, o desenvolvimento da criatividade pessoal e coletiva, noções de administração e economia, com ênfase no associativismo e no empreendedorismo, e atividades que privilegiem o conhecimento global.	As Rede de Ed, Gênero, Agroecologia, Trabalho, Geração de Renda e Cidadania – Regar
	Viabilização econômica e gestão cooperativa da coleta seletiva realizada pelos catador@s do Aterro de Gericinó	Promove a coleta seletiva de materiais recicláveis com a participação dos catador@s e do Centro de Tratamento de Resíduos de Gericinó/RJ, em condições adequadas de salubridade, com infraestrutura operacional e tecnológica, e direitos sociais, econômicos e previdenciários assegurados. O projeto propõe atender 50 participantes.	Cooperativa de Catador@s de Materiais Recicláveis de Gericinó/ Ltda. <i>Coopgericin</i>
Educação para qualificação profissional	Projeto Raízes	Fomenta a educação para a qualificação profissional na região do Baixo Jaguaribe, semiárido do estado do Ceará, com particular atenção ao jovem com destaque à figura da mulher, buscando fortalecer as iniciativas econômicas do setor agrozootécnico local. Seus participantes serão compostos por jovens de 15 a 29 anos (total de 400), produtores de base familiar (total de 360), líderes comunitários (total de 30) e educadores pertencentes à equipe técnica (15 ao todo).	Centro Educacional da Juventude Padre João Piamart
	Projeto Multiplicar Oportunidades	Busca desenvolver e planejar ações para a continuidade de atuação do projeto Coosturar, na área de educação para qualificação profissional no Rio de Janeiro. Apresenta como meta total atender 68 mulheres na faixa de 20 a 59 anos, qualificar 28 mulheres que já desenvolvem trabalhos na cooperativa e capacitar 40 outras mulheres que estão aguardando uma oportunidade de atuação na cooperativa através de cursos de produção.	Cooperativa de Costura Artesanal

Fonte: Banco de Projetos Petrobras

Tabela 4 – Projetos selecionados em 2010

Temas	Projeto	Descrição	Instituição
Garantia de direitos da criança e do adolescente	Projeto Vida Nova/AC	Busca prevenir, proteger e recuperar o público infanto-juvenil de Cruzeiro do Sul/AC vitimado pela violência sexual, psicológica e física, assim como os usuários de substâncias psicoativas, minimizando a violência, o uso de drogas, bem como o abuso sexual e a exploração sexual, além de promover a reintegração e o fortalecimento familiar	Fundação Assistencial e Educacional Betel
	Ninho de Cidadania/PE	Procura melhorar as condições de vida e estimular o protagonismo de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, primordialmente meninas vítimas de violência doméstica e/ou sexual em bairros carentes de Recife, Olinda e São Lourenço da Mata. Prevê o atendimento de 260 crianças e jovens.	Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente
	Comunidade Ativa – potencializando redes de proteção – São Leopoldo/RS	Garante a efetivação dos Direitos Humanos de Crianças, Adolescentes e Jovens em situação de rua e de exploração sexual, potencializando ações de enfrentamento e de prevenção através de intervenções compartilhadas em redes, possibilitando a autonomia e o protagonismo juvenil e comunitário. Pretende alcançar 300 participantes entre crianças, adolescentes, jovens e familiares, além de integrantes das diversas redes comunitárias locais e das três esferas públicas	Programa de Apoio a Meninos e Meninas
	Terreiros do Futuro: educação e identidade para crianças e adolescentes afrodescendentes de comunidades tradicionais de terreiros de candomblé do Jardim Progresso –Natal/RN	Propõe ações articuladas em educação infantil, cultura, trabalho, economia solidária e capacitação profissional voltadas para 860 crianças, jovens e mulheres de comunidades afrorreligiosas pertencentes a terreiros de Candomblé em Natal. Tem foco na formação para a cidadania de crianças e adolescentes e no empoderamento econômico de chefes de família.	Associação Zuzu Angel
Geração de renda e oportunidade de trabalho	CACTO – Centro de Cultura, Arte, Comunicação e Tecnologia – Cultura, Cidadania e Economia Viva	Constituição, em Fortaleza, de um Centro de Referência em estratégias culturais e midiáticas, com foco no conceito de economia viva para a promoção dos direitos humanos e foco nas questões de gênero, diversidade sexual e juventude.	Fábrica de Imagens
	Produção e Beneficiamento de Frutas, Hortaliças e Plantas Mediciniais, em quatro municípios da região norte do CE.	Beneficia, comercializa, amplia e consolida a produção da agricultura familiar na Serra da Meruoca, o artesanato e turismo ecológico, envolvendo produtor@s, mulheres e jovens. O projeto terá como participantes 280 pessoas.	Instituto de Ecologia Social Carnauba

Temas	Projeto	Descrição	Instituição
Geração de renda e oportunidade de trabalho	Projeto Artesãs da Paz	Contribui para a melhoria da qualidade de vida de mulheres residentes em comunidades rurais de cinco municípios do Cariri cearense, inseridas em contextos de vulnerabilidade econômica e social e integrantes de grupos produtivos formais e/ou informais. Os participantes serão 100 mulheres.	Cooperativa Interdisciplinar de Capacitação e Assessoria/ Ltda
	Juventude e Gênero no campo/MA	Promove ações de capacitação e qualificação, que assegurem a permanência da juventude no ambiente rural. Os participantes serão 160 jovens trabalhadores e trabalhadoras, entre 20 e 29 anos, que possuem experiências de produção baseada na agricultura familiar.	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão
	Omó Binrin Oju Odara/ MA	O projeto tem como objetivo criar oportunidades de emprego e renda para adolescentes e jovens do sexo feminino, entre 18 a 29 anos de idade. Pretende qualificar 200 jovens realizando oficinas de confecção de móveis e utensílios em bambu, vime e guarimã; arte em tecidos; cultivo e uso de ervas medicinais; confecção de bolsas e utensílios em fibras de bananeira e serigrafia/estamparia afro.	Centro de Formação para a Cidadania AKONI
	Trabalho, Renda e Sustentabilidade no Campo	Pretende melhorar as condições de trabalho e renda de jovens, mulheres e suas famílias agricultoras na mata sul de Pernambuco, aumentando sua qualidade de vida. As comunidades envolvidas são assentamentos de trabalhador@s rurais. Diretamente, serão beneficiadas 285 pessoas entre 18 e 59 anos.	Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá
	Catadoras de Mangaba, gerando renda e tecendo vida em Sergipe	Contribui para o fortalecimento e a sustentabilidade das comunidades extrativistas da região por meio da aprendizagem e implementação de tecnologias sociais e auto-organização dos grupos. O projeto envolverá 1.357 famílias que vivem da cata da mangaba, com participação direta de 600 mulheres catadoras.	Associação das Catadoras de Mangaba e Indiaroba
	Projeto Arte de Fazer e Reciclar/ MS	Promove condições de trabalho para catador@s de recicláveis e familiares do entorno do pantanal de MS Propiciando melhoria da qualidade de vida. O foco desse projeto é trabalhar com 320 pessoas, divididas em três núcleos produtivos, sendo 100 pessoas na coleta e processamento de PET, 100 mulheres no núcleo de artesanato e 120 jovens no de reciclagem de papel	Instituto Arara Azul
	Fortalecimento da Apicultura no território Rio Doce KRENAK/MG	Fortalece a atividade apícola, contribuindo para aumento de renda do público alvo: jovens e mulheres. Serão beneficiados diretamente, 1.150 jovens, e 1.100 mulheres	Rede de Valorização de Itueta para o Desenvolvimento Autossustentável

Temas	Projeto	Descrição	Instituição
Geração de renda e oportunidade de trabalho	Agricultura Familiar Periurbana: gerando trabalho e renda em comunidades empobrecidas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro/ RJ	O projeto tem por objetivo a ampliação das oportunidades de ocupação socioeconômica e geração de renda para 650 agricultor@s familiares periurbanos da região metropolitana do Rio de Janeiro	AS-PTA Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
	Tecendo um Nordeste Solidário: mulheres rurais e urbanas fortalecendo sua cidadania e autonomia econômica/PE	Fortalece a capacidade produtiva de 300 mulheres em situação de pobreza ou de risco – 100 na região metropolitana de Recife e 200 na região do Sertão do Pajeú –, sendo 96 jovens de 18 a 29 anos e 210 adultas de 30 a 59 anos, por meio de oficinas de capacitação e aperfeiçoamento técnico na produção agrícola, não-agrícola, criatório e agregação de valor à produção do artesanato, oficinas de gestão associativa e seminários, etc	Casa da Mulher do Nordeste
	Jovem Cidadão/AL	Pretende capacitar 600 jovens e mulheres ligados à agricultura familiar em Alagoas, entre 18 e 29 anos, para que atuem como agentes de desenvolvimento comunitário e utilizem políticas públicas voltadas para o campo como oportunidades de trabalho e aumento da renda familiar.	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Alagoas – FETAG

Seleção Pública de Projetos Sociais 2010 Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania

Foram destinados R\$ 110 milhões a projetos sociais no edital 2010. Poderiam ser inscritos projetos que solicitassem valor de patrocínio de até R\$ 1.450.000,00 por biênio (24 meses), com possibilidade de renovação por igual período.

Com a finalidade de assegurar a igualdade de condições no acesso a seus recursos, a Petrobras realizou as Caravanas Sociais – oficinas presenciais e atendimento virtual que visam capacitar as organizações sociais em elaboração de projetos.

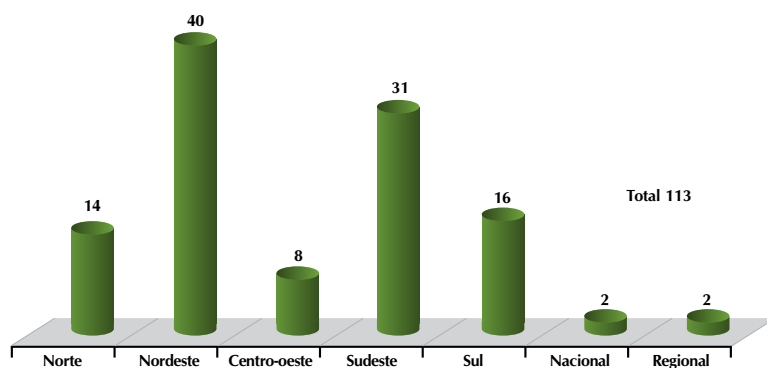
O foco dos projetos deveria ser ao menos uma das seguintes linhas de atuação:

- » Geração de renda e oportunidade de trabalho;
- » Educação para a qualificação profissional; e
- » Garantia dos direitos da criança e do adolescente.

As equipes de seleção pública foram integradas por especialistas da Petrobras e representantes do governo, da academia, da sociedade civil e da imprensa. O processo seletivo priorizou projetos que tivessem como público participante jovens entre 15 e 29 anos, os estados do semiárido, que foram contemplados com, no mínimo, dois projetos, além de serem priorizados, em situações de empate técnico, os projetos que reapliquem tecnologias sociais mapeadas pela Rede de Tecnologia Social.

Essa seleção pública de 2010 consolida a Petrobras como a maior patrocinadora de projetos sociais do Brasil. Foram inscritos 5.183 projetos, dos quais 3.958 efetivamente foram considerados válidos para a primeira etapa de triagem administrativa de documento. A triagem técnica selecionou 661 projetos. Desses, a Comissão de Seleção aprovou 173 para análise do Conselho Deliberativo, que selecionou 113 projetos.⁵ Ou seja, apesar da dimensão do edital a demanda frustrada por financiamento ainda é muita elevada.

Gráfico 1 – Número de Projetos Aprovados por Região do Brasil



Dos 113 projetos aprovados, com o nível de informação disponível no portal da Petrobras, podem ser identificados apenas 16, ou seja, 14% do total, vinculados a organizações de mulheres ou que apresentam enfoque de gênero ou de atendimento à mulher.

5 <http://fatosedados.blogspot.com.br/2010/10/25/r-110-milhoes-para-patrocinio-a-113-projetos-sociais/>

Eletrobras

A Eletrobras é uma empresa de economia mista e de capital aberto, e a União tem o controle acionário, possuindo 52% das ações ordinárias da companhia. Em sua administração conta com a Presidência, cinco Diretorias e um Conselho de Administração com oito integrantes. Desses, apenas uma mulher compõe o Conselho de Administração.

Desde 2003 sua atuação no campo social foi reforçada e hoje a Responsabilidade Social é estratégica para os negócios da empresa, permeando suas diretrizes. A partir desse ano a empresa passou a contar com uma área específica para tratar da Responsabilidade Social, ligada diretamente a Presidência.

Tal postura é referendada em seu plano estratégico: “Na dimensão social, o Sistema Eletrobras ... apoiará projetos comunitários em educação e qualificação profissional, geração de emprego e renda, saúde, inclusão social e desenvolvimento local. Especial atenção será conferida ao atendimento das populações e localidades no entorno de seus empreendimentos”⁶

O compromisso com a promoção da equidade de gênero e da diversidade está expresso no **Código de Ética das Empresas Eletrobras** e nas Diretrizes de Responsabilidade Social da empresa, e é ratificado pela adesão das empresas Eletrobras a vários compromissos voluntários e governamentais:

- » Desde 2005, a Eletrobras tem suas diretrizes corporativas alinhadas com os Objetivos do Milênio, sendo inclusive

6 www.eletrobras.com.br

utilizados como critério para a seleção de projetos sociais que recebem apoio da empresa;

- » É signatária desde 2006 do Pacto Global da Organização das Nações Unidas – ONU;
- » Adesão em 2010 aos Princípios de Empoderamento das Mulheres – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – Unifem e Pacto Global que tem por objetivo contribuir para a valorização e empoderamento das mulheres no mundo dos negócios;
- » Adesão em 2010 à Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes;
- » Adesão desde 2005 ao Programa Pró-Equidade de Gênero, estando entre as nove organizações premiadas com um troféu pelo recebimento do Selo em suas três edições;
- » Todas as empresas Eletrobras integram o Comitê Permanente para Questões de Gênero do Ministério de Minas e Energia e Empresas Vinculada;
- » Adesão ao plano de ação conjunto para Eliminação da Discriminação Étnico-Racial e a Promoção da Igualdade.

Apoio ao Desenvolvimento de Projetos Sociais

A “Valorização da diversidade étnica e cultural e o respeito às questões raciais, de gênero e de orientação sexual” é uma

das diretrizes da política de patrocínios do Sistema Eletrobras.

A empresa prioriza projetos com as linhas de atuação vinculadas a geração de emprego e renda, educação e qualificação profissional para jovens e adultos e o atendimento às comunidades atingidas por empreendimentos das empresas da Eletrobras. Mas, como será visto a seguir, outras linhas de atuação, como saúde, cultura, esporte e lazer, entre outras, também são apoiados.

Os temas gênero e igualdade racial estão entre os temas transversais apoiados. Além desses, receberão recursos os temas transversais comunidades tradicionais e rurais, direitos humanos e combate à discriminação, garantia dos direitos da criança e do adolescente, agricultura familiar, promoção da cidadania e educação ambiental.

A seleção dos projetos sociais encaminhados segue os seguintes critérios:

- » Compatibilidade com a Política de Responsabilidade Social da Eletrobras;
- » Habilitação da entidade proponente;
- » Sustentabilidade do projeto;
- » Relação custo-benefício;
- » Abrangência do projeto;
- » Existência de parceiros;
- » Envolvimento dos beneficiários na formulação e implementação do projeto;
- » Fortalecimento da imagem institucional da Eletrobras;
- » Localização das áreas de impacto do projeto;
- » Compatibilidade com as Metas do Milênio e com o Plano Plurianual (PPA) do governo federal.

Perfil dos Projetos Apoiados⁷

O Balanço de Governo 2003-2010 relata que a Eletrobras investiu em projetos sociais, neste período, cerca de R\$ 23 milhões, conforme mostra a tabela 5.

Tabela 5 – Indicadores sociais externos (R\$ – mil reais)

Área de Aplicação de Recursos 2003-2010	Valor	%
Educação	13.625	59,0
Saúde e infraestrutura	4.783	20,7
Geração de trabalho e renda	4.249	18,4
Outros	435	1,9
TOTAL	23.092	100,0

Segundo os Relatórios de Projetos Sociais dos anos de 2009 e 2010 foram apoiados, ou seja, receberam recursos, 29 projetos em 2009 e 41 em 2010. O número de projetos pactuados, ou seja, formalizados em cada exercício, foram 14 e 24, respectivamente.

Tabela 6 – Número de projetos apoiados e pactuados em 2009 e 2010*

	2009	2010
Projetos apoiados	29	41
Projetos pactuados	14	24

7 ELETROBRAS – Relatório Projetos Sociais – 2009 e Relatório Investimento Social – 2010. Divisão de Projetos Socioambientais – PGRS – Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade – PGR.

Dos 29 projetos apoiados em 2009, cinco apresentam atendimento prioritário à mulher, sendo um aparente renovação, representando apenas 17,2% do total.

A tabela 7 apresenta os projetos destacados.

Em 2010 cinco dos 14 projetos foram pactuados, estavam vinculados à Meta 3 dos Objetivos do Milênio, “Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres”, representando 35,7% do total, conforme tabela 8.

Em 2009 foram repassados R\$ 4,1 milhões para o conjunto dos projetos, sendo que o valor médio por projeto foi de R\$ 83,6 mil para a área de emprego e renda, R\$ 154,2 mil para a área de educação, R\$ 124,5 mil para a saúde, R\$ 137 mil para a capacitação e R\$ 599 mil para a área cultural, com um único projeto.

A população atendida em 2009 foi de 27.331 pessoas, não sendo computados os projetos desenvolvidos pela COEP – Rede Nacional de Mobilização Social. Em 2010 foram atendidas 22 mil.

A diversificação das linhas de atuação para além das prioridades, além de uma certa confusão conceitual com temas transversais, é evidenciada nas tabelas 9 e 10.

Segundo o Relatório de Investimentos – 2010 a principal linha de atuação passou a ser os Centros Comunitários de Produção – CCPs que “são unidades constituídas por um conjunto de máquinas e equipamentos para produção, processamento, conservação e/ou armazenagem de produtos agropecuários, empregando tecnologias apropriadas e utilizando energia elétrica com eficiência”. Tal prioridade, aliada aos demais projetos de Geração de Emprego e Renda, identifica a orientação da Eletrobras em ações que proporcionem maior autonomia para o desenvolvimento econômico dos beneficiados. A tabela 11 apresenta o perfil dos proponentes dos projetos.

Tabela 7 – Projetos sociais vigentes em 2009 que apresentam atendimento prioritário à mulher

Nome	UF	Objeto	Data de início e fim da vigência	Pessoas Atendidas	Entidade Beneficiada(*)	Foco do Projeto	Tipo
Viver com Tranquilidade	RJ	Prevenir gestações precoces em adolescentes residentes nas comunidades assistidas, além de apoiar as já gestantes e evitar tantos efeitos adversos na saúde materna ou da criança, bem como a perpetuação da situação de violência e pobreza a que estão vítima	26.06.08 – 25.12.09	440	CAPL – Centro de Atendimento Popular da Leopoldina	Saúde	ONG
NEACA	RJ	Garantir o atendimento às crianças, adolescentes e famílias em situação de violência sexual.	16.06.08 – 15.06.09	990	Movimento de Mulheres em São Gonçalo	Saúde	ONG
Mão na Massa	RJ	Capacitação de mulheres, jovens e adultas, com idade de 18 a 45 anos, em condições de vulnerabilidade social, qualificando-as para o trabalho básico na área da construção civil.	15.02.08 – 14.02.09	100	FIB – Federação de Instituições Beneficentes	Geração de Emprego e Renda	Fundação
Artes Moinho Cultural SulAmericano	MS	Garantir o atendimento a crianças, adolescentes e famílias em situação de violência sexual.	27.10.09 – 26.10.10	30	Instituto Homem Pantaneiro	Educação	ONG
Mão na Massa – Mulheres na Construção Civil – 2009	RJ	Capacitação de mulheres, jovens e adultas, com idade de 18 a 45 anos, em condições de vulnerabilidade social, qualificando-as para o trabalho básico na área da construção civil.	25.09.09 – 24.06.10	60	FIB – Federação de Instituições Beneficentes	Geração de Emprego e Renda	Fundação

Tabela 8 – Projetos celebrados pela Eletrobras em 2010

Projetos	Proponente	Síntese / Sinopse	Metas do Milênio
Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítimas de Violência Doméstica e Sexual de São Gonçalo – Fase II	Movimento de Mulheres de São Gonçalo	Atendimento especializado, continuado e integrado em rede às crianças, adolescentes, jovens e famílias em situação de violência doméstica e sexual, além de promover a política de proteção especial de garantia dos direitos humanos infanto-juvenis do município	Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres
			Reduzir a mortalidade infantil
			Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres

Projetos	Proponente	Síntese / Sinopse	Metas do Milênio
Energia Olímpica – Os Ideais que Formam Campeões 2010	Instituto de Ação Social e Desenvolvimento Sustentável Costa Verde	Realizado no Morro dos Cabritos, Rio de Janeiro, presta atendimento diário a 180 crianças da comunidade promovendo a iniciação e aperfeiçoamento de quatro lutas olímpicas como forma de complementação escolar.	Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres Reduzir a mortalidade infantil
Florescer Feminino	Centro de apoio à criança e ao adolescente – CENDAC	Cursos de qualificação profissional para mulheres grávidas e em situação de vulnerabilidade social, resgatando a autoestima, elevando a qualidade de vida e possibilitando maior chance de inclusão no mercado de trabalho	Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres Melhorar a saúde materna
Fortalecendo a Família	ONG Picolé de Manga	Melhoria da qualidade de vida de crianças, adolescentes, adultos e idosos atendidos pela ONG por meio de ações na área da educação, do esporte e da qualificação profissional para geração de renda do núcleo familiar	Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres Reduzir a mortalidade infantil Melhorar a saúde materna
Viver com Tranquilidade – Fase IV	Centro de Atendimento da Leopoldina – CAPL	Projeto realizado no RJ, em sua 4ª fase pretende dar continuidade às suas ações, que visam interligar saúde, educação e cultura ao público juvenil da comunidade Vila Cruzeiro e adjacências, contribuindo para a erradicação de problemas sociais, sobretudo para a redução do índice da gravidez precoce em adolescentes	Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres Reduzir a mortalidade infantil Melhorar a saúde materna Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças

Tabela 9 – Projetos apoiados em 2009

Linha de Atuação	Nº	%
Capacitação	2	6,9
Saúde	4	13,8
Cultura	1	3,4
Geração de Emprego e Renda	10	34,5
Educação	12	41,4
Total Projetos Apoiados	29	100,0

Conforme indica o portal da empresa, o processo seletivo não obedece a editais públicos. No portal são divulgados os “Procedimento para Encaminhamento de Projetos Sociais” atualizado em 04.04.2011. A ausência de seleção pública, compromete o nível de transparência e de acesso democrático às instituições demandantes.

Os projetos são submetidos a uma triagem administrativa, técnica e de avaliação e seleção dos projetos. Os projetos elegíveis serão submetidos à Diretoria Executiva da Eletrobras que, de acordo com a disponibilidade orçamentária da empresa e

Tabela 10 – Projetos pactuados em 2010

Linha de Atuação	Nº	%
Geração de Emprego e Renda	4	16,7
Educação	5	20,8
Esporte e Lazer	2	8,3
Fomento de Centros Comunitários de Produção	7	29,2
Relações com o Movimento Social	3	12,5
Meio Ambiente	1	4,2
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	2	8,3
Total	24	100,0

Tabela 11

Proponentes	2009 (%)	2010 (%)
Associação	13,8	41,7
ONG	31,0	29,2
Instituto	17,2	20,8
Fundação	17,2	4,2
Cooperativa	3,4	4,2
OSCIP	3,4	
Gov. Municipal	6,9	
Outros	6,9	

interesse estratégico, aprova e estabelece as prioridades de atendimento.

Os proponentes deverão apresentar funcionamento regular nos três últimos anos, podendo, este prazo, a critério da Eletrobras ser reduzido para, no mínimo, um ano ou ampliado para até cinco anos.

É exigida contrapartida do Proponente de no mínimo 15% do valor total do projeto, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros, de bens e serviços.

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT é uma empresa pública de direito privado e regida pela legislação federal e por seu Estatuto, sendo vinculada ao Ministério das Comunicações.

Política de Patrocínio

A política de patrocínio dos Correios está voltada principalmente para ações que tenham a cultura e o esporte como instrumento de inclusão social. Patrocina ainda eventos institucionais e negociais que estejam em sintonia com sua visão estratégica.

Sustentabilidade – Vertente Social

A sustentabilidade é um dos valores que compõem a nova Identidade Corporativa dos Correios, a partir de 2009. Segundo expresso no portal da empresa, “a sustentabilidade social consiste em promover a equidade na distribuição de renda, a

isonomia de direitos, o que implica a construção de uma sociedade justa e inclusiva....O resgate de cidadania e a inclusão social são pilares desta sustentabilidade.”⁸ Assim, a empresa desenvolve uma política e programas de Responsabilidade Social Empresarial. Na sua vertente social destacam-se as seguintes iniciativas:

- » Coleta Seletiva Solidária;
- » EcoPostal;
- » Doação de Bens;
- » Banco Postal;
- » Correios Solidariedade Expressa;
- » Projetos Sociais Esportivos;
- » Centro Vocacional Tecnológico;
- » Central Braille;
- » Apoio a Ações Governamentais;
- » Distribuição de Livros Didáticos;
- » Cidadania em Ação;
- » Papai Noel dos Correios;
- » Concurso de Redação de Cartas;
- » *Headmouse* e Teclado Virtual;
- » Saúde Pública.

Não há, no entanto, na política de patrocínios ou de investimentos sociais, explicitada nenhuma diretriz, orientação ou evidência de ações com enfoque de gênero ou de política para as mulheres.

8 www.ect.gov.br

BNDES⁹

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, cuja totalidade das ações que compõem o seu capital é de propriedade da União, estando sujeito à supervisão do ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

De acordo com a Lei nº 4.595/64 e seu Estatuto (Decreto 4418/2002), o BNDES é o principal instrumento do Governo Federal na execução de políticas de investimentos, provendo financiamento de longo prazo, de forma direta ou através de suas subsidiárias integrais, a projetos que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, elevando a competitividade da economia brasileira e a qualidade de vida de sua população, priorizando tanto a redução das desigualdades sociais e regionais, como a manutenção e geração de emprego.

Sua Diretoria é composta por oito membros nomeados pelo Presidente da República: o presidente, o vice-presidente e seis diretores, sendo que uma das Diretorias é responsável pela área de crédito e inclusão social. Conta ainda com superintendências responsáveis por 20 áreas, entre elas a área de inclusão social. Tem como órgão de orientação superior um Conselho de Administração formado por onze membros nomeados pelo Presidente da República, com mandato de três anos. Dispõe também de um Comitê de Auditoria e um Conselho Fiscal. Vale destacar a ausência de mulheres em toda alta administração do BNDES, contando

9 www.bndes.gov.br

com apenas uma, a ministra Miriam Belchior, no Conselho de Administração.¹⁰

Vale lembrar que em 2008 o BNDES aderiu ao programa do Governo Federal Pró-Equidade de Gênero, que tem como objetivo estimular a igualdade de condições no mundo do trabalho, por meio da adoção de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional, recebendo em 2010 o Selo Pró-equidade de Gênero na sua terceira edição.

O BNDES na Execução das Políticas Públicas ¹¹

Segundo o Relatório de Gestão 2009, no processo de implementação de políticas públicas o BNDES atua no financiamento de 13 ações em nove Programas presentes no Plano Plurianual 2008-2011, tanto por meio de operações diretas, quanto de operações indiretas realizadas pelos agentes financeiros credenciados, conforme tabela 12.

No Orçamento de Investimentos, na LOA 2011, constam apenas as despesas relativas à infraestrutura de apoio da própria estatal.¹²

Conforme o §2º do art. 165 da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO anualmente deverá estabelecer a política de aplicação das Agências Financeiras Oficiais de Fomento.

Desde 2007 as LDO´s apresentam a diretriz de redução das desigualdades de gênero e étnico-raciais no contexto da política de aplicação de recursos das Agências Financeiras Oficiais de Fomento.

10 Até 09/junho/2011 haviam duas vagas não preenchidas no Conselho de Administração do BNDES.

11 BNDES, Relatório de Gestão 2009.

12 Programa 0807 Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio.

Tabela 12 – BNDES – Programas e Ações no PPA 2008-2011

Programa 0122 – Serviços Urbanos de Água e Esgoto
Ação 90FA – Financiamento a Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos
Programa 0276 – Gestão da Política de Energia
Ação 90FH – Financiamento aos Setores de Produção de Energia
Programa 0412 – Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora
Ação 9372 – Financiamento à Exportação de Bens e Serviços
Programa 1088 – Fortalecimento da Capacidade de Gestão Pública Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE
Ação 90F9 – Financiamento à Modernização da Gestão Estadual
Programa 1172 – Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios – FNAFM
Ação 90EV – Fomento à Modernização da Gestão Municipal
Programa 1387 – Microcrédito Produtivo Orientado
Ação 90F8 – Concessão de Crédito Produtivo Orientado a Microempreendedores Populares
Programa 0812 – Competitividade das Cadeias Produtivas
Ação 9852 – Apoio aos Setores de Insumos Básicos
Ação 90BV – Apoio à Ampliação da Capacidade de Oferta e de Bens e Serviços
Ação 90BX – Financiamento à Aquisição de Máquinas e Equipamentos
Ação 90BW – Financiamento a Pequenos Projetos de Investimento
Programa 8006 – Gestão da Política de Comunicações
Ação 90F0 – Apoio ao Setor de Telecomunicações
Programa 8007 – Resíduos Sólidos Urbanos
Ação 90FB – Financiamento à Estruturação de Cooperativas de Catadores de Lixo
Ação 90FD – Financiamento a Projetos de Implantação e Ampliação do Sistema de Limpeza Pública

Na LDO 2011 (Lei nº 12.309/2010 alterada pela Lei nº 12.377/2010) e no projeto de LDO para 2012 (Projeto de Lei nº 2/2011 – CN) se reafirma tais diretrizes que o BNDES deve observar:

Capítulo VI – da política de aplicação dos recursos das Agências Financeiras Oficiais de Fomento

“Art. 86. As Agências Financeiras Oficiais de Fomento, respeitadas suas especificidades, observarão as seguintes prioridades:

....

IV - para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES:

....

b) financiamento de programas do Plano Plurianual 2012-2015, especialmente as atividades produtivas que propiciem a redução das desigualdades de gênero e étnico-raciais;

....

g) redução das desigualdades regionais, sociais, étnico-raciais e de gênero, por meio do apoio à implantação e expansão das atividades produtivas;

....

i) financiamento à geração de renda e de emprego por meio do microcrédito, com ênfase nos empreendimentos afro-brasileiros, indígenas ou protagonizados por mulheres;”

Ainda no seu § 5º do art. 86:

“§ 5º As Agências Financeiras Oficiais de Fomento deverão ainda:

....

II - observar a diretriz de redução dos níveis de desemprego, bem como das desigualdades de gênero, raça, etnia, geracional, regional e de pessoas com deficiência, quando da aplicação de seus recursos;

III - publicar relatório anual do impacto de suas operações de crédito no combate às desigualdades mencionadas no inciso II deste parágrafo”

Ou seja, das dez prioridades elencadas pelo Governo Federal e aprovadas pelo Congresso Nacional que o BNDES deve observar, três se referem de forma evidente a questão do enfrentamento às desigualdades de gênero. No entanto, do ponto de vista concreto, pouco se sabe a respeito do tratamento dado pelo BNDES aos ditames da LDO, pois o relatório a que se refere o inciso III do parágrafo 5º do art. 86, não foi publicado e outros mecanismos de transparência ainda estão longe do esperado pela sociedade. Convém lembrar que os Relatórios de Gestão referentes ao exercício de 2008 e 2009, divulgados no portal do órgão, só fazem referência ao tema ao replicarem o texto da LDO.

Destaque ainda para o inciso IV do § 1º do art. 86:

“§1º A concessão ou renovação de quaisquer empréstimos ou financiamentos pelas Agências Financeiras Oficiais de Fomento não serão permitidas:

IV – às instituições cujos dirigentes sejam condenados por assédio moral ou sexual, racismo, trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.”

Demonstrando a trajetória limitada do Banco relativamente ao tratamento das desigualdades de gênero, é reproduzido o “ Histórico do BNDES em relação à equidade de oportunidade” presente em seu portal.¹³

“Quanto às ações do BNDES com foco na sociedade, podemos citar:

1. O Programa Mãe-Canguru, onde o apoio do Banco foi fundamental para o mesmo ser alçado à política pública, no final dos anos 90;
2. O fortalecimento e apoio às instituições que trabalham com o microcrédito, facilitando o acesso ao crédito pelos usualmente excluídos do crédito formal, significando 95% dos beneficiários, onde 70% recebem de um a cinco salários- mínimos e 64% desse contingente de tomadores são mulheres;
3. a inclusão nos seus contratos operacionais e administrativos da “Cláusula Social”, na qual o Banco explicita sua posição de combate à qualquer tipo de discriminação, em especial, a de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, não obstante estar considerada nas políticas adotadas, assumindo a responsabilidade de atuação social que a instituição pode exercer.”

Em relação ao item 2, chama a atenção o fato que informações fundamentais para a sociedade e para orientação das políticas do

13 www.bndes.gov.br – Programa Pró-equidade de Gênero.

Banco, conforme previsto nas LDO´s, são extraídas do Seminário “O desafio do microcrédito produtivo orientado – perspectivas e tendências”, realizado no BNDES em novembro/2007, ao invés de um acompanhamento sistemático do perfil dos tomadores, ou mesmo de estudos e avaliações promovidas pelo Banco.

Em relação ao item 3 citado, a Circular nº 16/2011, de 18/03/2011,¹⁴ apresenta modelo da Declaração que atesta a inexistência de decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos, por ela ou por seus dirigente, que importem em infração à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil ou trabalho escravo, e/ou de sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, ou importem em crime contra o meio ambiente. Do contrário, fica impedida a contratação da operação até a comprovação do cumprimento da reparação imposta ou da reabilitação da Postulante ou de seus dirigentes, conforme o caso. No caso de se comprovar a existência de sentença condenatória transitada em julgado poderá ocorrer o vencimento antecipado do instrumento

14 Circular nº 16/2011

A (Postulante), sociedadesede em, Estado de, na, inscrita no CNPJ sob o nº neste ato representada por seus representantes legais e, declara ao (Agente Financeiro) que inexistem, contra si e seus dirigentes decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil e trabalho escravo, e/ou sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, ou que importem em crime contra o meio ambiente.

contratual no qual se formalize a colaboração financeira do BNDES. Tal instrumento tem um papel importante, mas especialmente quanto às situações que envolvem discriminações de gênero parece pouco efetivo.

Operações com Recursos não Reembolsáveis

O Estatuto Social do BNDES¹⁵ em seu art.9º, incisos IV, V e VI, permite ao Banco efetuar aplicações não reembolsáveis nas seguintes situações:

“IV - efetuar aplicações não reembolsáveis em projetos ou programas de ensino e pesquisa, de natureza científica ou tecnológica,....

V - efetuar aplicações não reembolsáveis, destinadas especificamente a apoiar projetos, investimentos de caráter social, nas áreas de geração de emprego e renda, serviços urbanos, saúde, educação e desportos, justiça, alimentação, habitação, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento rural e outras vinculadas ao desenvolvimento regional e social, bem como projetos de natureza cultural, observadas as normas regulamentares expedidas pela Diretoria;

VI - contratar estudos técnicos e prestar apoio técnico e financeiro, inclusive não reembolsável, para a estruturação de projetos que promovam o desenvolvimento econômico e social do País ou sua integração à América Latina;”

15 Decreto nº 4.418, de 11.10.2002, alterado pelos Decreto nº 6.322, de 21.12.2007. Decreto nº 6.716, de 29.12.2008

Compete à Diretoria autorizar tais aplicações, conforme define o art. 15. Já a proposta de destinação do lucro líquido, fonte de recursos dessas aplicações, é competência do Conselho de Administração, que a encaminha ao ministro da Fazenda para sua aprovação, conforme art. 25, §9º. Tal decisão deverá ser publicada no Diário Oficial da União em até 30 dias, a contar da data em que for aprovada.

Segundo o art. 29 o BNDES poderá destinar recursos para a constituição de fundos específicos, relativos às aplicações não reembolsáveis citadas acima. Esses fundos podem ser constituídos por duas fontes, conforme estabelece o parágrafo único do art. 29. A primeira, que consta de alteração realizada no Estatuto em dezembro de 2007¹⁶, são as dotações previstas no orçamento do BNDES, limitadas a 10% do lucro líquido do ano anterior além do limite de 1,5% do seu patrimônio líquido. A segunda fonte são doações e transferências efetuadas ao BNDES para as finalidades citadas.

Em 2010 o lucro líquido do BNDES foi R\$ 9,9 bilhões e seu patrimônio líquido totalizou R\$ 65,9 bilhões em 31 de dezembro de 2010, segundo informações do portal do BNDES. Isso significa que em 2011 o Banco poderá aplicar quase R\$ 1 bilhão em operações não reembolsáveis.

Rápido histórico

Na década de 80 o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico passou a incorporar em seu nome a expressão “Social”, demonstrando a orientação de passar a ser um banco de

16 Decreto nº 6.322, de 21.12.2007

desenvolvimento orientado para atender a demandas econômicas e sociais.¹⁷

O Banco passou a ser gestor do Fundo de Investimento Social – Finsocial, cujo objetivo era apoiar programas de alimentação, habitação popular, saúde, educação e amparo ao pequeno produtor. Em 1990, este fundo foi extinto e também a área de Operações Sociais responsável pela aplicação de seus recursos no Banco.

Como resultado de demandas do movimento social presentes em espaços colegiados como o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT e da Comunidade Solidária o Banco recria em 1996 a Área Social, sob a denominação de Área de Desenvolvimento Regional e Social e 3 em de julho de 1997, institui o Fundo Social, para apoio financeiro não reembolsável de projetos de caráter social. De 1997 a 2002 suas prioridades foram a atenção social às crianças e jovens em situação de risco social se deslocando a partir de 2003 para o apoio a projetos de geração de trabalho e renda, visando à redução da desigualdade social e econômica.¹⁸

Como será visto mais adiante, o BNDES sempre foi uma instituição fechada e pouco transparente. Assim, os dados e algumas informações relativas às operações não reembolsáveis, especialmente ao Fundo Social, relatadas se referem ao período de 1997 a 2008, disponibilizadas no âmbito de trabalho apresentado por dois servidores, NEVES e LEAL, da área de

17 IBASE. Democracia Viva nº 31. *O BNDES é nosso*. BADIN, Luciana; PINTO, João Roberto Lopes; TAUZ, Carlos abril/junho 2006.

18 NEVES, Roberto Oliveira das; LEAL, Rodrigo Mendes. BNDES. *Investimento social não reembolsável do BNDES: a trajetória do Fundo Social até 2008*.

inclusão social do BNDES, não sendo possível atualizá-las.

Até 2008 o Fundo Social foi o principal instrumento para operações não reembolsáveis. A partir desse ano o Banco inicia um processo de diversificação com inclusão de novas modalidades e áreas de atuação nas operações não reembolsáveis.

Na reformulação da norma do Fundo em 2008, fica evidente a intenção do Banco de ampliar sua atuação com projetos de meio ambiente.

O apoio a ações culturais com recursos não reembolsáveis, até então financiadas no âmbito do Fundo Social, passa também a ter espaço próprio, com a criação do Fundo Cultural com objetivo de aprofundar as ações desenvolvidas na área cultural, mas também de empreender ações estruturantes.

A diversificação das formas de apoio não reembolsável do BNDES, ao setor cultural e do patrocínio a eventos e publicações somam-se outros instrumentos como o Fundo Tecnológico – Funtec, o Fundo de Estruturação de Projetos – FEP, e o Fundo Amazônia.

Veja na tabela 13 os instrumentos para operações com recursos não reembolsáveis em 2011.

Fundo Social a partir de 2003

Segundo NEVES e LEAL¹⁹ de 1997 a 2008 o Fundo Social possibilitou a contratação de projetos no valor de R\$ 413 milhões, que resultaram no desembolso de R\$ 322 milhões pelo BNDES, distribuídos no tempo. Se compararmos com lucro do Sistema BNDES em 2008 de R\$ 5,3 bilhões, tais montantes

19 NEVES, Roberto Oliveira das; LEAL, Rodrigo Mendes. BNDES. *Investimento social não reembolsável do BNDES: a trajetória do Fundo Social até 2008*.

Tabela 13

Recursos não reembolsáveis	Origem dos Recursos	Objetivo	Modalidade de Operações
BNDES Fundo Social	Reversão dos lucros anuais do BNDES.	Apoiar projetos de caráter social nas áreas de geração de emprego e renda, serviços urbanos, saúde, educação e desportos, justiça, meio ambiente, desenvolvimento rural e outras atividades vinculadas ao desenvolvimento regional e social.	Seleção de Projetos, Premiação e Apoio Continuado
BNDES Fundo Tecnológico – BNDES Funtec	Reversão dos lucros anuais do BNDES.	Apoiar projetos que estimulem o desenvolvimento tecnológico e a inovação de interesse Estratégico para o país, em conformidade com os Programas e Políticas Públicas do Governo Federal.	Apoio Continuado
BNDES Fundo de Estruturação de Projetos – BNDES FEP	Reversão dos lucros anuais do BNDES.	Apoiar a realização de pesquisas ou estudos que contribuam para a formulação de políticas públicas ou a geração de projetos relacionados ao desenvolvimento econômico e social do Brasil e da América Latina.	Chamadas Públicas
Fundo Amazônia	Doações de investidores externos	Apoiar ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma amazônico, nos termos do Decreto nº 6.527, de 01/08/2008.	Apoio Continuado
Apoio a projetos no Setor da Cultura: Patrimônio Histórico e Arqueológico Brasileiro. Preservação de Acervos. Desenvolvimento de Séries de Animação e Documentários para TV	Dotações anuais no orçamento de aplicações do BNDES	Privilegia: – o desenvolvimento e fortalecimento da cadeia produtiva da economia da cultura no país; – a preservação da memória cultural intangível; – a preservação do patrimônio histórico arquitetônico associado à revitalização urbana e turística e ao desenvolvimento social – a inclusão social através da arte e da cultura.	Apoio Continuado e Seleção Pública de projetos
Patrocínio a Eventos e Publicações	Dotações anuais no orçamento de aplicações do BNDES	Apoio à edição de publicações de terceiros e a realização de eventos de caráter coletivo e curta duração – como festivais, congressos, feiras e seminários – que possam gerar benefícios significativos para a sociedade brasileira e contribuir para reforçar a imagem do BNDES.	Apoio Continuado

evidenciam o caráter fortemente limitado da ação do Banco com os investimentos não reembolsáveis neste Fundo.

Entre 2003 e 2008 o Fundo passou por três grandes reestruturações, em 2003, 2005 e 2008.

Em 2003, foi definida a prioridade para projetos inovadores e replicáveis como políticas públicas, com ênfase na dimensão social, conforme a Resolução 1.069/2003:

“(...) as aplicações do Fundo Social – FS serão realizadas nas seguintes modalidades:

I. apoio a projetos de natureza social, dotados de eficácia e inovação, que possam instrumentar medidas para políticas públicas.

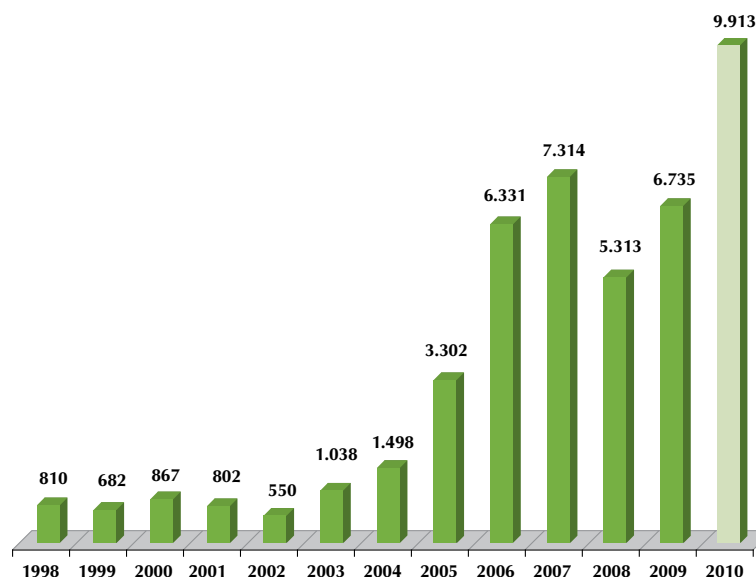
II. apoio a projetos piloto para a implementação de medidas para políticas públicas;

III. apoio complementar a projetos de caráter social, beneficiários de apoio financeiro reembolsável do BNDES, que contribuam efetivamente para atenuar as desigualdades sociais, econômicas ou regionais do país (...)”

A reestruturação que ocorreu em 2005 definiu prioridade para as bases territoriais com carências ou potencialidades, com destaque para as seguintes diretrizes:

- » priorizar projetos que atuem de forma intersetorial e interinstitucional, objetivando a ampliação do impacto das ações apoiadas;

Gráfico 2 – Evolução do lucro líquido do BNDES (R\$ milhões)



- » viabilizar parcerias institucionais, visando ampliar o espectro de atuação; e
- » contribuir para políticas públicas, no que se refere ao desenvolvimento regional e social, com foco nas áreas com baixo nível de desenvolvimento.

São definidas três modalidades:

- I – Projetos que se constituam em elementos necessários e relevantes para a formatação e implementação de programas e projetos regionais e sociais, e a eles articulados, que

umentem sua eficácia e vise, os seguintes objetivos, destacados entre os dez apresentados²⁰:

- a) formatação e consolidação do atendimento à população em áreas de baixa renda, sob a forma de Redes de Serviços e de Atenção Social;
- b) convergência com Programas Federais prioritários destinados a setores sociais básicos e territórios com baixo nível de desenvolvimento relativo e regiões de extrema pobreza;
- c) desenvolvimento institucional orientado, direta ou indiretamente, para os agentes repassadores do Programa de Microcrédito – PMC;
- d) fortalecimento de aglomerações produtivas, mediante financiamento de equipamentos coletivos;
- e) estruturação de economias locais e regionais em polos turísticos, para geração de trabalho e renda, em torno de atividades de preservação e exploração de patrimônio histórico-cultural;
- f) desenvolvimento, difusão e reaplicação de tecnologias sociais aprimoradoras de políticas públicas.

II – Projetos enquadrados em programas aprovados pela Diretoria do BNDES para utilização específica de recursos do Fundo Social (...)

20 A lista completa de objetivos encontra-se no portal do BNDES. NEVES, Roberto Oliveira das; LEAL, Rodrigo Mendes. BNDES. *Investimento social não reembolsável do BNDES: a trajetória do Fundo Social até 2008*.

III – Projetos selecionados com base em regulamento aprovado pela Diretoria do BNDES, bem como o apoio à premiação de projetos e iniciativas bem sucedidas oriundas de processo institucionalizado de seleção (...)

Chama a atenção o fato da modalidade definida no item I estabelece dez objetivos que definem possíveis enquadramentos, ou seja, critérios mínimos, enquanto especialmente a modalidade prevista no Item II, apresentam a discricionariedade da ação da Diretoria, o que a depender do volume de recursos contratados em cada uma, pode ser um problema. Mas, como não é possível o acesso às Resoluções, uma análise mais aprofundada fica prejudicada.

A terceira reestruturação ocorreu em outubro de 2008, com destaque para as seguintes alterações²¹:

“– priorização dos investimentos em geração de emprego e renda e a ampliação das possibilidades de apoio ao segmento;

– inclusão nas modalidades de apoio de projetos ‘de cunho predominantemente ambiental’ e ‘cujos investimentos se situem no entorno dos grandes projetos financiados pelo BNDES’; e

– agora, condicionado à previsão no Plano de Aplicação do Fundo Social, o apoio às áreas de saúde, educação e

21 NEVES, Roberto Oliveira das; LEAL, Rodrigo Mendes. BNDES. *Investimento social não reembolsável do BNDES: a trajetória do Fundo Social até 2008*.

justiça foi delimitado para projetos inovadores com parcerias institucionais estabelecidas com entidades públicas federais ou estaduais, que demonstrem capacidade de replicação e tenham ampla abrangência geográfica.”

São elencadas as seguintes modalidades:

“– apoio estabelecido em programas ou linhas específicos aprovados pela Diretoria do BNDES para utilização de recursos do Fundo Social;

– apoio a projetos de geração de emprego e renda para entidades que não possuam capacidade de endividamento, mediante interveniência de parceiros estratégicos;

– apoio complementar às fontes de um projeto reembolsável, nos casos previstos em Programas ou formalizados pelo BNDES por meio de instrumentos de cooperação;

– apoio complementar a investimentos não reembolsáveis de geração de emprego e renda do Governo Federal ou Estadual ou de instituição de direito privado sem fins lucrativos, desde que vinculada a uma iniciativa do Poder Público.”

No período de 2003 a 2008, dois segmentos apoiados obtiveram maior destaque: empreendimentos na área de saúde e apoio a projetos de catadores de materiais recicláveis, onde foram enquadrados até fim de 2008, 55 projetos, totalizando

R\$ 38,5 milhões, com estimativa de beneficiar cerca de 3,2 mil catadores.²²

Novas diretrizes do Fundo Social

A articulação institucional é a principal orientação do Fundo Social a partir de 2008. Duas diretrizes se destacam²³:

- » adoção de parcerias estratégicas como instrumento para superar algumas das dificuldades colocadas, “entre elas os elevados custos para o desenvolvimento e o acompanhamento de projetos, no caso do apoio direto a beneficiários de pequeno porte, normalmente com gestão pouco desenvolvida e espalhados pelo Brasil, como é o caso de muitas organizações não governamentais (ONGs), municípios e cooperativas”, e aumentar a eficiência e a capilaridade dos investimentos.
- » Priorização do alinhamento com as políticas públicas existentes, com a premissa de que, dessa forma, os investimentos tendem a atingir resultados mais eficazes e sustentáveis.

Chama a atenção a posição do superintendente da Área de Inclusão Social em 2009, senhor Ricardo Ramos, evidenciando a posição do Banco²⁴:

22 *ibidem*

23 *ibidem*

24 NEVES, Roberto Oliveira das; LEAL, Rodrigo Mendes. BNDES. *Investimento social não reembolsável do BNDES: a trajetória do Fundo Social até 2008*.

“Não é racional utilizar os recursos humanos do BNDES, que são escassos e altamente qualificados, para analisar e acompanhar alguns poucos projetos de pequeno valor. Esses recursos humanos devem ser utilizados para atingir o maior número possível de pessoas, uma vez que são muitas as carências no país. É racional se buscar escala na aplicação dos recursos sociais.”

“O acompanhamento dos projetos deve ser realizado pelo parceiro estratégico, cabendo ao BNDES analisar seu processo de acompanhamento, avaliar sua prestação de contas e monitorar os resultados, reservando-se o direito de realizar o acompanhamento *in loco* quando entender que é necessário.”

Nessa direção, o BNDES firmou convênios com “parceiros estratégicos”, que serão cofinanciadores e responsáveis pela gestão de projetos executados por terceiros.²⁵

Em março de 2008, a SPM e o BNDES realizaram Seminário com a finalidade de discutir o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o fortalecimento das atividades empreendedoras das mulheres, fundamentadas em uma visão estratégica de equidade de gênero. Não são conhecidos os desdobramentos concretos de tal evento.

Ressalte-se ainda que, no âmbito do Planejamento Corporativo para o período 2009-2014 foram eleitos quatro temas transversais

25 Destaque para as parcerias com a Fundação Banco do Brasil, Fundação Odebrecht, Ministério de Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, bem como estados da União, como Ceará, Piauí e Sergipe.

que devem ser promovidos e enfatizados em todos os empreendimentos apoiados pelo Banco: inovação, desenvolvimento local e regional e desenvolvimento socioambiental e desenvolvimento do entorno dos projetos.

Operacionalização do Fundo Social²⁶

São três modalidades de operação:

- » Seleção Pública: são divulgadas apenas duas seleções, destinada a Catadores de Materiais Recicláveis, encerrada em 01/07/2008, e a Iniciativa BNDES Mata Atlântica: encerrada em 01/07/2009;
- » Premiação: Não consta nenhum edital de premiação;
- » Apoio Continuado: são apresentadas algumas regras e condições, entre elas o apoio a investimentos de “caráter social nas áreas de saúde, educação e justiça, cujos benefícios favoreçam, no mínimo, cinco estados ou duas regiões geográficas e sejam direcionados, prioritariamente, às populações de baixa renda, ou seja, no mínimo 50% da capacidade do projeto seja para atendimento gratuito da população”. Podem ser apoiados empreendimentos vinculados a iniciativas inovadoras nas áreas de saúde, educação e justiça, em convergência com políticas públicas, com parcerias institucionais estabelecidas com entidades federais

26 Ver critérios completos no anexo I BNDES – Fundo Social.

ou estaduais, que demonstrem capacidade de replicação e tenham abrangência.

Os recursos do Fundo Social serão destinados a investimentos fixos, capacitação; capital de giro; despesas pré-operacionais e outros itens que sejam considerados essenciais para a consecução dos objetivos do apoio.

O BNDES poderá participar com até 100% dos itens financiáveis. Na modalidade de Apoio Continuado, complementar a investimentos vinculados a iniciativas do Poder Público, a participação do BNDES será de até 50% do valor total dos recursos financeiros previstos para o projeto.

As Organizações Não Governamentais e o BNDES

Em julho de 2007 um conjunto de organizações da sociedade civil se articularam tendo como ponto central a luta pela democratização do BNDES, maior instrumento de desenvolvimento brasileiro, que conta com um orçamento maior até do que o orçamento do Banco Mundial. Apesar de o Banco ser gestor de recursos público não divulga os critérios que o orientam, nem detalhes públicos das operações que realiza. Batizada como “Plataforma BNDES”, essa articulação tem os seguintes objetivos:

“Acreditamos que um banco público de fomento ao desenvolvimento deve ser transparente, estar acessível ao controle social e ter como norte dos seus programas e financiamentos a superação das desigualdades, a responsabilidade diante da questão climática e a promoção de um desenvolvimento que tenha metas

socioambientalmente sustentáveis e factíveis de melhoria de vida da maioria da população brasileira”.²⁷

Propõe quatro eixos de diálogo e apresentam propostas concretas para a reorientação do Banco²⁸:

1. Transparência e necessidade de publicidade;
2. Participação e controle social;
3. Desenvolvimento de critérios e parâmetros para os desembolsos do Banco: entre eles questões de gênero e raça/etnia;
4. Políticas setoriais para as seguintes áreas:
 - a. Infraestrutura social;
 - b. Descentralização do crédito;
 - c. Desenvolvimento rural sustentável e agroecológico;
 - d. Energia e clima;
 - e. Integração regional.

No eixo que trata da Transparência e Publicidade, o documento da Plataforma ressalta a urgência de se democratizar o Fundo Social, através da divulgação de editais públicos para seleção de projetos a serem apoiados.

²⁷ www.plataformabndes.org.br – Quem Somos

²⁸ O detalhamento de todos os eixos e as propostas e demandas apresentadas podem ser acessados no endereço http://www.plataformabndes.org.br/documento_plataforma.pdf

Apresentam como demanda a construção de uma Política de Informação Pública – PIP com destaque para a publicidade dos seguintes informações:

1. do Relatório de Análise, documento encaminhado para a Diretoria na ocasião da aprovação de projetos e que orienta a decisão da mesma;
2. da totalidade de sua carteira de projetos;
3. da lista de beneficiários do Fundo Social e do Fundo Tecnológico, além de suas regras e critérios;
4. de informações básicas sobre os projetos aprovados, tais como: objetivo do projeto, executor, área de abrangência, valor total do projeto, valor do financiamento, contrapartida, taxa de juros, prazo, carência, relatório de impacto socioambiental (incluindo a classificação – o *rating* – e o recorte étnico-racial e de gênero), o responsável pelo acompanhamento do projeto dentro do Banco, critérios para acesso e liberação do financiamento, impactos sociais e econômicos esperados.

Quanto ao eixo que trata de critérios e parâmetros para os desembolsos do Banco, no que se refere às questões de gênero, raça e etnia, as demandas apresentadas pela Plataforma são:

1. Apresente seus planos quanto à aplicação dos princípios da LDO nos projetos já aprovados;

2. Construa mecanismos de monitoramento, participação e controle social em relação à aplicação das diretrizes da redução das referidas desigualdades;
3. Crie um mecanismo que vincule a liberação dos empréstimos à avaliação de impactos planejados e não planejados quanto às referidas desigualdades;
4. Crie um mecanismo que vincule futuros empréstimos à apresentação de resultados concretos de mudanças em termos da redução das desigualdades a partir do investimento realizado;
5. Financie projetos que favoreçam a igualdade de raça, gênero e etnia.

Como resultado das negociações em 2009 o Banco passou a disponibilizar algumas informações sobre suas operações de financiamento, por meio do portal institucional na internet (www.bndes.gov.br). Desde 2008 o Banco disponibilizava as informações relativas às 50 maiores operações diretas de financiamento de cada área de atuação do BNDES. A partir de 2009, a consulta passou a abranger todas as operações de crédito, diretas e indiretas.

A consulta permite aos cidadãos dispor dos seguintes dados: nome do cliente, CNPJ, descrição do projeto apoiado, Unidade da Federação, data da contratação, valor do financiamento. As informações são atualizadas trimestralmente e apresentam os projetos contratados nos últimos 12 meses²⁹.

29 www.bndes.gov.br

As informações são disponibilizadas em quatro categorias de consultas, segundo seis grandes áreas:

Consultas

- » Consulta às operações diretas com empresas;
- » Consulta às operações indiretas com empresas;
- » Consulta às operações com micro, pequenas e médias empresas;
- » Consulta às operações com estados/municípios.
- » Áreas
- » Área de Inclusão Social;
- » Área de Infraestrutura;
- » Área de Insumos Básicos;
- » Área Industrial;
- » Área de Comércio Exterior;
- » Área de Meio Ambiente.

Mas, apesar de ser um passo importante, tal disponibilização de informações está muito aquém do que é necessário, conforme afirmação do representante da CUT na Plataforma BNDES, Adelfon Telles “é preciso ressaltar que ocorreram mudanças importantes no BNDES em relação ao governo passado, aumentando a transparência... mas não com a radicalidade que os movimentos sociais desejamos”³⁰ Não estão disponíveis no portal do BNDES as Resoluções que definem as modalidades de aplicação, o orçamento anual e o plano de aplicação do Fundo Social. Não é possível

30 <http://www.ibase.br/dvdm> – Boletim de Acompanhamento Social do BNDES, 11/03/2008.

a identificação das operações de financiamento sem reembolso.

Nas consultas às operações diretas e indiretas com empresas, na Área de Inclusão Social estão operações que contam como clientes os estados, municípios, CEF, companhias de saneamento estaduais, cooperativas de crédito, cooperativas de recicladores, empresas privadas entre outros.

Concretizando o acordo cooperação técnica e financeira entre o BNDES, com recursos do Fundo Social, e a Fundação Banco do Brasil firmado em 2009, objetivando “estruturação de cadeias produtivas da economia solidária, reaplicação de tecnologias sociais e promoção do desenvolvimento territorial” destaca-se a operação no valor de R\$ 20 milhões anuais, no prazo de cinco anos, prorrogável por igual período, Destaca-se também a operação com a Cáritas Brasileira em 2010 no valor R\$ 5 milhões destinado a projetos de geração de trabalho e renda.

São várias as áreas beneficiadas, desde transporte, saneamento básico, melhoria da gestão pública, microcrédito atividades econômicas diversas, urbanização, saúde entre outros.

Nas consultas às operações com micro, pequenas e médias empresas destacam-se empresas de energia, fundações, cooperativas de catadores, entidades vinculadas a área da cultura, além de empresas diversas. São beneficiadas as áreas de energia, saúde, cultura, especialmente patrimônio histórico, audiovisual, microcrédito produtivo, atividades econômicas diversas.

A descrição dos projetos é muito sucinta, não permitindo evidenciar uma eventual vinculação direta com as políticas direcionadas prioritariamente para mulheres e/ou com enfoque de gênero. Neste contexto, a análise das informações

disponibilizadas a partir de 2008, não indica que as organizações de mulheres sejam “clientes” do BNDES.

A presença de organizações não governamentais vinculadas à construção da cidadania é limitada a fundações e associações civis ligadas a área da cultura, especialmente vinculadas ao patrimônio histórico, meio ambiente, com ressalva para patrocínio de eventos organizados pela Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG, e Rede de Tecnologia Social – RTS.

Tal quadro espelha a orientação do Banco a partir de 2008 com o estabelecimento de parcerias estratégicas e não com ONG´s e cooperativas de pequeno porte.

Ressalta-se, ainda, a existência de várias operações vinculadas ao fortalecimento do microcrédito e economia solidária, que segundo dados extraídos de Seminário realizado em 2007 pelo BNDES, as mulheres são a maioria dos tomadores de empréstimo (64%).³¹

Caixa Econômica Federal – CAIXA

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda. São órgãos da Administração da CAIXA, o Conselho de Administração, composto por sete conselheiros, e a Diretoria que é constituída pela Presidência, Conselho Diretor, composto pelo presidente da CAIXA e por nove vice-presidentes, nomeados pelo Presidente da República, por indicação do ministro da Fazenda, ouvido o Conselho de Administração.

31 Dados extraídos do Seminário “O Desafio do Microcrédito Produtivo Orientado – Perspectivas e Tendências”, realizado no BNDES em novembro/2007.

A empresa foi ainda a primeira instituição financeira brasileira a ter uma mulher como presidenta e elevou a quantidade de mulheres e negr@s na ocupação de cargos de chefia. Atualmente, num universo de 78 mil funcionári@s, sendo 36.500 mulheres e 6.000 delas ocupam cargo de gerência, o que representa 39,55%.³²

O respeito à diversidade é um dos valores da CAIXA, definidos em seu Planejamento Estratégico, estando também previsto a formulação de políticas promotoras da igualdade de oportunidades.

O Banco aderiu a vários compromissos internacionais e nacionais vinculados aos direitos humanos e em especial à diversidade:³³

- » 2003 – Pacto Global da ONU pelos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), em 2005;
- » 2005 – Pacto Nacional pela erradicação do trabalho escravo e ao Programa Pró-Equidade de Gênero;
- » 2010 – Princípios de Empoderamento das Mulheres, e o Pacto Global das Nações Unidas.

Relativamente a sua política de gestão de pessoas a CAIXA aprovou em 2005 o “Programa CAIXA de Diversidade” desenvolvendo políticas e ações relacionadas à promoção da diversidade no

32 Balanço Social, CAIXA 2010. Disponível em <http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/caixa/balanco_social/RA_caixa_2010_simples.pdf>

33 Balanço de Governo 2003-2010. Disponível em <www.balancodegoverno.presidencia.gov.br>

ambiente corporativo, orientando as políticas corporativas de respeito ao ser humano e às diferenças de raça, gênero, orientação sexual e crenças religiosas.³⁴ Destaque-se que a CAIXA recebeu o Selo Pró-Equidade de Gênero em suas três edições.

A seguir são apresentadas algumas iniciativas nesta linha de ação:

- » Campanha de esclarecimento e estímulo à autodeclaração racial;
- » Campanha equilíbrio de gênero nos cargos de gestão;
- » Participação no Ciclo de Encontros Regionais de Fortalecimento da Equidade de Gênero no Trabalho;
- » Instauração de comissões de diversidade:
 - ✓ Comissão Nacional Pró-Equidade de Gênero;
 - ✓ Comissão Nacional Igualdade de Raça;
 - ✓ Comissão Nacional LGBT;
 - ✓ Comissão Nacional Pessoas com Deficiência.

Desde 2004 a CAIXA participa das celebrações do Dia Internacional da Mulher, oferecendo a emissão e a regularização gratuita de CPF para mulheres. Segundo seu portal 1,5 milhão de mulheres já emitiram o documento gratuitamente.

Uma importante iniciativa foi a criação do Fundo Socioambiental em 2010, que será objeto de análise a seguir. O Fundo é destinado ao apoio financeiro de projetos de caráter social e ambiental, tendo como objetivo ampliar sua atuação no incentivo a ações que promovam o desenvolvimento sustentável.

O PPA 2008/2011 na CAIXA está distribuído em 20 ações, vinculadas a 11 programas federais. Apenas o programa 1209

34 Relatório de Sustentabilidade, CAIXA 2010.

– Banco Para Todos está sob a responsabilidade da CAIXA. Os demais programas estão sob a gestão de outros órgãos e nestes a CAIXA executa somente ações, indicadas na tabela 14.³⁵

Desde 2007, as Leis de Diretrizes Orçamentárias orientam a CAIXA a priorizar a redução do déficit habitacional e melhoria das condições de vida das populações em situação de pobreza, especialmente quando beneficiarem, entre outros, as mulheres chefes de família.

Outra orientação a ser seguida é a observação a diretriz de redução das desigualdades de gênero, raça, etnia, geracional, regional e de pessoas com deficiência, quando da aplicação de seus recursos, além da publicação de relatório anual do impacto de suas operações de crédito no combate a tais desigualdades. Também nessa agência financeira oficial de fomento o cumprimento de tais diretrizes é de difícil constatação, devido à ausência de informações em seu portal e da publicação do referido relatório.

O portal da Secretaria de Política para as Mulheres destaca a assinatura de Protocolo de Intenções com a CAIXA para apoiar o empreendedorismo feminino e a geração de trabalho e renda por meio do Microcrédito Produtivo Orientado. Além disso, cita a informação que por meio do Programa CAIXA ODM, dos 74 projetos apoiados, 18 projetos tem como foco o empoderamento da mulher, por meio do empreendedorismo feminino, nas comunidades em situação de risco socioambiental por todo o país, ou seja, 24% do total.³⁶

35 Relatório de Gestão 2010 – CAIXA. Disponível em <www.tcu.gov.br>

36 “SPM e Caixa assinam protocolo de intenções para apoiar empreendedorismo feminino”. Data: 22/03/2011. Disponível em <www.spm.gov.br>

Tabela 14

Programa 0167 – Brasil Patrimônio Cultural
Ação 9719 – Preservação e Difusão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural
Programa 0412 – Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora
Ação 9846 – Financiamento a Micro e Pequenas e Médias Empresas para Exportação
Programa 0419 – Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte
Ação 9772 – Financiamento a Micro, Pequenas e Médias Empresas (CAIXA – Investimento)
Ação 9366 – Financiamento a Micro, Pequenas e Médias Empresas (CAIXA – Capital de Giro)
Programa 0471 – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social
Ação 9729 – Difusão de Inovações Tecnológicas em Desenvolvimento Urbano
Programa 0781 – Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais
Ação 3252 – Instalação de Pontos de Atendimento Bancário
Ação 4106 – Manutenção da Infraestrutura de Atendimento
Programa 0796 – Informações Estatísticas e Geocientíficas
Ação 9464 – Informações sobre Índices de Construção Civil
Programa 0807 – Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura
Ação 111U – Instalação de Complexo Datacenter – Consórcio BB-CAIXA/DF
Ação 3286 – Instalação de Bens Imóveis
Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis
Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos
Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento
Programa 1209 – Banco para Todos
Ação 9A04 – Micropenhor
Ação 9757 – Conta Simplificada

Ação9758 – Concessão de Crédito à População de Baixa Renda
Programa 1321 – Habitação de Mercado
Ação 9517 – Antecipação de recebíveis imobiliário (Construgiro)
Ação 9516 – Financiamento para Compra de Material de Construção (Construcard)
Programa 1387 – Microcrédito Produtivo Orientado
Ação 909U – Crédito Produtivo Orientado a Microempreendedores Populares

Fundo Socioambiental CAIXA – FSA

O FSA contará com recursos correspondentes a até 2% do lucro líquido ajustado do ano anterior da Empresa. Serão apoiados os seguintes tipos de projetos: cidades sustentáveis, proteção da biodiversidade do cerrado e caatinga, desenvolvimento local sustentável e cidadania inclusiva com geração de trabalho e renda.³⁷

Em 2011 foi lançado edital para seleção de projetos na linha temática “Desenvolvimento Local Sustentável e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM”, com foco em educação e gestão de trabalho e renda. Nas propostas apresentadas as mulheres deverão estar em destaque como público-alvo a ser contemplado, conforme mostra a tabela 15.³⁸

Os projetos devem buscar os seguintes eixos de atuação:

- I. Comunidades do Saber/ Conhecimento – Apoio a projetos de fortalecimento da educação cidadã, de capacitação

37 http://www.caixa.gov.br/acaixa/fundo_socioambiental.asp

38 Chamada Pública 001/2011. *Fundo Socioambiental*. CAIXA. Regulamento Nº 001/2011. Disponível em <www.caixa.gov.br>

profissional e do acesso à educação básica e alfabetização de adultos;

- II. Comunidades Produtivas/ Produção – Apoio a projetos de economia solidária, arranjos produtivos locais ou fortalecimento de grupos cooperativos de modo a dinamizar a economia local por meio de investimento em máquinas, equipamentos e insumos necessários para estruturar a atividade produtiva, associados ou não a investimentos de capacitação técnica;
- III. Comunidades Integradas/ Infraestrutura – Apoio a projetos comunitários por meio da destinação de recursos para investimento em infraestrutura física, tendo como foco a construção ou recuperação de espaços comunitários ou centros de convivência destinados ao desenvolvimento de ações de interesse coletivo nas áreas de educação, cultura, esporte, lazer, cívicas e/ou geração de trabalho e renda.

Tabela 15 – Regiões a serem contempladas / Público-Alvo

ESTADO	PÚBLICO-ALVO
AMAPÁ	Povos indígenas, em especial, mulheres.
PARANÁ	Crianças, jovens e mulheres em situação de exploração sexual.
RIO GRANDE DO SUL	Mulheres em situação de vulnerabilidade socioambiental.
RONDÔNIA	Povos indígenas, em especial, mulheres.
SANTA CATARINA	Mulheres em situação de vulnerabilidade socioambiental.

O Comitê de Seleção será formado por empregad@s da CAIXA, que adotará os critérios e pesos mostrados na tabela 16.

Tabela 16

Nº CRITÉRIOS SOCIOAMBIENTAIS	PESO
1) Aderência das ações com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.	2
2) Análise do Contexto no qual o projeto se insere.	2
3) Potencialidade do impacto econômico, social, ambiental e cultural.	2
4) Participação da Comunidade Envolvida.	2
5) Matéria-Prima, Produção e Venda, (prioridade do uso de matérias-primas locais nos processos de produção, bem como as vendas e distribuição dos produtos).	2
6) Parcerias	2
7) Reaplicabilidade da metodologia do projeto 1.	1
8) Coerência entre Ações o Orçamento Físico-financeiro do Projeto.	1
9) Aderência das ações ao Plano Estratégico da CAIXA.	1

Será selecionado um projeto em cada um dos estados. O investimento previsto é de no máximo R\$ 120 mil por projeto e o prazo de vigência é de 24 meses. O FSA/ODM CAIXA realizará o monitoramento e avaliação da execução dos projetos.

Nos formulários de apresentação dos projetos é solicitada a caracterização dos beneficiários segundo sexo, idade,

Tabela 17

Superintendência Regional	Nome da Instituição	Nome do Projeto	Localidade	Valor Aprovado
Amapá	Instituto de Pesquisa e Formação Indígena IEPÉ	“Tecendo a Arte, Tecendo a Vida: organização das mulheres tiriyo e kaxuyana em torno de sua arte com sementes e miçangas”	São Paulo/SP	116.042,00
Extremo Sul/RS	Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor –ISAEC/CA	“Costurando o Desenvolvimento: Uma ação das mulheres quilombolas do Extremo Sul do Rio Grande do Sul	Pelotas/RS	118.650,00
Leste do Paraná	Associação Projeto Renascer	Casa do Pão	Palmeira/PR	112.079,00
Oeste de Santa	ONG Verde Vida	Programa Oficina Educativa	Catarina Chapecó/SC	76.900,00
Rondônia	Associação Gâbir do Povo Indígena Paiter Surui	Fortalecimento econômico e cultural Paiter	Cacoal/RO	85.566,00

quantidade de pessoas com deficiência e os Objetivos para Desenvolvimento do Milênio – ODM que serão atingidos pelo projeto.

Foram inscritos 30 projetos, sendo 20 classificados, entre eles, oito projetos explicitam o atendimento à mulher. A divulgação preliminar dos resultados, cabendo ainda recurso, aponta as cinco instituições vencedoras, sendo que duas explicitam o atendimento à mulher.³⁹

Banco do Brasil

O Banco do Brasil S.A. é pessoa jurídica de direito privado, sociedade anônima aberta, de economia mista, organizado sob a

39 www.caixa.gov.br

forma de banco múltiplo, vinculado ao Ministério da Fazenda. A União é a maior acionista do Banco do Brasil, detendo o controle com 59,2% do capital social.

Desde 2007 o BB aderiu ao Programa Pró-Equidade de Gênero, coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, e recebeu por duas vezes o selo Pró-Equidade de Gênero pelas ações empreendidas no âmbito do programa.

Em 2010 o Banco do Brasil aderiu aos “Princípios de Empoderamento das Mulheres”, lançados pelo UNIFEM/ONU Mulheres e Pacto Global das Nações Unidas.

O Banco do Brasil contribui em fóruns focados na responsabilidade socioambiental e promoção e valorização da diversidade, como por exemplo⁴⁰:

40 BANCO DO BRASIL. Relatório Anual 2010.

- » Grupo de Trabalho ONU Mulheres – Brasil;
- » Ciclo de Encontros para o Fortalecimento da Equidade de Gênero nas Empresas Públicas e Privadas de Capital Misto;
- » Pacto Global das Nações Unidas e ODM – Objetivos do Milênio;
- » Subcomissão da Diversidade da FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos;
- » Conselho Consultivo do Observatório Brasil para Equidade de Gênero.

O Banco lançou o Prêmio Valores do Brasil, concedido bianualmente, e na primeira e segunda edição, abordou a temática do Desenvolvimento Sustentável. Em seu edital não há nenhuma referência específica a gênero ou prioridade à mulher. No entanto, estão entre os premiados dois projetos direcionados à mulher. Na Categoria Nacional Formas de Organizações Sociais foi premiado o experimento “Mulheres trabalhadoras rurais: consolidando experiências de organização e agroecologia”, realizado pela Associação de Apoio às Comunidades do Campo do RN. Na Categoria Regional, Bioma Cerrado, o projeto premiado foi “Mulher com Cidadania”, sob a responsabilidade da União dos Clubes de Mães do Município de Itapecuru Mirim/CE.

Programas e ações sob responsabilidade do BB

O Banco do Brasil participa do processo de planejamento do Governo Federal, por meio de inclusões de 34 ações não orçamentárias e sete ações do Orçamento de Investimentos inseridas em 24 Programas de Governo no Plano Plurianual – PPA. As ações do Plano Plurianual que o BB está inserido estão apresentadas na tabela 18.

A cada ano cabe a Lei de Diretrizes Orçamentárias no âmbito Federal, orientar a política de aplicação dos recursos das Agências Financeiras Oficiais de Fomento. Desde 2007 a redução das desigualdades de gênero, étnico-raciais estão elencadas entre as diretrizes e prioridades a serem observadas. Estabelece ainda que as Agências Financeiras Oficiais de Fomento deverão publicar relatório anual do impacto de suas operações de crédito no combate às desigualdades elencadas, entre elas as desigualdades de gênero, raça e etnia⁴¹.

No entanto, da análise do Relatório Anual, Relatório de Sustentabilidade, Relatório de Gestão não dão conta da observação dessas prioridades na política de aplicação de seus recursos e tal relatório não está disponível no portal do Banco.

Programa de Patrocínios Banco do Brasil⁴²

Anualmente, o Banco do Brasil publica edital para seleção pública de projetos a serem patrocinados no ano seguinte, operando com transparência, democratização de acesso e regionalização dos recursos investidos.

Segundo o último edital lançado, os cursos serão destinados à realização de projetos institucionais e negociais. Por projetos institucionais entende-se aqueles que são ambientais, culturais e sociais.

Os projetos sociais são aqueles voltados à responsabilidade social, tendo como premissas:

41 Lei nº 11.514/2007, Lei nº 11.768/2008, Lei nº 12.017/2009, Lei nº 12.309/2010.

42 www.bb.gov.br

Tabela 18

Programa 0120 – Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
Ação 9B03 – Apoio a Atividades Produtivas para o Desenvolvimento das Regiões da Faixa de Fronteira
Programa 0135 – Assentamentos para Trabalhadores Rurais
Ação 90BP – Apoio a Atividades Produtivas para o Desenvolvimento Rural Sustentável em Assentamentos
Programa 0153 – Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
Ação 9A88 – Adolescente Aprendiz – Banco do Brasil
Programa 0167 – Brasil Patrimônio Cultural
Ação 9724 – Preservação e Difusão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural – BB
Programa 0168 – Livro Aberto
Ação 9A86 – Bibliotecas Comunitárias
Programa 0351 – Agricultura Familiar – Pronaf
Ação 9331 – Concessão de Crédito para Agricultores Familiares – Pronaf/FAT
Ação 9A97 – Apoio a Atividades Produtivas para o Desenvolvimento Regional Sustentável
Programa 0352 – Abastecimento Agroalimentar
Ação 9340 – Concessão de Crédito Rural
Ação 9487 – Negócios com Cooperativas
Ação 9490 – Comercialização de Produtos via Mercados Futuros e de Opções – BB Garantia de Preço
Programa 412 – Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora
Ação 9364 – Capacitação de Empresários em Comércio Exterior
Ação 9374 – Financiamento à Exportação – ACC/ACE
Ação 9A82 – Inserção de Micro e Pequenas Empresas no Comércio Exterior
Ação 9A83 – Ampliação de Exportações On-Line – Balcão de Comércio Exterior
Programa 419 – Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte

Ação 9365 – Financiamento a Micro e Pequenas Empresas – BB Investimento
Ação 9367 – Financiamento a Micro e Pequenas Empresas – BB Capital de Giro
Ação 90H8 – Negócios com Cooperativas de Crédito Urbanas
Programa 781 – Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais
Ação 3252 – Instalação de Pontos de Atendimento Bancário
Ação 4106 – Manutenção da Infraestrutura de Atendimento
Programa 807 – Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio
Ação 3286 – Instalação de Bens Imóveis
Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis
Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos
Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento
Ação 111U – Instalação de Complexo DataCenter – Consórcio BB – Caixa/DF
Programa 812 – Competitividade das Cadeias Produtivas
Ação 9725 – Financiamentos de Investimentos Empresariais
Programa 1008 – Inclusão Digital
Ação 909J – Rede de Telecentros Comunitários
Programa 1025 – Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – Promeso
Ação 9B04 – Apoio a Atividades Produtivas Prioritárias para o Desenvolvimento das Mesorregiões
Programa 1049 – Acesso à Alimentação
Ação 90CD – Construção de Cisternas na Região do Semiárido
Programa 1209 – Banco para Todos
Ação 9757 – Conta Simplificada
Ação 9758 – Concessão de Crédito à População de Baixa Renda

Obs.: A ação 9A85 – Consórcio de Eletroeletrônicos e Demais Bens Duráveis pertence à BB Consórcios, subsidiária do Banco do Brasil.

- » o foco na capacitação de cadeias produtivas, favorecendo o desenvolvimento regional sustentável;
- » a disseminação, entre os diversos extratos da sociedade, de conhecimentos e práticas voltadas à responsabilidade social;
- » a inserção socioeconômica;
- » a promoção da cidadania e do desenvolvimento humano;
- » a possibilidade de se desenvolver ações de relacionamento com clientes do Banco do Brasil durante os projetos.

A quantidade de projetos a serem apoiados será definida de acordo com os seguintes critérios:

- a) orçamento de patrocínios do Banco do Brasil, definido por sua Diretoria Executiva;
- b) capacidade operacional das áreas do Banco do Brasil responsáveis pela condução dos projetos a serem apoiados em 2011;
- c) período de realização, de forma a promover a distribuição de projetos ao longo do ano;
- d) local de realização, de forma a promover a distribuição de projetos pelo território nacional.

Em consonância com o que estabelece a LDO (Lei 12.309/2010 em seu art. 89, §1º inciso), também estão vedadas as inscrições de projetos, cujo proponente, organizador@s e/ou promotor@s que explorem trabalho infantil, degradante ou escravo ou que evidenciem discriminação de raça, credo, orientação sexual ou preconceito de qualquer natureza. Estão vedadas ainda as inscrições de projetos sociais que se enquadrem nos programas e ações da Fundação Banco do Brasil – FBB, entre outras vedações.

No processo de seleção estão previstas seis fases:

1. Fase de pré-seleção – análise técnica, com base nas premissas de visibilidade, fortalecimento da marca, relacionamento com seus clientes efetivos e potenciais, contrapartidas, brasilidade, inovação, democratização, distribuição geográfica, cidadania, colaboração do projeto para a promoção da cidadania e do desenvolvimento humano, potencial educacional, acessibilidade;
2. Fase de habilitação jurídica e regularidade fiscal;
3. Fase de negociação da cota de patrocínio e das respectivas contrapartidas;
4. Fase de homologação por Comitê do Banco do Brasil;
5. Apreciação do Comitê de Patrocínios da secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, para aprovação da proposta, no que lhe compete;

6. Contratação: projetos pré-selecionados, habilitados, negociados e homologados estarão aptos a serem contratados.

Em 2010, foram recebidas 7.297 inscrições e pré-selecionados 968 projetos, apenas cinco fazem referência direta à mulher, não especificada a natureza do projeto, exceto o apoio a dois eventos relativos à mulher contabilista:

- » X fórum da mulher contabilista do estado da Bahia.
- » Fórum da mulher contabilista.
- » Intervenção em situações de violência contra a mulher.
- » Capacitação e inclusão social dos jovens e mulheres rurais.
- » Mulheres brasileiras.

Ressalte-se que a atuação do Banco no apoio a projetos na área social é realizada de forma mais efetiva por meio da Fundação Banco do Brasil, da qual é patrocinador. No exercício 2010, o Banco fez contribuições para a Fundação Banco do Brasil no valor de R\$ 90.320 mil (R\$ 42.932 mil no exercício de 2009).⁴³

Fundação Banco do Brasil⁴⁴

A FBB é pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, instituída pelo Banco do Brasil S.A, vinculada ao Ministério da Fazenda. Tem a missão de articular e desenvolver ações sustentáveis de inclusão e transformação social, mobilizando parceiros e contribuindo

43 www.bb.com.br

44 Relatório de Gestão 2010. Disponível em <www.tcu.gov.br>

para a promoção da cidadania. Tem como objetivos a promoção, apoio, incentivos e patrocínio de ações de âmbito educacional, cultural, social, filantrópico, recreativo/esportivo e de fomento às atividades de pesquisa científico tecnológica e assistência às comunidades urbano-rural.

Sua atuação é direcionada prioritariamente as comunidades de agricultores familiares, agroextrativistas, assentados, quilombolas, indígenas e catadores de materiais recicláveis em todo o país, em especial nas regiões com baixos índices de desenvolvimento humano e comunidades sob maior risco de exclusão social.

O Relatório Social 2010 da Fundação apresenta a seguinte observação:

“Os projetos da Fundação Banco do Brasil incentivam a participação feminina no empreendedorismo. Com as mulheres, vêm a determinação, o olhar diferenciado, o cuidado, a paciência e a garra.”

O portal da Fundação apresenta algumas iniciativas relativas à temática de gênero e política para as mulheres, dentre elas:

- » Investimentos sociais em 2009 de R\$ 35 mil na Campanha Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Campo e da Floresta.⁴⁵
- » Investimentos sociais de R\$ 142,4 mil do curso de capacitação “Rodas de Mulheres”, ministrado pelo Instituto

45 Fundação apoia campanha de enfrentamento à violência contra a mulher do campo e da floresta, 27/05/2009. Disponível em <www.fbb.org.br>

de Arte e Desenvolvimento Humano Arcana.⁴⁶

Em 2010 os investimentos sociais da Fundação Banco do Brasil – FBB alcançaram R\$ 118,6 milhões em iniciativas, programas e ações estruturadas de educação, cultura, geração de trabalho e renda e reaplicação de tecnologias sociais. Para tanto, conta com parceiros estratégicos, podendo destacar em 2010 o BNDES, a Petrobras, o MTE/SENAES, o Banco Mundial – BID e o próprio Banco do Brasil.

Foram realizados investimentos sociais no valor de R\$ 29,8 milhões na área de Educação e Cultura destinados a cinco programas: AABB Comunidade, BB Educar, Inclusão Digital, Projeto Memória e Projeto Memória Documental. Não há destaque para a temática de gênero ou prioridade de atendimento às mulheres.

- » Inclusão das temáticas de gênero e raça, no III Encontro das Estações Digitais, promovido pela FBB;⁴⁷
- » Em 2006 a feminista Nísia Floresta foi a personalidade escolhida pelo Projeto Memória da FBB, que é uma tecnologia social de educação que pretende difundir a obra de personalidades que contribuíram significativamente para a transformação social, a formação da identidade cultural brasileira e o desenvolvimento do país. Seu objetivo em

46 Rodas de Mulheres forma lideranças no Distrito Federal, 09/09/08. Disponível em <www.fbb.org.br >

47 Estações Digitais – no penúltimo dia do Encontro, debates sobre raça e gênero, 17/06/10. Disponível em <www.fbb.org.br >

educação é alcançar professor@s, alun@s da rede pública de ensino, historiador@s e formador@s de opinião.

Na área de Geração de Trabalho e Renda foram investidos R\$ 85 milhões, incluindo R\$ 23 milhões de recursos de terceiros, dirigidos em cinco grupos: Reaplicação de Tecnologias Sociais, Cadeias Produtivas, Desenvolvimento Regional/Local Sustentável, Temáticos e Outros Projetos. Os recursos foram investidos em infraestrutura de empreendimentos da economia solidária, capacitação e assessoramento técnico/gerencial, aquisição de equipamentos e veículos e estudos e diagnósticos relacionados ao tema.

Em 2010, a Fundação deu prosseguimento à sua estratégia de atuar prioritariamente em algumas cadeias produtivas, como as organizações econômico-solidárias nos setores da reciclagem, ca-jucultura, mandiocultura, apicultura e artesanato.

No bloco grupamento “Temáticos” concentram-se projetos voltados para incubação de cooperativas, agricultura familiar, quilombolas, agroecologia, economia solidária, e ações sociais voluntárias de funcionários do Banco do Brasil

No tema Desenvolvimento Territorial, destaque para o suporte à gestão de empreendimentos das quebradeiras de coco babaçu do Território dos Cocais, no Maranhão.

Nas metas previstas para 2011, para os investimentos realizados com recursos próprios da FBB, apenas três se referem ao atendimento à mulher, conforme mostra a tabela 19.

Quanto ao apoio a organizações de Catador@s de Materiais Recicláveis, se destacam duas parcerias. A primeira com o Ministério do Trabalho e Emprego, MTE/SENAES, no valor de R\$ 16,8 milhões, beneficiando número expressivo de

Tabela 19 – Execução física trabalho e renda – recursos próprios

Tema	Programa	Meta Prevista		Meta Realizada		Meta Prevista para 2011		
Desenvolvimento Regional/local Sustentável	São Bartolomeu	200	Beneficiar diretamente trabalhadores	676	Participantes diretos	2	Contratar projetos para valorização de jovens e mulheres na Bacia do Rio São Bartolomeu	Projetos Apoiados
Temático	Economia Solidária	2	Apoio a projetos voltados para produção, industrialização, logística e capacitação de grupos solidários organizados	1	Projeto Apoiado	2	Contratar projeto para apoio a empreendimentos da economia solidária liderados por mulheres da agricultura familiar	Projetos Apoiados
		100	Beneficiar diretamente trabalhadores	600	Participantes diretos	2	Contratar projeto para reaplicação de tecnologias sociais em comunidades lideradas por mulheres	Projetos Apoiados

empreendimentos e de catador@s beneficiad@s (200 empreendimentos e aproximadamente dez mil catador@s) chamada de Projeto Cataforte. Ainda em 2010, foi construída a segunda parceria denominada CATAFORTE – Logística Solidária com o BNDES, a PETROBRAS e o MTE/SENAES, visando novas ações integradas e complementares de fortalecimento da infraestrutura das cooperativas de catador@s. Foram aprovados em 2010 11 projetos no montante de R\$ 7,5 milhões.

Na ausência de maiores detalhes sobre ambas as parcerias, não há nenhuma orientação quanto à inclusão da temática de gênero ou de atendimento prioritário à mulher. Mas, ressalta-se a realização do I e II Encontro Nacional das Mulheres Catadoras, promovido pelo Movimento Nacional das Catadoras de Material Reciclável (MNCR) e outras entidades, realizados em 2008 e 2011. A Fundação Banco do Brasil, em matéria divulgada em seu portal, reafirma seu apoio ao movimento feminino das catadoras no DF.⁴⁸

48 O despertar das guerreiras, 14/10/08.

Outra parceria que merece destaque é da Fundação e o BNDES que, por meio de acordo de cooperação técnica e financeira mútua, no valor de R\$ 200 milhões – R\$ 20 milhões aportados anualmente por cada um dos partícipes – visa promover a redução das desigualdades, a inclusão social e o desenvolvimento territorial, por intermédio de investimentos em projetos de interesse das Instituições, direcionados para a reaplicação de tecnologias sociais, a estruturação de empreendimentos solidários, urbanos e rurais, e o desenvolvimento de cadeias produtivas e territórios.

Em 2010, o acordo viabilizou a contratação de 73 projetos, envolvendo recursos da ordem de R\$ 43,9 milhões, dos quais o BNDES aportou R\$ 23,4 milhões, oriundos de seu Fundo Social, e a FBB, R\$ 20,5 milhões, da rubrica Recursos Próprios do Programa Trabalho e Cidadania. Segundo Relatório de Gestão 2010 nenhum dos projetos financiados no âmbito da Parceria FBB/BNDES n.º 09.2.0708.1 apresenta em sua descrição qualquer indicativo de enfoque de gênero, ou de atendimento prioritário à mulher.

Tabela 20 –Relação de projetos com movimentação em 2010

Modalidade Convênio	Beneficiário	Valores Pactuados	Contrapartida	Valores Repassados em 2010	Situação do Projeto
Interação institucional e capacitação de produtores de leite e cabra	CEAT – Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador e Trabalhadora				Aprovado
Aproveitamento do mesocarpo do babaçu com grupo de mulheres quebradeiras de coco do aglomerado 3 do território dos Cocais	Associação de Mulheres Trabalhadoras do Coco Babaçu da Microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense			71.949,22	Aprovado
Geração de renda – embarcações pesca artesanal	Cooperativa de Pescadores e Marisqueiras do Litoral Norte			5.586,00	Aprovado
Implantação de agroindústria (entrepasto) para beneficiamento dos produtos oriundos da apicultura na Região de Nazaré/TO	*Geração de renda e inclusão de mulheres e jovens em atividades economicamente rentável...	100.000,00	10.000,00		Aprovado
Padaria comunitaria com aproveitamento	União dos clubes de mães do município de Itapecuru Mirim	101.340,00	150,00	43.391,81	Aprovado
Usina de separação de materiais recicláveis	ONG MUJUR – Mulher Jurema	84.095,20	10.000,00		Aprovado
Inclusão produtiva de mulheres rurais	Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura	254.678,82	6.518,08		Aprovado
Aquisição de máquinas para produção de uniformes	*Saúde das mulheres que compõem o quadro social da Coopercostura....	111.600,00	4.000,00		Aprovado
Inclusão social dos indígenas da Região da Cabeça do Cachorro	Associação das Mulheres Indígenas da Região do Taracúá	180.400,00	20.000,00		Aprovado
Fortalecimento de iniciativas econômicas de agricultores familiares	Centro de Mulheres do Cabo	1.070,84			Em encerramento
Bordado da Caatinga – Mulheres Artesãs de Dom Inocencio	Fundação Ruralista	10.273,59			Em encerramento
Qualificação de mulheres chefes de famílias e mães solteiras	Instituto para o Desenvolvimento Solidário e Sustentável da Amazônia – AJURI	17.560,41			Em encerramento
Qualificação social e profissional para mulheres desempregadas	Instituto Integrar	11.143,88			Em encerramento
Produção artesanal associada ao carnaval	Associação de Mulheres Empreendedoras do Brasil	7.687,85			Em encerramento
Articulação e fortalecimento das iniciativas de geração de renda de grupos de mulheres empreendedoras rurais	Grupo de Assessoria em Agroecologia na Amazônia	7.000,00			Encerrado
Projeto Memória 2006 Nísia Floresta	REDEH – Rede de Desenvolvimento Humano				Encerrado
Escola de Mulheres	Escola de Mulheres	13.570,39			Encerrado

Geração de renda – cachaça promovendo o desenvolvimento econômico e Social da Região Sudeste	Mulheres e Jovens em atividades economicamente rentáveis			80.667,64	Suspensão pelo sistema
Mulheres negras e muitos saberes	Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras			1.972,00	Suspensão pelo sistema
Fábrica de esperanças: fortalecendo a cidadania das mulheres da periferia – mulheres do MP3 no planeta e da economia solidária	Movimento pela Paz na Periferia			110.217,5	Suspensão pelo sistema
Rede de mulheres para comercialização solidária	Casa da Mulher do Nordeste	50.000,00		49.989,82	Suspensão pelo sistema
Prêmio – Cultivo Sustentável de Algas Marinhas - Projeto Mulheres de Corpo e Alga	Fundação Brasil Cidadão para a Educação, Cultura, Tecnologia e Meio Ambiente –FBC	49.990,25		49.989,82	Suspensão pelo sistema
Capacitação de mulheres camponesas	Associação Estadual Mulheres Camponesas de Santa Catarina	9.627,74			Em encerramento
Projeto Armazém do Samba	Associação de Mulheres Empreendedoras do Brasil	5.859,9			Em encerramento
Estação Digital Mendes Pimentel	Associação de Mulheres de Mendes Pimentel				Suspensão
Projeto de Apoio à Gestão dos Empreendimentos das Quebradeiras de Coco Babaço do Território dos Cocais	Centro de Organização Comunitária e Apoio a Inclusão Social – COCAIS	221.781,8	17.000,00		Suspensão por pendência de prestação de contas

Fonte: Relatório de gestão 2010

A tabela 20 apresenta a relação dos 26 projetos com movimentação em 2010, que explicitam o atendimento à mulher, conforme Relatório de Gestão da FBB de 2010 apresentando ao TCU, representando menos de 2% do total relacionado.

Tecnologias sociais

O Prêmio bianual da Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, criado em 2001, é um instrumento de identificação, seleção, certificação, promoção e fomento de tecnologias que apresentem respostas efetivas para diferentes demandas sociais e possam integrar o Banco de Tecnologias Sociais. Em sua edição 2011 a “Participação

das Mulheres na Gestão de Tecnologias Sociais” foi uma das categorias especiais que recebeu prêmio no valor de R\$ 80.000,00.

Entre as tecnologias elencadas no Banco de Tecnologias Sociais, apenas quatro, ou seja 3,3% do total, estão relacionados às temáticas de gênero ou explicitam o atendimento à mulher:

Metodologia de Gestão de Empreendimentos Solidários por meio de Indicadores – Foi criada para possibilitar o aprendizado e gestão sobre práticas e projetos de geração de trabalho e renda com as perspectivas do empreendedorismo popular, solidário e da melhoria nas relações de gênero;

Centro de Tecnologia Social para Promoção da Qualidade de Vida da Mulher – O projeto propõe criar um Centro de Referência e Excelência gerador de conhecimento e ações para mobilização social e otimização da rede SUS e SUAS na promoção da saúde da mulher e prevenção da violência contra esta; criar bases de dados para integrar as ações, fomentando o Banco de Dados Social.

Escola de Índios – Visa o desenvolvimento de estratégias formativas político/pedagógica com educador@s indígenas, de articulação de lideranças e de mulheres indígenas para a autonomia e empoderamento destes sujeitos sociais na luta pela garantia e concretização de seus direitos.

Rede de Mulheres para Comercialização Solidária – Articula mulheres rurais do semiárido brasileiro. É um espaço de troca de conhecimentos e comercialização dos produtos com solidariedade e sustentabilidade ambiental

Para 2011 a “Fundação dará prosseguimento à sua estratégia de atuar na articulação de iniciativas inovadoras e em ações e programas sociais estruturados.”⁴⁹ Destacam-se as ações relativas a continuidade da parceria com o BNDES e o desenvolvimento de atividades vinculadas à cadeia do artesanato, visando a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

49 Relatório de Gestão 2010. Disponível em <www.tcu.gov.br>

Banco do Nordeste do Brasil

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB é uma instituição financeira de caráter múltiplo, organizado sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 96% de seu capital sob o controle do Governo Federal, tendo vinculação com o Ministério da Fazenda.

O Banco é signatário da Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e aderiu ao Programa Pró-Equidade de Gênero/SPM, recebendo por duas vezes o Selo Pró-equidade de Gênero.

O BNB participa de dez ações de seis programas do Plano Plurianual – PPA do Governo Federal, conforme pode ser visto na tabela 21.

Desde 2007 as LDO´s apresentam a diretriz de redução das desigualdades de gênero e étnico-raciais no contexto da política de aplicação de recursos das Agências Financeiras Oficiais de Fomento.

Na LDO 2011 (Lei nº 12.309/2010 alterada pela Lei nº 12.377/2010) e no projeto de LDO para 2012 (Projeto de Lei nº2/2011 – CN) se reafirmam tais diretrizes que o BNB deve observar.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. deverá observar a prioridade de redução das desigualdades sociais, de gênero, étnico-raciais, inter e intrarregionais, na Região Nordeste, mediante apoio a projetos voltados para o melhor aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento econômico-social e maior eficiência dos instrumentos gerenciais dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste – FNE. Além disso, deve observar também a diretriz de redução dos níveis de desemprego, bem como das desigualdades de gênero, raça, etnia, geracional, regional e de pessoas com deficiência, quando da aplicação de seus recursos, e

Tabela 21 – BNB: programas e ações no PPA 2008-2011

Programa 0352 – Abastecimento Agroalimentar
Ação 9340 – Concessão de Crédito Rural
Programa 0781 – Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais
Ação 3252 – Instalação de Pontos de Atendimento Bancário
Ação 4106 – Manutenção da Infraestrutura de Atendimento
Programa 1209 – Banco para Todos
Ação 9757 – Conta Simplificada
Programa 0807 – Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura
Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Apoio de Bens Imóveis
Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos
Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento
Programa 1387 – Microcrédito Produtivo Orientado
Ação 9509 – Assessoria Empresarial aos Microempreendedores
Ação 9510 – Financiamento ao Micronegócio
Programa 1430 – Desenvolvimento Macrorregional Sustentável
Ação 9386 – Financiamento ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional do Nordeste

publicar relatório anual do impacto de suas operações de crédito no combate a tais desigualdades.

Nessa perspectiva, vale destacar alguns programas implementados pelo BNB:

Crediamigo – O Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do BNB facilita o acesso ao crédito a

empreendedores pertencentes aos setores informal ou formal da economia. As mulheres são as clientes predominantes do programa, assim como a maior parte dos programas de microcrédito, representando 65% dos clientes. Todavia, a maioria feminina, não é consequência de uma estratégia específica do BNB. Para os assessores do Crediamigo as razões principais relacionadas à presença majoritárias de mulheres: i) complementação da renda familiar; ii) facilidade de trabalhar em equipe e espírito de solidariedade; iii) empreendedorismo⁵⁰. O valor médio de cada operação em fevereiro de 2011 foi de R\$ 1.049,61. Em 2010 os desembolsos globais do Programa chegaram a R\$ 2.066,308 milhões;

Agroamigo – O Programa de Microcrédito Rural tem como objetivo prestar atendimento qualificado aos agricultores familiares do Grupo B do PRONAF, mediante a concessão de microcrédito produtivo e orientado. De 2005 a março de 2011 as mulheres foram responsáveis pela contratação de 565.193 operações, representando 47% do total de operações contratadas;

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Foram contratadas 664 operações no PRONAF Mulher em 2010 com valor contratado de R\$ 5.760 mil.

50 SOUZA, Maria Celia Garcia Ferreira de. *Desenho do programa Crediamigo do Banco do Nordeste: inclusão social e mercado*. BNB, 2010/051, Série BNB, Teses e Dissertações, 21.

Política de Patrocínio

As ações de patrocínio são destinadas aos segmentos negocial, institucional, cultural, ambiental, esportivo e social. No segmento social são elencadas ações “que seja capaz de implementar a Política de Responsabilidade Socioambiental do BNB, gerando trabalho e renda; reduzindo o analfabetismo; incentivando iniciativas que valorizem as capacidades de portador@s de deficiência; promovendo a inserção e igualdade social; erradicando a pobreza; proporcionando a capacitação de profissionais; e preservando os direitos humanos;”⁵¹

Critérios para nortear o recebimento e análise de propostas de patrocínios:

1. Potencialidade de consolidação da imagem do BNB junto à sociedade;
2. Investimento de recursos na área de atuação do BNB ou, em caráter de excepcionalidade, fora da região, por meio de iniciativas que promovam o Nordeste e seus produtos;
3. Geração de trabalho e renda, realização de negócios, prospecção de novos clientes, estruturação das cadeias produtivas e promoção de investimentos;
4. Formação ou aperfeiçoamento profissional;

51 www.bnb.gov.br

5. Ampliação do acesso da comunidade aos eventos ou produtos patrocinados;
6. Atendimento de interesse coletivo da comunidade;
7. Estímulo à reflexão e ao diálogo, a partir de temas relacionados ao desenvolvimento regional.

Na execução de ações de patrocínio o Banco segue as premissas, promoção da cidadania e do desenvolvimento humano e respeito pela diversidade étnica e cultural entre outras.

Os projetos são contemplados mediante seleção pública⁵², através de lançamento de editais para projetos culturais e sociais, escolha direta, mediante apreciação de comitês internos de avaliação, com base nos critérios definidos. No formulário de apresentação solicita-se a identificação do público alvo segundo gênero.

Segundo Relatório de Gestão 2010, neste ano foram aplicados R\$ 16,4 milhões em projetos e ações culturais e de responsabilidade socioambiental, entre eles a Lei Rouanet/Audiovisual, centros culturais do BNB, projetos, ações culturais e de responsabilidade socioambiental, patrocínios para ações culturais e de responsabilidade socioambiental, Programa BNB de Cultura, Incentivo Fiscal/Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA e Desporto e projetos sociais internos.⁵³

52 Em julho 2011 não havia nenhum edital evidenciado no portal do Banco.

53 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *Relatório de Gestão do Exercício de 2010*. Disponível em <www.tcu.gov.br>

BANCO DA AMAZÔNIA/S.A

O Banco da Amazônia é uma Instituição Financeira Pública Federal de caráter regional, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, na qual o Tesouro Nacional é o acionista majoritário, com participação de 96,92% no capital social⁵⁴.

Os Objetivos do Milênio, os compromissos constantes de sua Agenda 21 e aqueles firmados no Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental são orientadores das políticas do Banco.

Ressalte-se a orientação da Agenda 21 Brasileira, acerca da dependência da transformação das possibilidades brasileira e da Amazônia em reais oportunidades de negócios sustentáveis, entre outros, do procedimento abaixo:

“Equidade e fortalecimento dos grupos socialmente vulneráveis a fim de reforçar valores e práticas participativas, dando consistência à experiência democrática dos países. Todos os grupos vulneráveis sob os aspectos social e político, ou em desvantagem relativa, como crianças, jovens, idosos, deficientes, mulheres, populações tradicionais e indígenas, devem ser incluídos e fortalecidos nos diferentes processos de implementação da Agenda 21 Nacional, Estadual e Local;”⁵⁵

54 Relatório de Sustentabilidade 2009. Disponível em <www.bancodaamazonia.com.br>

55 Relatório de Sustentabilidade 2009. Disponível em <www.bancodaamazonia.com.br>

Programas e ações sob a responsabilidade da unidade⁵⁶

O Banco da Amazônia é responsável pelos programas e ações do Plano Plurianual 2008-2011 do Governo Federal apresentados na tabela 22.

Como Agência Financeira Oficiais de Fomento o Banco da Amazônia também deve seguir as orientações da política de aplicação de recursos, definida anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, aprovada pelo Congresso Nacional.

Desde 2007 as LDO´s definem que o Banco da Amazônia/S.A deve observar a prioridade de redução das desigualdades de gênero e étnico-raciais, observar a mesma diretriz nas suas políticas e publicar relatório anual do impacto de suas operações de crédito no combate tais desigualdades.⁵⁷

No entanto, no portal do Banco e demais relatórios analisados, não é possível identificar a publicação de tal relatório, ou mesmo a adoção clara da diretriz e da prioridade de redução das desigualdades de gênero. Excetua-se o Programa Amazônia Florescer, criado em 2007, que visa possibilitar o acesso ao crédito aos empreendedor@s populares da Região Amazônica. Destacam-se entre os valores do Programa o compromisso com a população excluída e com a equidade de gênero, raça e etnia. É operacionalizado por meio de parceira com a OSCIP AmazonCred – Associação de Apoio a Economia Popular Solidária. Em 2009 foram aplicados aproximadamente R\$ 5,2 milhões para 6.327 clientes, com recursos provenientes dos saldos dos depósitos à vista de

56 Relatório de Gestão 2009. Disponível em <www.tcu.gov.br>

57 LDO 2011 – Lei nº 12.309/2010, alterada pela Lei nº 12.377/2010, art. 86 inciso VI e §5º incisos I e II.

seus clientes⁵⁸. 56% dos beneficiários são mulheres.⁵⁹ Além disso, o Banco operacionaliza o PRONAF Mulher e desenvolve algumas iniciativas pontuais como o financiamento de desenvolvimento de pesquisas, destacando-se “Mulheres Empreendedoras da Amazônia: Transferência de Tecnologia Social (Universidade Federal de Roraima e Fundação Ajuri)”.⁶⁰

Política de Patrocínio

Entre os Objetivos Estratégicos da Política de Patrocínio se destaca o Impacto Social que deve privilegiar projetos que proporcionem resultados sociais e irradiem iniciativas da mesma natureza em localidades e segmentos relacionados direta ou indiretamente com as ações objeto do patrocínio

O edital Patrocínio 2011 estabeleceu o montante de até R\$ 5 milhões para atender até 200 projetos. A execução dos projetos deverá ocorrer no período de maio a dezembro de 2011. Entre as cinco áreas estratégicas de atuação, coube a área social um orçamento de R\$ 700 mil, representando apenas 14% do total do edital. Nessa área os projetos deveriam ser de no máximo R\$ 35 mil.

Os projetos deveriam estar vinculados a temáticas voltadas a prevenção à violência contra a mulher, além de outros como o desenvolvimento infanto-juvenil, ações na área de prevenção da violência infantil e no combate às drogas; capacitação de cadeias produtivas que favoreçam o desenvolvimento regional sustentável, cursos profissionalizantes de jovens e adultos com inclusão

58 Relatório de Amazônia Florescer, 2009.

59 Balanço de Governo 2003-2010.

60 Relatório de Sustentabilidade 2009.

Tabela 22

Programa 0352 – Abastecimento Agroalimentar
Ação 9340 – Concessão de Crédito Rural
Programa 0781 – Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais
Ação 3252 – Instalação de Pontos de Atendimento Bancário
Ação 4106 – Manutenção da Infraestrutura de Atendimento
Programa 1209 – Banco para Todos
Ação 9757 – Conta Simplificada
Ação – Concessão de Crédito à População de Baixa Renda
Programa 0807 – Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura
Ação 3286 – Instalação de Bens Imóveis
Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos
Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento
Programa 1387 – Microcrédito Produtivo Orientado
Ação 909U – Crédito Produtivo Orientado a Microempreendedores Populares
Programa 1430 – Desenvolvimento Macrorregional Sustentável
Ação – Financiamento ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional na Amazônia
Programa 0351 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar –PRONAF
Ação 9331 – Concessão de Crédito para Agricultores Familiares
Programa 0419 – Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte
Ação – Financiamento a Micro, Pequenas e Médias Empresas

no mercado de trabalho; alfabetização de adultos; prevenção da AIDS; terceira idade.

Os projetos inscritos passam por uma análise técnica objetivando a habilitação para a fase de seleção, seguem para a etapa

de análise, obedecendo aos critérios estabelecidos pelo Banco e, após aprovados, seguem para contratação de acordo com a Lei nº 8.666/93. O resultado final das análises é submetido à homologação da Diretoria Executiva do Banco da Amazônia

A Seleção obedece aos seguintes critérios:

- a) Inovação;
- b) Fortalecimento da economia e cultura amazônica;
- c) Compatibilidade entre as despesas e atividades necessárias à execução do projeto;
- d) Fortalecimento da imagem do Banco da Amazônia junto à sociedade;
- e) Benefício social à comunidade onde o projeto irá atuar;
- f) Compatibilidade com os preços de mercado;
- g) Retorno Negocial.

Dos 47 projetos classificados na modalidade social no edital 2011, apenas quatro, conforme mostra a tabela 23, apresentam alguma referência ao atendimento à mulher.

Investimento social

De acordo com o Relatório de Gestão 2009, o Banco da Amazônia realizou investimentos socioambientais de cerca de R\$ 4 milhões em projetos. A aplicação em projetos socioambientais por segmento foram os seguintes: socioambiental (R\$ 1.273 mil); exposições, congressos e eventos (R\$ 1.246 mil); cultural (R\$ 1.170 mil); esportivo (R\$ 250,8 mil) e utilidade pública (R\$ 29,5 mil).

Destaque para o Plano de Enfrentamento ao Escalpelamento – parceria entre o Banco da Amazônia e a Capitania dos Portos da Amazônia Oriental que tem o propósito de desenvolver campanhas e ações visando prevenir o acidente de escalpelamento, responsável pela perda do couro cabeludo, orelhas e pálpebras, principalmente, de mulheres e crianças, causado pelo motor de embarcações. Visa também incentivar o engajamento da população no sentido de buscar a erradicação deste tipo de acidente, além de esclarecer as vítimas sobre os direitos advindos em função desse tipo de ocorrência.

Tabela 23 – Edital 2011 - Projetos Classificados Modalidade - Social

Projeto	Proponente	Cidade-UF
Projeto Feminino de Produção Sustentável	Cooperativa Mãos de Mulher de Xapuri	Xapuri/AC
Por Amor às Ribeirinhas – oficinas de confecção de perucas para as vítimas de escalpelamento	Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará	Belém/PA
Mãos Maternas	Secretaria de Trabalho e Assistência Social	Tomé Açu/PA
Mulheres com Avao Ano VI	Jeanne de Souza Darwich	Belém/PA

Tabela 24

	PETROBRAS	ELETRONBRAS	ECT	BNDES	CAIXA	BB	BNB	BASA
Pacto Global – ONU	x	x			x	x		
Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ONU	x	x	x		x	x		x
Princípios de Empoderamento das Mulheres	x	x			x	x		
Programa Pró-equidade de Gênero/SPM-PR	x	x		x	x	x	x	
Outros		x			x	x	x	x

Resumo das evidências – empresas estatais

A busca de evidências sobre o acesso de organizações de mulheres a recursos públicos federais do país na maioria das vezes esbarra no limitado nível de transparência dos órgãos pesquisados, o que pode eventualmente induzir a conclusões que não expressam a totalidade da relação destes órgãos com tais organizações.

A tabela 24 demonstra a vinculação das empresas estatais a compromissos internacionais e governamentais, podendo indicar a maior ou menor sensibilidade à temática de gênero ou à política para as mulheres.

Em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM é bom lembrar que se aproxima o ano de 2015, prazo para o alcance das metas propostas pelo Brasil. O Relatório Nacional de Acompanhamento 2010 diz: “Os resultados globais demonstram que, apesar dos importantes avanços conquistados, ainda há muito a ser feito..... No entanto, os avanços são desiguais. O gênero, a raça, a etnia e o local de nascimento de uma criança

brasileira ainda determinam, em grande parte, suas oportunidades futuras.”⁶¹

Na mesma direção, o capítulo dedicado ao ODM 3 – Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, tem como título “Indicadores confirmam persistência da desigualdade de gênero em diversas áreas”, que ilustra a distância de alcançarmos as metas propostas pelo Brasil nesse campo.

Destaque para os resultados pouco satisfatórios relativos a escolarização das mulheres negras, das moradoras de áreas rurais e as mulheres mais velhas. Os dados demonstram que mesmo para a boa parte das mulheres que apresentam posições mais vantajosas que os homens no campo educacional, tais vantagens não se refletem no mercado de trabalho. A presença de mulheres em espaços de poder e decisão é outro tema em que os avanços foram muito tênues. Destaque também para a persistência das desigualdades

61 *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. Relatório Nacional de Acompanhamento – Brasília: Ipea, 2010.

no âmbito da família e os elevados níveis de violência doméstica.

É bom lembrar também a meta do 5º Objetivo de Desenvolvimento do Milênio – ODM, que o Brasil deverá apresentar “Razão de Mortalidade Materna – RMM” igual ou inferior a 35 óbitos por 100 mil NV até 2015, o que corresponde a uma redução de três quartos em relação ao valor estimado para 1990. Mas, até 2007 a RMM declinou para 75 óbitos por 100 mil NV.⁶²

Nesse sentido, é fundamental que a maioria das empresas estatais, objeto da pesquisa, com uma incompreensível ausência do BNDES, que apresentam vinculação com tal compromisso, intensifiquem esforços na direção apresentada pelos indicadores das Nações Unidas e pelos indicadores brasileiros, na busca pela redução das desigualdades de gênero. Não se constata pelas informações coletadas engajamento efetivo das empresas estatais na direção desse compromisso com o povo brasileiro e com a comunidade internacional.

A tabela 25 procura sistematizar algumas das evidências pesquisadas nas empresas selecionadas, ressaltando-se a ausência de evidência no BNDES, BNB e ECT.

As modalidades de operação evidenciadas nos portais das empresas indicam uma predominância de seleções públicas para os projetos sociais apoiados. Ressalte-se, no entanto, que a adoção de modalidades discricionárias de apoio a projetos não são descartadas.

Observa-se que este mapeamento, mesmo com as limitações já citadas, aponta para evidências muito frágeis e pontuais das transferências federais de recursos às organizações de mulheres

62 *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Relatório Nacional de Acompanhamento – Brasília: Ipea, 2010.*

Tabela 25

EMPRESA	EVIDÊNCIAS	Nº DE PROJETOS
PETROBRAS	20% dos projetos selecionados no Banco de Projetos	12 projetos
	14% dos projetos selecionados na Seleção 2011	16 projetos
ELETROBRAS	17,2% dos Projetos apoiados em 2009	5 projetos
	35,7% dos projetos pactuados em 2010	5 projetos
CAIXA	40% dos projetos selecionados em 2011	2 projetos
	24% dos projetos do programa CAIXA ODM	18 projetos
BASA	8,5% dos projetos selecionados em 2011	4 projetos
BB	0,5% dos projetos selecionados em 2010	5 projetos
BB – FBB	2% dos projetos com movimentação em 2010	26 projetos
	3,3% dos projetos do Banco de Tecnologia Social	4 projetos

ou a projetos vinculados ao atendimento à mulher e/o à temática de gênero nas empresas estatais analisadas. Os processos seletivos públicos, quando existentes, apresentam diferentes grau de maturidade, do ponto de vista do acesso democrático e da transparência. Nesse aspecto, o Comitê de Patrocínios poderá ser um importante aliado.

A Petrobras se destaca em volume de recursos aplicados em cada edital, valor individual do projeto mais elevado (R\$ 1.450 mil), prazo de execução mais alongado (24 meses, prorrogável pelo mesmo período), equipe de seleção com participação externa. O número total de projetos (113 projetos) no edital é outro

Tabela 26

EMPRESA	Modalidades de Operação
PETROBRAS	Seleção pública
	Projeto convidado
	Voluntariado
ELETOBRAS	Divulgação de procedimentos para encaminhamento de projetos sociais
ECT	Seleção pública
CAIXA	Seleção pública
BASA	Seleção pública
BB	Seleção pública
BB – FBB	Seleção pública
	Premiação
BNDES	Seleção pública
	Premiação
	Apoio continuado
BNB	Seleção pública e escolha direta

ponto forte, se considerarmos as demais estatais pesquisadas, no entanto, se compararmos com a demanda potencial (5.183 projetos inscritos), constata-se seu alcance limitado. Além disso, o acompanhamento da execução e avaliação dos projetos contam com sistemas próprios. Ressaltem-se ainda as caravanas sociais, contribuindo para a melhoria da qualidade dos projetos e maior

profissionalização das entidades. Mas é preciso incorporar os temas transversais nas metas e indicadores e entre as prioridades de seleção, além de garantir transparência quanto ao impacto dos projetos na vida das mulheres.

Na perspectiva de médio e longo prazo, de constituição de uma Política de Estado de Financiamento para organizações de cidadania ativa, movimentos sociais e organizações comunitárias, as organizações de mulheres precisam estar atentas ao processo de regulamentação da Lei nº 12.351/2010, que instituiu o Fundo Social a ser constituído por recursos obtidos com o resultado dos contratos de partilha, do bônus de assinatura e dos *royalties* do Pré-Sal. É preciso garantir a incorporação efetiva da transversalidade de gênero, raça e etnia nas políticas de desenvolvimento social e regional, nos programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia, do meio ambiente e de mitigação e adaptação às mudanças.

Por outro lado, vale lembrar a postura do BNDES que tem optado pela adoção de parcerias estratégicas como instrumento para superar algumas dificuldades como “os elevados custos para o desenvolvimento e o acompanhamento de projetos, no caso do apoio direto a beneficiários de pequeno porte, normalmente com gestão pouco desenvolvida e espalhados pelo Brasil, como é o caso de muitas organizações não governamentais (ONGs), municípios e cooperativas”,⁶³. A proposta de criação de um fundo autônomo destinado ao financiamento de

63 Destaque para as parcerias com a Fundação Banco do Brasil, Fundação Odebrecht, Ministério de Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, bem como estados da União, como Ceará, Piauí e Sergipe.

Tabela 27 – Comparativo do volume de recursos transferidos às entidades sem lucrativos selecionadas – 2009 e 2010

Ano	Universos	Valor %	Entidades Sem Fins Lucrativos Selecionadas/ Universos
2010	Total destinado pelo Governo Federal em âmbito nacional em – Transferência de Recursos	R\$ 233.419.524.687,55	0,01
	Total destinado pelo Governo Federal em âmbito nacional – Entidades sem fins lucrativos	R\$ 5.498.674.920,47	0,22
	Total destinado pelo Governo Federal em âmbito nacional – Entidades sem fins lucrativo selecionadas	R\$ 12.015.591,35	
2009	Total destinado pelo Governo Federal em âmbito nacional –Transferência de Recursos	R\$ 209.364.793.984,53	0,01
	Total destinado pelo Governo Federal em âmbito nacional – Entidades sem fins lucrativos	R\$ 3.844.950.930,95	0,53
	Total destinado pelo Governo Federal em âmbito nacional em –Entidades sem fins lucrativos selecionadas	R\$ 20.203.056,03	

iniciativas de organizações de mulheres e da sociedade civil voltadas à promoção dos direitos das mulheres dialoga fortemente com tal postura.

1.2 Transferências voluntárias de recursos da administração direta federal

A fonte primordial de pesquisa foi o portal da Transparência do Governo Federal⁶⁴, que apresenta informações relativas a convênios e transferências. Foram utilizadas duas pesquisas, transferência de recursos – selecionadas a partir de palavras chaves: mulher, gênero, feminina(o), feminista, lésbica, quebradeira.⁶⁵

64 www.transparencia.gov.br

65 As demais entidades que receberam transferências, que desenvolvem ações vinculadas à temática de gênero ou ao atendimento prioritário às mulheres, mas que não contem tais palavras na sua denominação, certamente serão objeto da seleção na pesquisa de convênios.

O número de entidades selecionadas que receberam transferências em 2009 e 2010, foi respectivamente 42 e 40, ou seja, um universo bastante limitado. Quanto aos valores transferidos a essas entidades selecionadas, qualquer comparação seja em relação ao volume total transferido, ou ao volume transferido as entidades sem fins lucrativos pelo Governo Federal, os percentuais

Tabela 28 – Participação dos convênios selecionados no total de convênios publicados em 2009 e 2010

	2009		2010	
	Nº	%	Nº	%
Convênios selecionados	80	0,36	137	0,37
Total de convênios	22389		37296	
Valor convênios Selecionados	R\$ 29.796.321,00	0,14	R\$ 55.389.887,53	0,22
Valor total convênios	R\$ 22.010.458.703,44		R\$ 25.687.257.788,37	

Fonte: www.transparencia.gov.br – elaboração própria.

Tabela 29

Áreas	2009		2010	
	Nº de Convênios	%	Nº de Convênios	%
Autonomia Econômica	33	41,3	77	56,2
Violência contra a Mulher	17	21,3	14	10,2
Cultura	9	11,3	15	10,9
Saúde	8	10,0	13	9,5
Poder	4	5,0	4	2,9
Mídia	2	2,5	3	2,2
Orientação Sexual	2	2,5	3	2,2
Sistema Prisional	2	2,5		-
Historia	1	1,3	2	1,5
Educação/Formação	1	1,3	3	2,2
Direitos Humanos	1	1,3	1	0,7
Monitoramento			1	0,7
Esporte			1	0,7
TOTAL	80	100,0	137	100,0

Fonte: www.transparencia.gov.br – Elaboração própria

Tabela 30 – Convênios selecionados segundo região – 2009 e 2010

Áreas	2009		2010	
	Nº de Convênios	%	Nº de Convênios	%
NORDESTE	11	13,8	37	27,0
NORTE	7	8,8	6	4,4
SUDESTE	39	48,8	60	43,8
SUL	11	13,8	17	12,4
CENTRO-OESTE	12	15,0	17	12,4
TOTAL	80	100,0	137	100,0

Fonte: www.transparencia.gov.br – elaboração própria

são inexpressivos. Apenas 0,22% e 0,53% dos recursos transferidos a entidades sem fins lucrativos em 2009 e 2010 respectivamente, se destinaram a entidades selecionadas, conforme demonstra a tabela 27.⁶⁶

Os resultados da pesquisa relativa a convênios publicados em 2009 e 2010, apresentam o mesmo quadro de participação pouco expressiva.⁶⁷

Observa-se ainda que a área temática Autonomia Econômica se destaca fortemente no número de convênios publicados em cada ano.

O Sudeste foi responsável por quase 50% do número de convênios publicados em cada um dos exercícios, destacando-se também a região Norte pelo pequeno percentual de convênios publicados nos dois anos.

Como era de se esperar, a maioria dos convênios está concentrada na Secretaria de Política para as Mulheres e no Ministério do Desenvolvimento Agrário, que juntos são responsáveis por cerca de 73,8% e 67,8% do tal de convênios publicados em 2009 e 2010, respectivamente.

66 Ver anexo Transferências para entidades selecionadas 2009 e 2010.

67 Ver anexos Convênios Selecionados 2009 e 2010.

Tabela 31 – Convênios selecionados segundo Ministério concedente – 2009 e 2010

MINISTÉRIOS	2009		2010	
	Nº	%	Nº	%
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1	1,3		0,0
Ministério da Cultura	8	10,0	9	6,6
Ministério da Ciência e Tecnologia	2	2,5		0,0
Ministério do Desenvolvimento Agrário	11	13,8	48	35,0
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome		0,0	3	2,2
Ministério da Saúde	5	6,3	13	9,5
Ministério do Turismo	3	3,8	1	0,7
Ministério do Trabalho e Emprego	1	1,3	2	1,5
Ministério do Esporte			2	1,5
Ministério da Justiça			1	0,7
Ministério da Pesca e Aquicultura			4	2,9
Fundo Nacional da Criança e Adolescente	1	1,3		0,0
Secretaria de Política para as Mulheres	48	60,0	45	32,8
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial		0,0	7	5,1
Secretaria de Direitos Humanos			2	1,5
TOTAL	80	100,0	137	100,0

Fonte: www.transparencia.gov.br – Elaboração própria.

CAPÍTULO 2

CAMINHOS PARA ARTICULAÇÃO COM O NÍVEL CENTRAL DO GOVERNO E PROPOSTAS GERAIS PARA VIABILIZAR A DESTINAÇÃO DIRETA DE RECURSOS DAS EMPRESAS ESTATAIS PARA ABERTURA DE EDITAIS EM PROL DA IGUALDADE E AUTONOMIA DAS MULHERES

Na Presidência da República, quatro órgãos são essenciais no processo de articulação de qualquer proposta que viabilize ações em prol da igualdade e autonomia das mulheres no âmbito das empresas estatais, a Secretaria de Política para as Mulheres, a Casa Civil, a Secretaria Geral e a Secretaria de Comunicação.

A SPM pela vinculação temática e competências definidas pela Lei nº 10.683/2003, entre elas a de assessoria direta ao Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres e articulação, promoção e execução de programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres.

A Secretaria Geral compete à coordenação e articulação das relações políticas do Governo com os diferentes segmentos da sociedade civil. Ressalte-se ainda que conforme informe da ABONG a discussão do novo marco regulatório para as Organizações da Sociedade Civil deve ficar a cargo da Secretaria Geral, “com forte envolvimento da Casa Civil”¹

1 Informes ABONG nº 482. Disponível em: <<http://abong.org.br/informes.php?id=3567&it=3569>>

A coordenação e a integração das ações do Governo está a cargo da Casa Civil, a quem caberá a tarefa de articular com os representantes das empresas estatais e demais órgãos federais.

A Secretaria de Comunicação Social também deverá ter papel importante nesta articulação, pois cabe a ela a coordenação do Comitê de Patrocínios, instituído pelo Decreto nº 6.555/2008. O Comitê tem por finalidade sugerir políticas, diretrizes e programas gerais de patrocínio dos integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal – Sicom. A “valorização da diversidade étnica e cultural e respeito à igualdade e às questões raciais, geracionais, de gênero e de orientação sexual”² é uma das diretrizes das ações de comunicação, entre elas os patrocínios.

O Comitê tem caráter consultivo, cabendo-lhe:

I – manifestar-se sobre as propostas de patrocínio submetidas à sua apreciação;

II – apoiar o desenvolvimento de ações de comunicação integradas a políticas públicas;

2 Decreto nº 6.555/2008.

III – identificar e propor a difusão de boas práticas na área de patrocínios;

IV – contribuir para o aprimoramento de processos e métodos de exame e seleção de projetos e de avaliação de patrocínios;

V – desenvolver com os patrocinadores ações conjuntas que propiciem maior transparência e democratização no acesso aos recursos de patrocínio.”

O Comitê de Patrocínios será composto por representante da SECOM, e de órgãos e entidades patrocinadoras:

- » Banco da Amazônia/S.A
- » Banco do Brasil/S.A
- » Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
- » Banco do Nordeste do Brasil/S.A
- » Casa da Moeda do Brasil – CMB
- » Caixa Econômica Federal
- » Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF
- » Centrais Elétricas do Norte do Brasil/S.A – Eletronorte
- » Centrais Elétricas Brasileiras/S.A – Eletrobras
- » Eletrosul Centrais Elétricas/S.A
- » Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO
- » Eletrobras Termonuclear/S.A – Eletronuclear
- » Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
- » Furnas Centrais Elétricas/S.A
- » Ministério da Cultura

- » Ministério do Esporte
- » Ministério do Meio Ambiente
- » Ministério do Turismo
- » Ministério da Educação
- » Ministério das Relações Exteriores
- » Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- » Petróleo Brasileiro/S.A
- » Petrobras Distribuidora/S.A – BR Distribuidora
- » Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
- » Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
- » Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
- » Secretaria Geral da Presidência da República

Segundo a Instrução Normativa SECOM-PR nº 01, de 8 de maio de 2009, que disciplina as ações de patrocínio dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Federal, os patrocinadores deverão orientar suas ações nos seguintes objetivos:

I – democratização, igualdade de oportunidade e acesso ao público de bens, produtos e serviços resultantes da implementação dos projetos patrocinados;

II – aplicação dos recursos de forma regionalizada, especialmente dos projetos que contêm com benefício fiscal;

III – transparência na adoção de critérios e métodos de seleção pública para escolha de projetos;

IV – articulação com órgãos do Poder Executivo Federal para a troca de experiências, melhores práticas e alinhamento às políticas públicas gerais e setoriais.

Entre as premissas que devem pautar sua atuação destacam-se a promoção da cidadania e do desenvolvimento humano, o respeito à diversidade étnica e cultural e a sustentabilidade e responsabilidade social

A IN nº 01/2009 estabelece ainda que os patrocinadores deverão adotar, preferencialmente, processos de seleção pública de projetos. E independentemente do processo de seleção adotado, a análise prévia das propostas de patrocínio deverá ser feita com base em critérios objetivos, ainda que por métodos estimativos, consideradas contrapartidas institucionais ou mercadológicas. Deverão ser valorizados e estimulados os patrocínios que promovam a acessibilidade, preservação do meio ambiente e promovam a inovação, o desenvolvimento regional sustentável e a geração de emprego e renda para a população local.

Outro órgão que pode contribuir nesse processo de articulação é o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que conta com o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, que é um órgão de assistência direta e imediata ao ministro de Estado do Planejamento.³ Sua atuação se dá sobre as empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto, ou seja, as empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas, denominadas empresas estatais. Tem

3 Artigo 2º do Anexo 1 do Decreto nº 7.063 de 13 de janeiro de 2010.

como Missão “Aperfeiçoar a atuação do Estado enquanto acionista das empresas estatais federais, com vistas a potencializar os investimentos da União em benefício da sociedade”.⁴

Entre suas competências destacam-se a promoção da articulação e a integração das políticas das empresas estatais, propondo diretrizes e parâmetros de atuação além de manifestar-se sobre estatutos sociais e suas alterações e destinação do lucro líquido do exercício fundamental para a eventual criação de fundos específicos de enfrentamento das desigualdades de gênero, raça e etnia. Compete ainda ao DEST a coordenação e orientação da atuação dos representantes do Ministério nos conselhos de administração das empresas estatais.⁵ Ressalte-se a postura de buscar ampliar o intercâmbio entre o DEST e as empresas estatais, especialmente a partir de 2008.

Empresas Estatais Federais acompanhadas pelo DEST Por Ministério Supervisor

Secretaria de Portos da Presidência da República

- » Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA
- » Companhia Docas do Ceará – CDC
- » Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA
- » Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP
- » Companhia Docas do Pará – CDP
- » Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ
- » Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN

4 www.planejamento.gov.br

5 Decreto nº 7.063 de 13 de janeiro de 2010.

Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

- » Empresa Brasil de Comunicação/S.A – EBC

Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República

- » Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- » Centrais de Abastecimento de Minas Gerais/S.A – CEASAMINAS
- » Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – CASEMG
- » Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB
- » Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP
- » Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA

Ministério da Ciência e Tecnologia

- » Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada/S.A – CEITEC
- » Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP
- » Indústrias Nucleares do Brasil/S.A– INB
- » Nuclebrás Equipamentos Pesados/S.A– NUCLEP

Ministério da Fazenda

- » ATIVOS/S.A – Securitizadora de Créditos Financeiros ATIVOS/S.A
- » Banco da Amazônia/S.A– BASA
- » Banco do Brasil/S.A – BB

- » Banco do Nordeste do Brasil/ S.A– BNB
- » Brazilian American Merchant Bank – BAMB
- » BB Administração de Ativos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários/S.A– BB DTVM
- » BB Administradora de Cartões de Crédito/S.A – BB CARTÕES
- » BB Administradora de Consórcios/S.A – BB CONSÓRCIOS
- » BB Aliança Participações/S.A – BB ALIANÇA
- » BB Banco de Investimento/S.A – BB INVESTIMENTOS
- » BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens/S.A– BB CORRETORA
- » BB Leasing Company Limited – BB LEASING
- » BB Seguros Participações/S.A – BB SEGUROS
- » BB–Leasing/S.A– Arrendamento Mercantil – BB LAM
- » BBTUR – Viagens e Turismo/Ltda – BB TURISMO
- » BESC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários/S.A – BESCVAL
- » Caixa Econômica Federal – CAIXA
- » Caixa Participações/S.A – CAIXAPAR
- » Casa da Moeda do Brasil – CMB
- » COBRA Tecnologia/S.A – COBRA
- » Empresa Gestora de Ativos – EMGEA
- » IRB – Brasil Resseguros/S.A – IRB–Brasil Re
- » Nossa Caixa Capitalização/S.A – BNC CAPITALIZAÇÃO
- » Nossa Caixa/S.A – Administradora de Cartões de Crédito – BNC CARTÕES
- » Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO

Ministério da Educação

- » Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA
-

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

- » Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME
- » Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
- » BNDES Limited
- » BNDES Participações/S.A – BNDESPAR

Ministério de Minas e Energia

- » Alberto Pasqualini – REFAP/S.A
- » Amazonas Distribuidora de Energia/S.A– AmE
- » Baixada Santista Energia/Ltda – BSE
- » Boa Vista Energia/S.A – BVENERGIA
- » Braspetro Oil Company – BOC
- » Braspetro Oil Services Company – BRASOIL
- » Breitener Energética/S.A – BREITENER
- » Centrais Elétricas de Rondônia/S.A – CERON
- » Centrais Elétricas do Norte do Brasil/S.A – ELETRONORTE
- » Centrais Elétricas Brasileiras/S.A – ELETROBRÁS
- » Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL
- » Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE
- » Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE
- » Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM
- » Companhia Energética de Alagoas – CEAL
- » Companhia Energética do Piauí – CEPISA
- » Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF
- » Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco – CITEPE
- » Companhia Petroquímica de Pernambuco – PETROQUÍMICASUAPE
- » Comperj Estirenicos/S.A – CPRJEST
- » Comperj Meg/S.A – CPRJMEG

- » Comperj Participações/S.A – CPRJPAR
- » Comperj Poliolefinas/S.A – CPRJPOL L
- » Cordoba Financial Services GmbH – CFS
- » Downstream Participações/Ltda – DOWNSTREAM
- » Eletrobrás Participações/S.A – ELETROPAR
- » Eletrobrás Termonuclear S.A – ELETRONUCLEAR
- » Empresa de Pesquisa Energética – EPE
- » Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul/S.A – RS ENERGIA
- » Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica/S.A – MANGUE SECO 2
- » ELETROSUL Centrais Elétricas/S.A – ELETROSUL
- » Fafen Energia/S.A – FAFEN ENERGIA
- » Fronape International Company – FIC
- » Centrais Elétricas/S.A – FURNAS
- » Indústria Carboquímica Catarinense/S.A – ICC (Em Liquidação)
- » Ipiranga Asfaltos/S.A– IASA
- » Liquegás Distribuidora S.A – LIQUIGÁS
- » Petrobras Biocombustível S.A – PBIO
- » Petrobras Comercializadora de Energia/Ltda – PCEL
- » Petrobras Distribuidora/S.A – BR
- » Petrobras Gás/S.A– GASPETRO
- » Petrobras International Braspetro B.V– PIB BV
- » Petrobras International Finance Company – PIFCo
- » Petrobras Negócios Eletrônicos/S.A – e-PETRO
- » Petrobras Netherlands B.V– PNBV
- » Petrobras Química/S.A – PETROQUISA
- » Petrobras Transporte/S.A–TRANSPETRO
- » Petróleo Brasileiro/S.A– PETROBRAS
- » Porto Velho Transmissora de Energia/S.A– PVTE

- » Refinaria Abreu e Lima/S.A– RNEST
- » Sociedade Fluminense de Energia/Ltda – SFE
- » Termobahi/ S.A – TERMOBAHIA
- » Termoceará/Ltda – TERMOCEARÁ
- » Termomacaé/ Ltda – TERMOMACAÉ
- » Termorio/S.A – TERMORIO
- » Transportadora Associada de Gás/S.A – TAG
- » Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil/ S.A –TBG
- » Usina Termelétrica de Juiz de Fora/S.A – UTEJF F
- » 5283 Participações Ltda

Ministério da Previdência Social

- » Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV

Ministério da Saúde

- » Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – HEMOBRÁS
- » Hospital Cristo Redentor/S.A – REDENTOR
- » Hospital Fêmima/S.A – FÊMIMA
- » Hospital Nossa Senhora da Conceição/S.A – CONCEIÇÃO

Ministério dos Transportes

- » Companhia Docas do Maranhão – CODOMAR
- » Engenharia, Construções e Ferrovias/S.A –VALEC

Ministério das Comunicações

- » Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT
 - » Telecomunicações Brasileiras/S.A – TELEBRÁS
-

Ministério da Defesa

- » Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON
 - » Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL
-

Ministério da Integração Nacional

- » Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
-

Ministério das Cidades

- » Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU
 - » Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre/S.A – TRENSURB
 - » MP/SE/DEST 06/04/2011
-

Obviamente a articulação com o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres e a Bancada Feminina no Congresso Nacional fazem parte do processo de articulação.

Da análise dos investimentos realizados por algumas das empresas estatais, ressalta-se a articulação bem sucedida de vários editais exclusivos e programas articulados, instituição de comitê interministerial, do qual fazem parte a Casa Civil, a Secretaria Geral, vários ministérios, e inclusive contando com a presença de várias estatais. Entre os principais atores estatais dessa articulação destacam-se o aval pessoal do Presidente da República e da Secretaria Geral. Nesse sentido, a presença de uma mulher na Presidência “deve ser considerada uma oportunidade para o debate sobre o acesso a fundos públicos para

o desenvolvimento social, econômico, político e cultural das mulheres”.⁶

Outra iniciativa de caráter geral é a alteração do Decreto nº 6.555/2008 e suas regulamentações, incorporando de forma enfática a prioridade à temática de gênero e políticas direcionadas às mulheres.

Emendas ao projeto de lei do PPA 2012-2015⁷

Entre os princípios que orientam a elaboração do novo PPA está a participação social e o estabelecimento de parcerias com os estados, os municípios, a iniciativa privada e a sociedade civil, visando a união de esforços para o alcance de objetivos comuns.

O Plano pretende explicitar a diversidade dos arranjos empregados para a materialização das políticas públicas, como a **organização das relações entre os entes federados e entre as esferas pública e privada.**

Os Macrodesafios são diretrizes elaboradas com base no Programa de Governo e na Visão Estratégica que orientarão a formulação dos Programas do PPA 2012-2015.

O Programa Temático retrata a agenda de governo organizada pelos Temas das Políticas Públicas e orienta a ação governamental e se desdobra em Objetivos e Iniciativas. O Programa Temático é constituído pelos seguintes atributos:

6 Memórias do debate preparatório das oficinas para discutir a questão da sustentabilidade das organizações feministas.

7 Orientações para elaboração do Plano Plurianual 2012-2015. Disponível em: <www.planejamento.gov.br>

1. Código
2. Título
3. Contextualização
4. Indicadores
5. Valor global
6. Valor de referência para a individualização de projetos como iniciativas
7. Objetivos
 - 7.1. Código
 - 7.2. Enunciado
 - 7.3. Órgão Responsável
 - 7.4. Caracterização
 - 7.5. Meta para 2015
 - 7.6. Regionalização
8. Iniciativa

As Orientações para elaboração do PPA 2012-2015 apresentam as seguintes definições:

Objetivo: “Expressa o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas, com desdobramento no território.”

Caracterização do Objetivo – “Expressa os elementos de ordem tática que devem nortear a coordenação de governo e a implementação eficaz da política pública por parte de seus executores, evidenciando a caracterização da realidade

posta para o Objetivo (linha de base para a meta). Nesse sentido, serão detalhados o escopo (o quê fazer, como fazer, em qual lugar, quando) e as informações relevantes para o Objetivo, tais como aspectos legais, territoriais, tecnológicos, ambientais, de **gestão e de financiamento**". Grifo nosso

Iniciativa – "É um atributo do Programa Temático que norteia a atuação governamental e estabelece um elo entre o Plano e o Orçamento. As ações orçamentárias são criadas a partir das Iniciativas. Para cada Iniciativa podem corresponder uma ou mais ações orçamentárias. A Iniciativa não se restringe a ações orçamentárias. É possível que o financiamento se dê por outras fontes. Além das formas de financiamento, as Iniciativas consideram também como as políticas organizam os agentes e instrumentos que a materializam (dimensão associada à gestão, relação federativa, relação público-privada, critérios de adesão, condicionantes, prioridades, mecanismos de seleção e identificação). Ou seja é na iniciativa que são explicitadas as fontes de financiamento, se orçamentária ou de outras fontes, e as formas de gestão e implementação". Grifo nosso

Assim, as emendas ao PPA 2012-2015 devem focar especialmente nos atributos relativos a caracterização do Objetivo e na Iniciativa.

Programa Temático: Programa de enfrentamento da violência contra as mulheres

Caracterização do Objetivo: ... A execução do programa será direta e através de parcerias com estados, municípios e organizações não governamentais. Para tanto contará com iniciativas orçamentárias e não orçamentárias. As iniciativas não orçamentárias serão executadas por meio de financiamentos não reembolsáveis e patrocínios sociais, a cargo das empresas estatais federais, em articulação com a Secretaria de Política para as Mulheres.

Iniciativa: Implementação de ações articuladas da rede de atendimento à mulher em situação de violência, por meio das parcerias com organizações não governamentais, por meio de financiamentos não reembolsáveis e patrocínios sociais a cargo das empresas estatais federais.



ANEXOS

RELAÇÃO DE CONVÊNIOS PUBLICADOS EM 2009 SEGUNDO SELEÇÃO DE PALAVRAS CHAVES: mulher, gênero, feminin@, feminista, quebradeira, lésbica

	UF	Objeto_do_Convênio	Orgão Superior	Convenente	Valor_Convênio	Valor_Liberado	Publicação
1	PA	Promover a inserção de mulheres em situação de vulnerabilidade social por renda no mercado de trabalho e ocupação, oferecendo-lhes instrumentos da educação empreendedora e de gênero, para alterar sua situação de vulnerabilidade, despertando-lhes para autonomia econômica e financeira, e para o exercício da sua cidadania plena, conforme as demandas referendadas no II PNPM.	PR/SPM	ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DE NEGÓCIOS E PROFISSIONAIS DE ANANIN	474345,6	303203,16	31/12/2009
2	RS	Estimular a autonomia e a geração de renda das mulheres através da qualificação técnica voltada à produção artesanal, visando o aumento da renda das mulheres e suas famílias, avançando na equidade de gênero e na valorização do conhecimento popular.	PR/SPM	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MULHERES CAMPONESAS	150000	150000	31/12/2009
3	RO	Inclusão Social e Econômica da Mulher Rondoniense.	PR/SPM	FEDERAÇÃO RONDONIENSE DE MULHERES	100000	100000	31/12/2009
4	AP	Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho Fabricação de Bolsa, através da reciclagem Bolsa Verde.	PR/SPM	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO ESTADO DO AMAPÁ	200000	200000	31/12/2009
5	SC	Promover a inserção de mulheres, em situação de vulnerabilidade social por renda, da região metropolitana de Recife, ao mercado de trabalho e ocupação, oferecendo-lhes instrumentos da educação empreendedora e de gênero, para alterar de modo significativo sua situação de vulnerabilidade, despertando-lhes para autonomia econômica e financeira, e para o exercício da sua cidadania plena, conforme as demandas referendadas	PR/SPM	FEDERAÇÃO DAS ASSOC.DE MULHERES DE NEG.E PROF.DO BRASIL	260870	260870	31/12/2009
6	AP	Inserção da Mulher no Empreendedorismo - Produção e fabricação de vassouras – PET.	PR/SPM	SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL O BOM SAMARITANO	99720	99720	31/12/2009

7	PE	O projeto proposto tem como objetivo identificar e mobilizar os grupos de mulheres organizados nas áreas de assentamentos da reforma agrária nos três municípios citados no título. Este projeto pretende coordenar estudos que, reunidos e analisados, fornecerão uma base de dados e uma perspectiva do desenvolvimento da atividade artesanal nos assentamentos, servindo para fundamentar projetos estruturadores. Serão trabalhados (*)	MDA	ASA BRANCA – ARTICULAÇÃO, SERVIÇOS E ASSESSORIA – BRASILEIROS	108234,05	108234,04	23/12/2009
8	RJ	Realização de oficinas de qualificação profissional e fomento à organização solidária de mulheres para o trabalho na área de produção cerâmica, com objetivo de geração de renda e inserção dos bens produzidos no mercado.	PR/SPM	AÇÃO COMUNITÁRIA DO BRASIL	49500	49500	31/12/2009
9	SP	Auferir o entendimento sobre as Políticas para Mulheres expressas no II PNPM, junto a gestores de atendimento às mulheres, lideranças de organizações feministas e usuários dos serviços, contribuindo assim para o fortalecimento de organismo de controle social Secretarias de Educação, Saúde, Delegacias da Mulher, e junto às mulheres (por amostragem) sobre a sua percepção e entendimento das Políticas Nacionais de pa (*)	PR/SPM	UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES – UBM	400000	362000	17/12/2009
10	RJ	O Programa possui dois eixos estruturantes a serem implementados concomitantemente: 1 – Fomento ao Empreendedorismo: Direcionado à instrumentalização das mulheres para criarem e gerirem adequadamente seus próprios negócios e para uma ambiência favorável aos empreendimentos de iniciativa de mulheres. A coordenação e o desdobramento das atividades deste eixo são responsabilidade do SEBRAE. 2 – Trabalho e Ocupação: Volt (*)	PR/SPM	INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM	429055,45	301715,45	31/12/2009
11	RJ	Possibilitar a qualificação técnica e profissional de 300 mulheres no período de 180 horas em média, na área da Construção Civil e Artesanato, considerando as normas legais e vigentes e a realidade sociopolítica e cultural tanto da população feminina quanto da coletividade em que as mesmas estão inseridas.	PR/SPM	CENTRO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	500000	500000	31/12/2009

12	PR	O projeto destina-se a modalidade Apoio a Grupos Produtivos, que tem por objetivo o fortalecimento da organização produtiva de mulheres rurais, em âmbito municipal, territorial, estadual ou nacional, por meio de sua capacitação e assessoria técnica para a produção, beneficiamento, comercialização e gestão econômica, orientados pelas diretrizes do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais – POPMR , segundo (*)	PR/SPM	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PINHALÃO	113600,96	113600,96	21/12/2009
13	RJ	O Programa possui dois eixos estruturantes a serem implementados concomitantemente: 1 – Fomento ao Empreendedorismo: Direcionado à instrumentalização das mulheres para criarem e gerirem adequadamente seus próprios negócios e para uma ambiência favorável aos empreendimentos de iniciativa de mulheres. A coordenação e o desdobramento das atividades deste eixo são responsabilidade do SEBRAE. 2 – Trabalho e Ocupação:	PR/SPM	INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM	400116,25	277741,25	31/12/2009
14	SP	Propiciar capacitação ocupacional, geração de renda, diminuição da desigualdade de gênero, reflexão da atuação enquanto cidadã no mundo do trabalho e inserção social às mulheres que vivem em estado de vulnerabilidade social. Concomitantemente, conscientizar sobre a necessidade e importância da preservação do meio ambiente, abordando os seguintes tópicos: água/recursos hídricos, ambiente, saneamento, (*)	PR/SPM	CONFEDERAÇÃO DAS MULHERES DO BRASIL	180296	130296	30/12/2009
15	RJ	Impulsionar a autonomia econômica e financeira das mulheres residentes no Complexo do Morro dos Macacos e adjacências do bairro Vila Isabel por meio da capacitação e aperfeiçoamento profissional direcionados para a produção artesanal carnavalesca, na perspectiva da igualdade de gênero, raça/cor e etnia, da economia solidária, da sustentabilidade ambiental e da valorização do trabalho das mulheres e da cultura local.	PR/SPM	INSTITUTO VILA ISABEL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PESQUISA E EDUCAÇÃO	108800	88800	22/12/2009
16	RS	Impulsionar, sensibilizar e capacitar as mulheres trabalhadoras rurais para a elevação da autonomia econômica, política e social atendo as necessidades prioritárias de empreendedorismo rural das mulheres atuantes na AMTR/RS.	PR/SPM	ASSOCIAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL	198800	101572,5	16/12/2009

17	RJ	Fortalecimento das organizações de mulheres para participação na formulação de políticas públicas sociais, econômicas e ambientais para o território amazônico, no marco do combate à pobreza e das estratégias macroeconômicas de desenvolvimento com sustentabilidade e equidade (sob o foco da cidadania com inclusão de gênero). Contribuir com a elaboração de conceitos e práticas de desenvolvimento econômico sustentável qu (*)	PR/SPM	INSTITUTO EQUIT – GÊNERO, ECONOMIA E CIDADANIA GLOBAL	124950	41650	19/11/2009
18	DF	Salão da Mulher Tocantinense – Mais Mulher.	MTUR	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CONVENTION & VISITORS BUREAUX	300000	300000	02/10/2009
19	DF	Fórum sobre o Empoderamento da Mulher Tocantinense.	MTUR	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CONVENTION & VISITORS BUREAUX	200000	200000	02/10/2009
20	GO	Realização da 5ª Edição Goiana do Evento Só Para Mulheres.	MTUR	PREMIUM AVANÇA BRASIL	300000	300000	15/07/2009
21	SC	Visa o fortalecimento e a Qualificação da ATER para a Agricultura Familiar no Sul do Brasil – estados do RS, SC e PR. Com a participação ativa de jovens e mulheres. Tendo como instrumento o uso de metodologias participativas com base na avaliação e necessidades dos agricultores. Em convergência à Convenção Quadro para o controle do Tabaco – CQCT e principalmente com os princípios da (*)	MDA	COOPERATIVA CENTRAL DE TECNOLOGIA, DESENVOLVIMENTO E INFORMAÇÃO	3053384	3053384	25/05/2009
22	SP	Qualificar 3.416 mulheres e homens jovens e adult@s, sendo: 2.100 do Lote 2 da Cidade do RJ; 856 do Lote Único da Cidade de Salvador e 460 do Lote Único das Cidades de Belém, Macapá e Boa Vista, pertencentes às famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família para inserção em postos de trabalho no setor de Turismo.	TEM	CONFEDERAÇÃO DAS MULHERES DO BRASIL	2563708	2563708	06/01/2009
23	SP	Desenvolver e capacitar a mulher cooperativista esposas, filhas de cooperados e cooperadas, para que estas estejam aptas a participar, administrar e entender a atividade rural. Ainda, o programa deve promover maior inserção das mulheres no contexto de (*)	MAPA	COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DA MÉDIA SOROCABANA	124780	124780	14/04/2009

24	GO	Capacitação e acompanhamento técnico em Agroindústria Familiar para mulheres camponesas no estado de Goiás.	MDA	CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES DE MINIS E PEQUENOS PRODUTORES RURAIS	350000	245000	02/01/2009
25	SC	Fortalecer a organização produtiva de mulheres rurais através da identificação, diagnóstico e cadastro das iniciativas organizativas e produtivas geridas por mulheres do meio rural e pesqueiro, articulado com um processo de formação e qualificação de seus representantes no campo das políticas públicas e da gestão dos empreendimentos, conjugado a um processo de organização em forma de rede, a partir das principais cad (*)	MDA	CENTRO DE ELABORAÇÕES, ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS	137770	99350	02/01/2009
26	PA	Tem por objeto prestação de assistência técnica e extensão rural a mulheres agricultoras do Território Sudeste Paraense, no estado do Pará, visando a sua capacitação a fim de que se tornem protagonistas em processos coletivos de produção sustentável.	MDA	FEDERAÇÃO DAS CENTRAIS E UNIÕES DE ASSOCIAÇÕES DE PEQUENOS PRODUTORES	233700	136810	31/12/2009
27	BA	Proporcionar o desenvolvimento do potencial produtivo do município de Riacho de Santana procurando agregar valores aos produtos e capacitando as mulheres agricultoras rurais.	MDA	ASSOCIAÇÃO RIACHENSE DE ARTESÃOS	100021	50010,5	31/12/2009
28	MA	Assistência Técnica e Extensão Rural de forma diferenciada às mulheres trabalhadoras rurais que estão inseridas em municípios do Território do Baixo Parnaíba, alvo de ações convergentes da estratégia do Desenvolvimento Sustentável e de outros programas implementados pela COODESU.	MDA	COOPERATIVA DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	101221	46921	31/12/2009
29	BA	Contribuição para a formação de mulheres produtoras rurais organizadas em empreendimentos econômicos solidários.	MDA	ARCO SERTÃO/BA	197372,5	197372,5	19/01/2009
30	BA	Apoio formação capacitação e qualificação de mulheres para consolidar seus processos produtivos e gerenciais.	MDA	MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO MUNICÍPIO (*)	145500	145500	19/01/2009
31	PE	Promover a competitividade e sustentabilidade da produção de peças de artesanato de grupos de mulheres de bairros carentes de João Pessoa/PB.	MCT	GRUPO GESTÃO – PESQUISA, PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO SOC (*)	119330	119330	20/01/2009

32	ES	Oportunizar a formação de agricultores familiares mulheres e jovens trabalhadores rurais para o desenvolvimento de aco (*)	MDA	ASSOCIAÇÃO CHÃO VIVO	642912	642912	20/01/2009
33	PR	Realizar visitas de ATER e promover ATER para agricultores familiares estudantes e mulheres.	MDA	ASSOC REG DAS CASAS FAMILIARES RURAIS DO SUL DO BRASIL	1315935	1315935	12/01/2009
34	RJ	Apoio ao longa-metragem Luzes, Memória, Mulheres, Ação, na elaboração do roteiro e na produção de um vídeo promocional de 20 minutos. O documentário irá retratar a produção cultural feminina e a história das mulheres que contribuíram para a conquista de seus direitos e cidadania.	PR/SPM	CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS ECON E SOCIAIS CACES	100000	100000	31/12/2009
35	DF	Realizar a primeira edição do Festival Mulher em Cena. Apresentar durante os quatro dias do evento espetáculos de teatro, música, dança, literatura, exibição de filmes, para públicos de todas as idades, com enfoque na valorização da produção artística da mulher.	MINC	ARCANA – INSTITUTO DE ARTE E DESENVOLVIMENTO HUMANO	70000	70000	28/09/2009
36	MG	Na Noite do Griot 2009/2010 serão realizados 5 shows em BH e 1 show em Porto Seguro/BA, com a característica da tradição africana da oralidade. Os artistas convidados serão homens e mulheres afrodescendentes: Rappinhood, Elza Soares, Carlinhos Brown, Martin alia, Paulinho da Viola e Chico Cesar.	MINC	CENTRO CULTURAL CASA ÁFRICA C.C.C.A	198416	198416	23/10/2009
37	AL	Realização da sexta edição do festival cinematográfico FEMINA – Festival Internacional de Cinema Feminino, constituído de sessões de filmes e vídeos dirigidos por mulheres e/ou com temática feminina e fórum de debates, e contará com as seguintes atividades: – Mostra Competitiva Internacional de Longa e Curta-metragem – para filmes recentes dirigidos por mulheres, que deverão s (*)	MINC	INSTITUTO MAGNA MATER	25000	25000	16/06/2009

38	RJ	O Projeto Capoeira Angola: Resistência da Cultura Afro-Brasileira e a concretização da soma de interesses das organizações da sociedade civil que atuam no enfrentamento a toda manifestação de discriminação e desigualdade racial e de gênero na Baixada Fluminense e Região Metropolitana do RJ. A Casa da Cultura e a proponente do projeto criando para isso mecanismos para a implementação de um modelo de gestão (*)	MINC	CASA DA CULTURA CENTRO DE FORMAÇÃO ARTE E CULTURA DA BAIXADA FLUMINENSE	500000	500000	16/10/2009
39	RS	Promoção, valorização e estímulo a criação artístico e cultural entre jovens do campo, com a realização de oficinas, seminário e noites culturais, e publicação de material impresso. Participação de jovens camponeses, estudantes, homens e mulheres, de assentamentos da Reforma Agrária do RS.	MINC	INSTITUTO EDUCAR	307175	107586	03/08/2009
40	RJ	Pós-produção da quinta edição do festival cinematográfico intitulado FEMINA – Festival Internacional de Cinema Feminino, com o objetivo de gerar os seguintes produtos: – Relatório completo das atividades do Festival; – Edição de 5 Vídeos sobre as atividades do Festival, incluindo os debates, festa de abertura e encerramento; – Elaboração de clipping do evento; – Valoração da mídia espontânea.	PR/SPM	FUNDO ANGELA BORBA DE RECURSOS PARA MULHERES	70000	70000	22/12/2009
41	MT	Tradição e transmissão do conhecimento ritual feminino entre os Kuikuro do Alto Xingu.	MINC	ASSOCIAÇÃO INDÍGENA KUIKURO DO ALTO XINGU – AIKAX	104437,5	0	29/12/2009
42	MT	Realizar a quarta edição de Festival de Cinema com temática relativa ao universo feminino e suas relações, com duração de 05 dias, na Chapada dos Guimarães, Patrimônio Ambiental da Humanidade, em MS. O foco e a população da cidade, com 18.000 hab. (sendo 50% na zona rural), além de turistas, cinéfilos e universitários. As inscrições estão abertas a diretoras e diretores. Além da (*)	MINC	GRUPO SEMENTE – SEMEANDO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL	30000	30000	08/01/2009

43	RJ	O presente projeto visa elaborar metodologia e conteúdos de curso semipresencial, mediado pela Internet através da plataforma Moodle, para formação e qualificação de profissionais ligados à formulação, implementação e gestão de políticas públicas nas temáticas de gênero e relações etnicorraciais. Atividades do projeto “Desenvolvimento de conteúdos, nas temáticas de gênero e raça, que formem e qualifiquem profissionais.	PR/SPM	CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA EM SAÚDE COLETIVA	864000	864000	11/12/2009
44	RJ	Realização da primeira etapa do projeto “As Herdeiras Sufragistas”, que consiste no levantamento, pesquisa histórica e iconográfica em nível nacional e entrevistas com as mulheres políticas para subsidiar a produção da obra referencial “Dicionário Biográfico Ilustrado – As Herdeiras das Sufragistas.	PR/SPM	REDEH – REDE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	109016	109016	31/12/2009
45	SP	Os Seminários “A Mulher e a Mídia” tem por objetivo influenciar e monitorar os meios de comunicação de massa quanto ao seu papel nas mudanças de comportamento e mentalidades e capacitar integrantes dos movimentos feministas e de mulheres e gestores públicos sobre a temática de gênero e mídia. Uma das principais marcas dos Seminários “A Mulher e a Mídia” têm sido o incentivo ao confronto de ideias, visões e reflexões plu (*)	PR/SPM	INSTITUTO PATRICIA GALVÃO – COMUNICAÇÃO E MÍDIA	283534	283534	05/11/2009
46	DF	Contribuir para o fortalecimento do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, criado no âmbito da SPM/PR, por meio do monitoramento da produção jornalística brasileira no que se refere às questões de gênero e as mulheres, da transferência de metodologias de monitoramento e análise da cobertura jornalística a uma organização receptora da so (*)	PR/SPM	ANDI – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA	249892,5	371987,5	26/10/2009
47	RJ	Participação das mulheres, independente de orientação sexual, na XIV PARADA do Orgulho GLBT. Material de divulgação impresso confeccionado e divulgado; IV encontro do “Tem Mulheres na Parada”! ampliado e realizado; Ações do TEM MULHERES NA PARADA!!! Continuadas e fortalecidas. Material de Campanha pela Abolição da Violência contra a Mulher Homoafetiva elaborado, confeccionado e divulgado; Material com dat (*)	PR/SPM	MOVIMENTO D’ ELLAS	33818	3818	25/11/2009

48	RJ	Realizar o IV encontro “Tem Mulheres na PARADA”!!!; Colocar na XIV Parada do Orgulho GLBT do RJ o carro TEM MULHERES NA PARADA , trio elétrico decorado com acesso a cadeirantes e outras pessoas com deficiência de locomoção, cadeiras e acomodações para mulheres idosas, DJ com repertório nacional e música de ordem, microfone para pronunciamento das mulheres convidadas e participantes durante a concentração.	PR/SPM	MOVIMENTO D ELLAS	100000	100000	25/11/2009
49	SP	Objetivo ampliar e aprofundar o debate na mídia sobre a baixa representação política das mulheres nos espaços de poder e decisão. Serão realizadas diversas ações de sensibilização e mobilização de profissionais de comunicação e analistas políticos, que irão culminar na realização do evento “Mídia e Mais Mulheres no Poder”. A mobilização de analistas políticos sera realizada em parceria com (*)	PR/SPM	INSTITUTO PATRICIA GALVÃO – COMUNICAÇÃO E MÍDIA	170000	170000	31/12/2009
50	SP	Formação e capacitação de mulheres de setores populares e agentes sociais para o fortalecimento de sua participação política e construção de autonomia das mulheres.	PR/SPM	SOF – SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO DA FAMÍLIA	350000	350000	26/11/2009
51	SP	Fortalecimento político das mulheres dos mais diversos segmentos da sociedade, para atuarem nos espaços de poder. Objetivo específico 1. Promover curso de formação política para 300 mulheres de diferentes segmentos sociais (jovem, negra, sindicalista, GLBT, religiosa, dentre outras), nas cidades propostas; 2. Criar, no sítio eletrônico da UBM, um espaço para divulgar e multiplicar.	PR/SPM	UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES – UBM	150000	150000	12/11/2009
52	SP	A importância de realizar a pesquisa de opinião “Mulheres na Política” diz respeito à necessidade de se conhecer qual e a percepção da população e qual e sua opinião sobre: o crescimento da participação das mulheres nas disputas eleitorais; a necessidade de adoção de medidas legislativas para alcançar igualdade política entre homens e mulheres; a demanda por novas regras que promovam uma representação igualitária em (*)	PR/SPM	INSTITUTO PATRICIA GALVÃO – COMUNICAÇÃO E MÍDIA	148250	148250	08/07/2009

53	RS	Habilitar 1000 mulheres no RS para atuarem como multiplicadoras de informações relacionadas à questão dos direitos sexuais e reprodutivos dos adolescentes.	MS	FEDERAÇÃO DAS MULHERES GAÚCHAS	141400	141400	31/12/2009
54	PB	O projeto esta de acordo com os requisitos e orientações da Ação 2C52 (Programa 0156): Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços Especializados de Atendimento a Mulheres em Situação de Violência. Seu foco se dará na problemática da fragilidade na intersectorialidade das ações da rede de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência, ao pouco conhecimento desta rede e do fluxo de atendimento.	PR/SPM	CUNHA COLETIVO FEMINISTA	150000	150000	31/12/2009
55	RJ	Implantação de um Programa de Formação Semipresencial em Gênero e Diversidade, na Universidade do Estado do RJ – UERJ no âmbito do Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos do Instituto de Medicina Social, para 1.800 profissionais sendo: 1.000 vagas para o Curso de Qualificação Profissional, com carga horária de 236 horas, que atenderá o profissional com formação de nível médio e 800 vaga (*)	PR/SPM	CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA EM SAÚDE COLETIVA	1435508	1345600	23/12/2009
56	SP	Objetivo geral: Promover uma ampla Campanha Nacional de divulgação das Leis e Programas – SUS e PAISM que garantem o direito da Mulher à Saúde com ênfase nos Direitos da Gestante (Lei nº 11.634/07 dep. Luiza Erundina, que garante o direito à gestante atendida pelo Sistema Único de Saúde – SUS de conhecer e vincular-se a uma maternidade antes do parto) e ações do Pacto Nacional pela redução da morte materna e neonatal, (*)	PR/SPM	CONFEDERAÇÃO DAS MULHERES DO BRASIL	99940	99940	16/11/2009
57	RS	Alocação de recursos para execução do projeto INCT de Hormônios e Saúde da Mulher, processo CNPq no 573747/2008-3, coordenado por Poli Mara Spritzer, aprovado no âmbito do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia – Programa INCT.	MCT	FUNDAÇÃO MÉDICA DO RS	3933016,82	2595791,1	03/11/2009
58	DF	Cursos sobre roda de mulheres, oficinas de saúde integral da mulher e encontros sobre metodológicos para abordagens do tema saúde integral da mulher.	MS	ARCANA – INSTITUTO DE ARTE E DESENVOLVIMENTO HUMANO	400000	400000	20/01/2009

59	DF	Implementação de políticas de atenção à saúde da mulher – Política Nacional de Planejamento Familiar	MS	ANIS – INSTITUTO DE BIOÉTICA, DIREITOS HUMANOS E GÊNERO	599996	599996	15/01/2009
60	DF	Projeto ser mulher e ser feliz prevenir e se cuidar	MS	ASSOCIAÇÃO FAMÍLIA CIDADÃ – FC	250000	250000	15/01/2009
61	RJ	O curso tem por objetivo geral sensibilizar as mulheres no cárcere, presas e agentes de segurança – para problemas e direitos comuns e para as questões de gênero. Criar condições para que as alunas percebam como os preconceitos contra as mulheres funcionam em nossa sociedade, capacitando-as para a reflexão e construção de estratégias de enfrentamento e de luta pela efetivação de seus direitos. b) O (*)	PR/SPM	ASSOCIAÇÃO PELA REFORMA PRISIONAL	56956,5	0	16/12/2009
62	SP	Compreendendo a relevância de aprofundar os estudos sobre a mulher em cumprimento de pena com foco no Estado de SP – e possíveis aproximações comparativas à realidade portuguesa – a partir da compreensão das categorias sistema prisional feminino, mulher – condição feminina, família, exclusão e direitos humanos, o Núcleo de Estudos e Pesquisas da Complexidade, Ensino e Questões Metodológicas em Serviço.	PR/SPM	FUNDAÇÃO/SP	500000	500000	31/12/2009
63	ES	Capacitar para o enfrentamento à violência sobre as mulheres camponesas.	PR/SPM	ASSOC. DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO ES	172000	0	31/12/2009
64	PA	Contribuir para a redução da violência e contribuir para a melhoria das condições de vida das mulheres, em particular as mulheres negras, para a tomada de consciência em relação às questões de gênero e raça, e do Direitos Humanos Econômicos, Sociais e culturais e Ambientais, bem como os direitos reprodutivos, por intermédio da instrumentalização para a defesa dos direitos, através do processo de empoderamento destas (*)	PR/SPM	ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DO ILE IYA OMI ASE OFA KARE	323106,42	323106,42	31/12/2009

65	RS	Proporcionar, prioritariamente, às mulheres chefes de família e de baixa renda, em situação de violência, de desigualdades sociais e egressas do sistema penitenciário, a possibilidade de formação, aprendizagem e qualificação técnica profissional para os postos de trabalho na construção civil, propiciando seu empoderamento e autonomia econômica através da sua inclusão no mercado de trabalho e da geração de renda abra (*)	PR/SPM	ASSOCIAÇÃO VIVER E APRENDER	607976,35	607976,35	31/12/2009
66	RO	Ações informativas e educativas de prevenções à violência contra a mulher.	PR/SPM	MISSÃO KADOSH	250000	250000	31/12/2009
67	RJ	Refletir e sensibilizar sobre a questão do tráfico de pessoas e sua complexidade, apresentando as diversas abordagens sobre o tema. Qualificar para uma atuação em casos de tráfico de pessoas, mais especificamente em casos de tráfico de mulheres. Capacitar representantes de Conselhos de Direitos da Mulher e outros conselhos, Fóruns da sociedade civil e profissionais ligados à rede de atendimento à mulher das div (*)	PR/SPM	ORGANIZAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS – PROJETO LEGAL	369795,72	369795,72	31/12/2009
68	PE	A produção e veiculação de um programa de TV com 24 episódios, com 30 minutos de duração, veiculados durante 06 meses e que seja um forte instrumento de apoio às iniciativas de prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres, e ao mesmo tempo contribuir para a desconstrução das relações de Gênero. A Veiculação se dará através de emissora de TV de grande audiência no estado. O conteúdo será (*)	PR/SPM	CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUE DE CASTRO	379104	0	31/12/2009
69	RJ	Qualificar em áreas da construção civil mulheres vulneráveis economicamente, arrimos de família e vítimas de violência doméstica, para que tenham possibilidades de inclusão nas novas oportunidades de trabalho geradas pelo setor da construção civil, e ou organizarem-se em cooperativas, tendo condições de conquistar sua autonomia financeira e exercer sua cidadania.	PR/SPM	CENTRO ATIVO DE PROGRAMAS SOCIAIS	750000	750000	24/12/2009

70	RJ	Realizar campanhas preventivas para divulgar a Lei Maria da Penha; Divulgar o manual de enfrentamento à violência contra as mulheres; Mobilizar o maior número possível de mulheres de classes menos favorecidas; Realizar um evento de lançamento do projeto no mês de novembro homenageando as mulheres que fazem parte da luta pela defesa dos direitos das mulheres, contra todos os tipos de violência; Realizar um seminário (*)	PR/SPM	SOCIEDADE EDUCACIONAL E AÇÃO COMUNITÁRIA – SEAC	92000	92000	31/12/2009
71	SP	1) Realizar um concurso para a escolha de um símbolo (um logotipo) nacional pelo fim da violência contra as mulheres; 2) Realizar uma arte-mural de grafite sobre o tema em local de grande circulação de pessoas; 3) Promover um show com artistas populares e uma intervenção urbana surpresa pelo fim da violência contra as mulheres e 4) Difundir o logo, o mural e a intervenção urbana por meio das novas tecnologias de informação.	PR/SPM	CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR/SC	272000	272000	14/12/2009
72	RJ	Promover ações de prevenção e de enfrentamento à violência doméstica e sexual que meninas e adolescentes estão expostas, na perspectiva de gênero, fortalecendo a política local de proteção social especial, através do atendimento e promoção do protagonismo infanto-juvenil.	PR/SPM	MOVIMENTO DE MULHERES EM SÃO GONÇALO	149597,1	149597,1	15/12/2009
73	RJ	Criação de uma Rede de Radialistas Comprometidas com o Combate à Violência Contra a Mulher no RJ com a realização de uma ampla ação de comunicação para promover a prevenção à violência contra as mulheres. Esta rede será estabelecida com a sensibilização de mulheres comunicadoras populares através de seminário de capacitação em rádio com 40 mulheres e a produção de materiais i (*)	PR/SPM	CENTRO DE IMPRENSA ASSESSORIA E RÁDIO	123697	123697	25/11/2009
74	RJ	Este Convênio disponibilizará as condições necessárias para a solidificação da Coordenadoria Gênero, Cidadania e Direitos Humanos da Fundação Natureza, promovendo assim condições para a expansão do atendimento do serviço eletrônico “Teclê Mulher” à população que se constitui o seu público alvo. Para tanto, será preciso garantir os equipamentos necessário ao atendimento via Internet com 1 – Garantir o acesso à Internet (*)	PR/SPM	FUNDAÇÃO NATUREZA	184000	184000	11/12/2009

75	SP	Realização da reunião do Comitê de Direção da FDIM e III SOS África de 30 de novembro a 5 de dezembro, nos municípios de SP e Campinas/SP. Dentre os vários temas que serão debatidos durante o pleno do CD da FDIM, destacamos a avaliação da implantação das resoluções do último pleno do CD da FDIM realizado em novembro de 2008 em Atenas na Grécia e as ações estratégicas para o combate à violência contra a mulher.	PR/SPM	FEDERAÇÃO DEMOCRÁTICA INTERNACIONAL DE MULHERES	177080	177080	16/11/2009
76	RJ	GERAL: Este projeto objetiva capacitar diretamente 200 mulheres moradoras de 20 comunidades pobres do município do RJ na habilidade de debater e multiplicar nas comunidades-alvo através de atividades diversas, temas e questões relacionadas à violência contra mulheres de todas as idades, tendo como referência as leis, estudos, pesquisas e tratados nacionais e internacionais de proteção aos direitos da mulher.	PR/SPM	CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO COISA DE MULHER	100000	100000	27/11/2009
77	AL	A realização de um documentário e de uma exposição de fotografias para o projeto "Mulheres Diálogos" sobre Segurança Pública a ser desenvolvido em seis municípios brasileiros: Canoas/RS, SP/SP, Belo Horizonte/MG, Salvador/BA, Recife/PE e Belém/PA, para apresentação na I Conseg, como parte da contribuição da Secretaria de Políticas para as Mulheres nas discussões e soluções da questão da segurança pública n (*)	PR/SPM	INSTITUTO MAGNA MATER	281877,48	281877,48	02/06/2009
78	MG	Realizar a primeira edição do Projeto Caravana Diferente, que consiste na apresentação de uma peça teatral, a realização de uma oficina e uma palestra, (todas as atividades são gratuitas aos alunos), versando sobre violência contra a mulher Negra em cada cidade visitada, durante três meses; Fazer a realização da oficina e da palestra, para alunos de 6a a 9a série do ensino fundamental, em uma escola da rede pública.	MC	GRUPO TEATRAL DIFERENTE	14368,8	14368,8	29/01/2009
79	PE	Realização de simpósio para o engajamento de homens e meninos na promoção da igualdade de gênero e na redução da violência sexual e doméstica contra mulheres e adolescentes.	MS	INSTITUTO PAPAI	110000	110000	16/01/2009

80	DF	Sistematizacao da experiencia de atendimento de adolescentes vitimas de violacoes de direitos humanos em funcao de sua orientacao sexual e identidade de genero.	PR/ FNCA	CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE DO	225440	225440	04/12/2009
SUBTOTAL					29.796.321,00	26.495.189,83	
TOTAL DE CONVÊNIOS			T		22.010.458.703,44	13.156.194.858,02	
Nº DE CONVÊNIOS 22398 EM 2009							
%					0,14	0,20	

(*) Estas informações estavam incompletas na tabela original do site www.transparencia.gov.br, acessado no mês de janeiro de 2012.

ÁREAS	Nº DE CONVÊNIOS	%
Autonomia Econômica	33	41,3
Violência contra a Mulher	17	21,3
Cultura	9	11,3
Saúde	8	10,0
Poder	4	5,0
Mídia	2	2,5
Parada GLBT	2	2,5
Sistema Prisional	2	2,5
História	1	1,3
Educação/Formação	1	1,3
Direitos Humanos	1	1,3
Total	80	100,0

RELAÇÃO DE CONVÊNIOS PUBLICADOS EM 2010 SEGUNDO SELEÇÃO DE PALAVRAS CHAVES: mulher, gênero, feminin@, feminista, quebradeira, lésbica

		UF	Objeto_do_Convênio	Orgão_Superior	Convenente	Valor_Convênio	Valor_Liberado	Publicação
1	Autonomia Econômica	AM	Prestar Assistência Técnica e Extensão Rural para agricultores familiares (produtores rurais / agricultores, piscicultores, pescadores, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, índios, jovens e mulheres rurais) dos seis Territórios da Cidadania do Estado do Amazonas. Capacitação sistemática de técnicos e agricultores familiares.	MDA	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL	6739197	2707477,4	06/01/2010
2	Autonomia Econômica	AM	Fortalecer a organização produtiva das mulheres rurais, através de capacitação e assessoria técnica visando o manejo dos recursos naturais com geração de renda e agregação de valor à produção agroflorestal, em municípios da área dos Territórios da Cidadania: Manaus e Entorno e do Baixo Amazonas	MDA	INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AMAZÔNICO	162892	63172	20/01/2010
3	Autonomia Econômica	BA	Fortalecer as organizações produtivas das mulheres rurais através da capacitação e assistência técnica com vistas à constituição de sistemas de produção sustentáveis e segurança alimentar nos municípios de Presidente Tancredo Neves, Teolândia e Valença, no Território da Cidadania Baixo Sul na Bahia.	MDA	FASE FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSIST. SOCIAL E EDUCACIONAL	129576	44691	20/01/2010
4	Autonomia Econômica	BA	Prestar assistência técnica e extensão rural a grupos de mulheres agricultoras familiares, do Território Rural Portal do Sertão, no estado da Bahia, com perspectiva de contribuir na equidade nas relações de gênero, através do fortalecimento da gestão da produção e da comercialização com referência na consolidação de um projeto de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Solidário.	MDA	CENTRO DE APOIO AOS TRABALHADORES RURAIS DA REGIÃO DE FEIRA DE SANTANA/BA	134768	74608	18/01/2010

5	Autonomia Econômica	CE	O Projeto de Qualificação Profissional para o Comércio Varejista do CE tem como meta promover a qualificação de 1.000 participantes entre jovens, mulheres, baixa renda, desempregados de um modo geral, ou seja, públicos definidos como prioritários pela Resolução nº 575/2008, do CODEFAT.	TEM	FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS DE DIRIGENTES LOGISTAS DO CEARÁ	750500	750500	20/01/2010
6	Autonomia Econômica	CE	Apoio a inserção das mulheres na economia das Comunidades Pesqueiras.	MPA	FLOR DA TERRA ASSESSORIA, PROJETOS E PESQUISA	366612,22	96153,4	14/01/2010
7	Autonomia Econômica	CE	Prestar assistência técnica e extensão rural a mulheres trabalhadoras rurais dos Territórios Sertão Central e Inhamuns/Crateús, no CE, visando o fortalecimento de suas organizações produtivas, na perspectiva de sua inserção nas dinâmicas sociopolíticas e econômicas territoriais.	MDA	INSTITUTO DE ESTUDOS E ASSESSORIA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO	157028	108824	20/01/2010
8	Autonomia Econômica	CE	Fortalecer a organização produtiva de mulheres rurais por meio da sua capacitação para acesso as políticas públicas de apoio à agricultura familiar, segurança alimentar e de acesso aos mercados, na perspectiva da construção de sua autonomia nos Territórios da Cidadania do Sertão Central e Inhamuns-Crateús/CE.	MDA	INSTITUTO DE ESTUDOS E ASSESSORIA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO	157320	74481	20/01/2010
9	Autonomia Econômica	CE	Fortalecer as organizações produtivas das mulheres trabalhadoras rurais, através da capacitação e assistência técnica visando a promoção da autonomia econômica e a melhoria das condições de vida das mulheres nos municípios de Amontada, Apuiaries, General Sampaio, Iraucuba, Itapipoca, Itarema, Miraima, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Gonçalo do Amarente, São Luís do Curu, Tejucooca, Traiti, Tururu, Umirim e Urubur (*)	MDA	OSCIP – TERCON BRASIL	137795,5	57929,5	08/01/2010

10	Autonomia Econômica	CE	Prestar Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal para mulheres da etnia tremembe nos municípios de Itapipoca, Itarema e Acaraú/Ceará, afim de que possam realizar o desenvolvimento sustentável das áreas rurais que praticam a geração de trabalho e renda e a segurança alimentar.	MDA	FUND CULTURAL EDUCACIONAL POPULAR EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE	254054,5	165818	12/01/2010
11	Autonomia Econômica	CE	Prestar Assistência Técnica e extensão Rural às mulheres rurais dos municípios de Massap, Sobral, Forquilha, Santana do Acaraú, Canindé, Choró, Quixadá e Banabuiú, no estado do Ceará, através do fortalecimento de suas atividades produtivas e da organização destas em torno da agroecologia, com finalidade de contribuir para o protagonismo das mulheres e diminuição das desigualdades de gênero.	MDA	ESPLAR – CENTRO DE PESQUISA E ASSESSORIA	100650,5	100650,5	20/01/2010
12	Autonomia Econômica	DF	Promover desenvolvimento sociocultural das mulheres residentes na cidade de Santana/AP através de formação técnica profissional com valorização do associativismo proporcionando condição de inserção no mercado de trabalho através da construção de conhecimentos científicos e tecnológicos para o fomento produtivo local.	PR/SPM	INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL – IBEG	239400	79650	24/12/2010
13	Autonomia Econômica	DF	Mobilizar, articular os agentes de desenvolvimento territorial com a participação de dirigentes e assessor@s, lideranças sindicais, jovens e mulheres em Desenvolvimento e Territorialidade na perspectiva do fortalecimento e consolidação da estratégia de construção e redes de articulação e monitoramento das ações de desenvolvimento territorial e do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e (*)	MDA/CEF	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA	6499907,75	6499907,75	08/09/2010

14	Autonomia Econômica	DF	Fórum de Empoderamento da Mulher Tocantinense	MTUR	INSTITUTO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS – INEP	200000	200000	10/06/2010
15	Autonomia Econômica	DF	Fortalecer a organização produtiva de mulheres rurais e extencionistas através da prestação de assistência técnica e de capacitação, pautadas na agroecologia e na economia feminista e solidária, visando o empoderamento das mulheres nos Territórios da Cidadania das Águas Emendadas, Vale do Parna e Noroeste de Minas.	MDA	INSTITUTO 26 DE OUTUBRO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	634215	435419	20/01/2010
16	Autonomia Econômica	DF	Capacitar jovens rurais sobre práticas agroecológicas, relações de gênero e violência e sobre o programa de crédito fundiário.	MDA	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA JUVENTUDE RURAL – TERRA LIVRE	119898	39966	14/01/2010
17	Autonomia Econômica	ES	Fortalecer a organização produtiva de mulheres rurais através da capacitação e assistência técnica em atividades agrícolas e não agrícolas, nos municípios de Marechal Floriano, Domingos Martins – Alto Paraju e Linhares – Degredo, proporcionando o aprendizado mútuo destas atividades possibilitando a ascensão econômica e social das mulheres trabalhadoras rurais de baixa renda e contribuindo com a qualidade de vida no c (*)	MDA	INSTITUTO RAÍZES DA TERRA	149442	76304	19/01/2010
18	Autonomia Econômica	GO	Fortalecer as organizações produtivas das mulheres rurais, através de capacitação, intercâmbio em feiras com vistas à constituição de sistemas de produção sustentáveis e segurança alimentar no município de Itapuranga.	MDA	COOPERATIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR DE ITAPURANGA – COOPERAFI	111850,5	0	31/12/2010

19	Autonomia Econômica	GO	Apoio financeiro ao Projeto ASO – AXo: Vestimentas e Paramentos, para a realização de oficinas, visando a promoção do desenvolvimento de jovens mulheres da comunidade do quilombo de mesquita, por meio da consolidação dos processos de capacitação, de produção e de comercialização de produtos necessários à liturgia das religiões afro-brasileiras e das vestimentas afro.	MINC	CASA AFROCULTURAL E ASSISTÊNCIAL SÃO JORGE	56600	56600	15/01/2010
20	Autonomia Econômica	GO	Fortalecimento das Organizações produtivas de mulheres rurais através de capacitação e acompanhamento técnico em comercialização solidária feiras camponesas dos municípios de Niquelândia, Pirinópolis, Uirapuru, Crixas, Ipiranga de GO, Heitorai, Faina, Caldas Novas, Catalão, Ipameri, Orizona, Vianópolis, Uruana, Ouvidor, Três Ranchos, Davinópolis e Rio Quente do estado de GO. Abrangendo o Território da Cidadani (*)	MDA	ASSOC DOS MINIS E PEQ PROD RURAIS REGIÃO DO BARREIRÃO	195500	83500	20/01/2010
21	Autonomia Econômica	GO	Prestar assistência técnica e extensão rural a mulheres camponesas, dos municípios de Pirenópolis, Uirapuru, Crixas, Ipiranga de GO, Nova Glória, Heitorai, Faina, Uruana, Niquelândia, Catalão, Ipameri, Orizona, Vianópolis, Davinópolis, Ouvidor, Três Ranchos, Caldas Novas e Rio Quente, do estado de GO, com vistas a capacitação e sensibilização, em segurança e soberania alimentar e nutricional e gênero, com final (*)	MDA	CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES DE MINIS E PEQUENOS PRODUTORES RURAIS	245550	149760	19/01/2010

22	Autonomia Econômica	MA	Promover o fortalecimento da organização produtiva de mulheres rurais dos municípios dos Territórios da Cidadania Lençóis Maranhenses/ Munim (Axixa, Bacabeira, Barreirinhas, Cachoeira Grande, Icatu, Paulino Neves, Humberto de Campos, Primeira Cruz, Morros, Rosário, Presidente Juscelino e Santo Amaro) por meio da capacitação e assessoria técnica com enfoque nas relações de gênero, produção, economia solidária e política (*)	MDA	ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA TIJUPA	162484,72	122982,42	20/01/2010
23	Autonomia Econômica	MA	Prestar Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres rurais extrativistas e agricultoras familiares nos municípios de Bernardo do Mearim, Capinzal do Norte, Esperantinópolis, Igarape Grande, Joselândia, Lago da Pedra, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Lima Campos, Pedreiras, Poção de Pedras, Santo Antônio dos Lopes, São Luiz Gonzaga do MA, São Raimundo do Doca Bez, São Roberto, Trizidela do Vale, do Ter (*)	MDA	COMITÊ INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MÉDIO M (*)	239066	154343,5	20/01/2010
24	Autonomia Econômica	MG	O Instituto Educação e Cidadania – IEC há 6 anos vem desenvolvendo um trabalho socioeducativo PARA MUDAR O MUNDO em comunidades junto a crianças, adolescentes e mulheres em bairros da periferia Juiz de Fora/MG, através de oficinas de Artesanato, Informática, Música, Hip Hop, Bijuteria, Cinema, Alfabetização de Adultos, Rodas de Conversa, Culinária e Economia Solidária. Todas as atividades propostas são desenvolvidas (*)	PR/SPM	INSTITUTO EDUCAÇÃO E CIDADANIA	200000	200000	22/12/2010

25	Autonomia Econômica	MG	Fortalecer a organização produtiva das mulheres rurais através da formação e capacitação na gestão de recursos, produção, beneficiamento e comercialização, promovendo a manutenção de sistemas de desenvolvimento sustentáveis, bem como a segurança alimentar e a geração de renda complementar para os grupos inseridos no Território da Cidadania da Serra Geral/MG.	MDA	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PORTEIRINHA	110522	0	31/12/2010
26	Autonomia Econômica	MG	OBJETIVOS: Formar (100 pessoas – 50% de mulheres, 50% jovens homens Afrodescendentes) em Empreendimento Solidário, com objetivo de facilitar a compreensão em políticas públicas e Gestão de negócios, baseada em valores humanos, visando o planejamento e o fortalecimento das ações de solidariedade e cooperação para a inclusão produtiva das comunidades negra contempladas neste projeto, contribuindo para o desenvolvimento (*)	PR/SEPIR	COLETIVO DE EMPRESÁRIOS E EMPREENDEDORES AFRO-BRASILEIROS DE CÉLULA INCOMPLETA	128155,8	128155,8	05/08/2010
27	Autonomia Econômica	MG	Apoio técnico e/ou financeiro para a criação e/ou treinamento de mecanismos institucionais de políticas para as mulheres e dos conselhos estaduais e municipais de direitos da mulher; Realização de fóruns, eventos, seminários e outros encontros voltados para os organismos governamentais e não governamentais de política para as mulheres.	PR/SPM	INSTITUTO ACESSO	199997,6	83780	01/09/2010

28	Autonomia Econômica	MG	Fortalecer as organizações produtivas das mulheres rurais, através da capacitação e assistência técnica, visando a introdução de tecnologias de desenvolvimento de BASES (Base de Agricultura Sustentável e Empoderamento Econômico e Social) nos municípios do Vale do Urucuia e do Território da Cidadania do Noroeste de Minas.	MDA	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTAVEL DO VALE DO (*)	196079,4	101990,8	20/01/2010
29	Autonomia Econômica	PARA	Fortalecer a organização produtiva dos grupos de mulheres rurais, por meio de capacitação e assessoria técnica aos processos agroecológicos, de gestão e comercialização solidária, visando a sua articulação e fortalecendo seu protagonismo nos processos sociais, econômicos e ambientais, nos Territórios da Cidadania do Alto Acre e Capixaba, no estado do Acre; Manaus e Entorno, no Amazonas; Sul do Amapa, no Amapa; Centra (*)	MDA	FASE – FEDERAÇÃO DE ORGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL	874486	874486	21/01/2010
30	Autonomia Econômica	PB	Realizar formação e sensibilização para mulheres Agricultoras Familiares do Território do Curimatau. Apoiar a Base de Serviços e Comercialização (BSC II Fase) do Território do Curimatau e da Boborema. Viabilizar e apoiar a formação e as ações dos mobilizadores territoriais para o fortalecimento da caprinoovinocultura do Território, bem como a formação de agentes de desenvolvimentos sustentável em economia solidária.	MDA	CENTRO DE EDUCAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POPULAR	467451	467451	26/10/2010
31	Autonomia Econômica	PB	Apoio à implantação de espaço de comercialização para mulheres do cariri ocidental/PB.	MDA	CENTRO DA MULHER 8 DE MARÇO	161080	161080	16/09/2010

32	Autonomia Econômica	PB	Promoção do desenvolvimento sustentável através do fortalecimento organizacional e da geração de renda a partir de atividades produtivas nas áreas de aquicultura e meio ambiente nas Aldeias Acajutibiro, Caeiras e Vila São Miguel envolvendo jovens, mulheres e homens indígenas Potiguara.	MDA	AGEMTE - ASSESSORIA DE GRUPO ESPECIALIZADA MULTIDISCIPLINAR TECNOLÓGICO EM EXTENS	240394	240394	07/07/2010
33	Autonomia Econômica	PE	Implementar sistema de produção agrícola através da Tecnologia Social PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável visto os instrumentos de inclusão pela renda sustentável e inclusão pelo direito para os assentamentos com comunidades envolvendo homens, mulheres e jovens rurais nas áreas do INCRA nos estados de PE, Alagoas, RN e Ceará.	MDA	ASSOCIAÇÃO DE ORIENTAÇÃO ÀS COOPERATIVAS DO NORDESTE	593722	108743	19/08/2010
34	Autonomia Econômica	PE	Fortalecer a organização produtiva de mulheres rurais, através da promoção de intercâmbios, difusão de experiências e apoio as suas iniciativas de integração social e econômica, de forma a potencializar sua participação no desenvolvimento pesqueiro sustentável do estado de PE.	MDA	FUNDAÇÃO APOLONIO SALES DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	205320	205320	20/01/2010
35	Autonomia Econômica	PE	Prestar Assistência Técnicas e Extensão Rural a mulheres trabalhadoras rurais, visando a autonomia econômica, inclusão social e redução da pobreza, combatendo as discriminações, bem como as desigualdades de gênero, buscando o desenvolvimento sustentável e solidário no município de Orobo/PE.	MDA	COMUNIDADE SEMEANDO O FUTURO – COMSEF	116590	116590	11/01/2010

36	Autonomia Econômica	PE	Fortalecer a organização produtiva de mulheres rurais nos estados do Ceará, MA, PB, PE e Sergipe através da capacitação para o exercício pleno e consciente da sua condição de sujeito político-social e econômico.	MDA	MOVIMENTO DA MULHER TRABALHADORA RURAL DO NORDESTE	181638	163158	14/01/2010
37	Autonomia Econômica	PE	Capacitar mulheres rurais, executoras, executoras, técnicos, técnicas das entidades parceiras, gestores e gestoras do Programa Nacional de Crédito Fundiário e suas diretrizes, focando a incorporação das abordagens de gênero, raça e etnia de forma ampla, dinâmica e consistente, no Nordeste do Brasil.	MDA	MOVIMENTO DA MULHER TRABALHADORA RURAL DO NORDESTE	292474	139469	14/01/2010
38	Autonomia Econômica	PE	Prestar assistência técnica e extensão rural para mulheres, fortalecendo os processos organizativos e produtivos agroecológicos geradores de renda e de segurança alimentar e nutricional, com finalidade de contribuir para o protagonismo das mulheres e diminuição das desigualdades de gênero no Território da Cidadania do Araripe/PE.	MDA	CAATINGA	128742,6	71893,8	15/01/2010
39	Autonomia Econômica	PE	Gênero e Desenvolvimento Local Sustentável, o trabalho das Pescadoras de Itapissuma/PE	MPA	COLÔNIA DE PESCADORES Z-10	73000	73000	20/01/2010
40	Autonomia Econômica	PE	Ações para Consolidar a Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas para a Pesca e Aquicultura do MPA.	MPA	FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALES DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	174303	174303	20/01/2010

41	Autonomia Econômica	PE	Implantação de Oficinas socioprodutivas nas áreas de marcenaria, artesanato e produção de biscoitos, nas unidades de Garanhuns e São Joaquim do Monte e de oficina de costura para atender a comunidade feminina de Garanhuns, visando a promoção da inclusão produtiva de beneficiários de programas sociais.	MDS	OBRA SOCIAL N S DA GLORIA FAZENDA DA ESPERANÇA (*)	200000	200000	30/12/2010
42	Autonomia Econômica	PR	Realização de cursos profissionalizantes para as mulheres filiadas – UMP/PR, nas áreas de construção civil, para que através da qualificação profissional e formação política, venha inserir o gênero feminino nos processos produtivos da construção civil com reflexão crítica sobre a sociedade em que vivem.	PR/SPM	UMP/PR – UNIÃO POR MORADIA POPULAR DO ESTADO DO PR	31072	31072	02/07/2010
43	Autonomia Econômica	RJ	Contribuir para a formação política das mulheres que participam da Rede Cooperativa de Mulheres Empreendedoras no que se refere às relações Economia Solidária, Design e Comercialização, sob a Perspectiva de Gênero e Direitos Humanos, bem como promover a visibilidade dos seus empreendimentos.	PR/SPM	ASPLANDE – ASSESSORIA E PLANEJAMENTO PARA DESENVOLVIMENTO	91368,36	38536,43	23/12/2010
44	Autonomia Econômica	RJ	O Projeto Amendoeiras – Capacitação Profissional e Estímulo Cultural II tem o objetivo de capacitar mulheres egressas do sistema prisional, em situação de prisão e suas dependentes para criarem meios e instrumentos que as capacitem profissionalmente e culturalmente para a inserção no mercado de trabalho. 1. Capacitar profissionalmente 60 pessoas, entre mulheres egressas das (*)	PR/SPM	CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – COISA DE MULHER	309132	123336	23/12/2010

45	Autonomia Econômica	RJ	Capacitar profissionalmente 100 mulheres da periferia da Zona Norte do Estado do RJ no período de 8 meses.	PR/SPM	INSTITUTO RAIMUNDA ASTROGILDA DA SILVA	100000	100000	13/09/2010
46	Autonomia Econômica	RJ	O projeto Cooperativa Manga S/A é uma iniciativa que visa habilitação das beneficiárias diretas para a produção de serviços e produtos de excelência garantida para a cadeia produtiva de moda, que permita o aumento de geração de renda para as mulheres do morro da Mangueira e adjacências colaborando com o processo de profissionalização do empreendimento e sua sustentabilidade. Consolidará as atividades do empreendimento (*)	PR/SPM	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, SOCIAL E CULTURAL GERACA (*)	100000	80000	09/09/2010
47	Autonomia Econômica	RJ	O Projeto Coleção de Historias (...) visa a qualificação profissional e ao fortalecimento da consciência crítica e mentalidade empreendedora de 500 mulheres, prioritariamente negras, adultas, moradoras da comunidade da Cidade Alta e adjacências, com baixa escolaridade e, via de consequência, maior dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho. 50 dessas mulheres aprenderão técnicas de costura, bordado, corte (*)	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	AÇÃO COMUNITÁRIA DO BRASIL	99910	99910	28/05/2010
48	Autonomia Econômica	RJ	O objetivo é de favorecer o ingresso e a permanência de trabalhadores que se encontram fora do mercado de trabalho, como homens e mulheres desempregados de longa duração ou recentes, que buscam capacitação profissional para recolocação no mercado de trabalho; jovens em busca do primeiro emprego; trabalhadores com baixa escolaridade e trabalhadores de empresas incluídas em arranjos produtivos locais – APL's – e setores (*)	TEM	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTAVEL – A (*)	1501000	1501000	21/01/2010

49	Autonomia Econômica	RJ	Fortalecer a organização produtiva das mulheres quilombolas nos municípios de Camamu, Ituberá, Nilo Pecanha, Igrapiuna do Território da Cidadania Baixo Sul da Bahia, através da capacitação e assessoria técnica visando a ampliação de sua participação econômica na comercialização e nos espaços de controle social de políticas públicas.	MDA	KOINONIA – PRESENÇA ECUMÊNICA E SERVIÇO	200589	117489	06/01/2010
50	Autonomia Econômica	RN	Fortalecer a organização produtiva das mulheres rurais, a partir da formação e da comercialização dos produtos nas Feiras Territoriais e Estadual do RN.	MDA	GRUPO MULHERES EM AÇÃO	287736	287736	19/01/2010
51	Autonomia Econômica	RN	Contribuir com a melhoria das condições de vida das famílias Quilombolas que convivem com o Semiárido na Comunidade Negra do Jatoba, Território Sertão do Apodi no RN através do fortalecimento da Organização Associativa, da formação e organização das mulheres Quilombolas em processos de transição agroecológica.	MDA	NÚCLEO SERTÃO VERDE	141868	108172,75	20/01/2010
52	Autonomia Econômica	RN	Fortalecer a organização produtiva das mulheres rurais dos Territórios da Cidadania de Açú/Mossoro, Mato Grande e Sertão do Apodi, por meio da sua articulação em rede, capacitação e assessoria técnica com vistas a garantir a sua autonomia econômica e seu protagonismo na gestão da rede.	MDA	ASSOCIAÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA XIQUE-XIQUE	758165	414140	19/01/2010

53	Autonomia Econômica	RN	Prestar assistência técnica e extensão rural para mulheres do município de Maxanguarape no Território da Cidadania Mato Grande/RN visando o manejo sustentável das espécies da mata atlântica e da transição da agricultura tradicional para a agroecologia promovendo a autonomia econômica e a segurança alimentar de mulheres jovens pescadoras artesanais.	MDA	ASSOCIAÇÃO PARA EQUIDADE DE GÊNERO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL ZUL (*)	192086,5	152979	20/01/2010
54	Autonomia Econômica	RO	Promover ATER com ênfase no plano SAFRA, Programa de Aquisição de alimentos – PAA, qualificando para uso do crédito PRONAF e PRONAF Mulher, e capacitação em agroecologia e sistemas agroflorestais, gestão da produção, comercialização de produtos agrícolas e não agrícolas no Território da Cidadania Central, no estado de Rondonia, visando ao acesso das mulheres agricultores às políticas públicas, bem como possibilitar a (*)	MDA	ASSOCIAÇÃO PROMOCIONAL DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA ITAPIREMA D (*)	248749,93	166796,03	20/01/2010
55	Autonomia Econômica	RS	Formar multiplicadoras em temas de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e em acesso a políticas públicas relacionadas, buscando aperfeiçoar o conhecimento e as atividades agrícolas das mulheres camponesas e ampliar o acesso desse segmento aos programas federais, enquanto produtoras de alimentos.	MDS	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MULHERES CAMPONESAS	200000	200000	31/12/2010

56	Autonomia Econômica	RS	Temos como objetivo geral constituir um Empreendimento de Economia Solidária para 30 mulheres e potencializar (1) o fortalecimento da organização comunitária, (2) a geração de trabalho e renda para mulheres de baixa renda per capita, baixa escolaridade e situação de vulnerabilidade social, (3) a articulação interpessoal pautada na solidariedade e alteridade, (4) a partir do conceito de cuidado em saúde pública trabalh (*)	PR/SPM	SIND DOS TRAB NAS INDS MET MEC E DE MAT ELET DE PORTO ALEGRE	150000	80562,86	30/07/2010
57	Autonomia Econômica	RS	Fortalecer a organização produtiva de mulheres rurais, por meio de sua capacitação e assessoria técnica para a produção, beneficiamento, comercialização e gestão econômica, orientados pelas diretrizes do POPM, nos municípios de: Santa Maria do Herval, Taquara, Parobe, Santo Antônio da Patrulha, Caraa, Igrejinha, Rolante, Riozinho, Canela, Três Coroas, Sapiranga, Novo Hamburgo, Gramado.	MDA	INSTITUTO ECOPÓLIS	171790	109180	20/01/2010
58	Autonomia Econômica	RS	Fortalecer a organização produtiva das mulheres rurais através da capacitação e assistência técnica em produção e comercialização em rede de produtos com base ecológica biomineralizada das regiões Noroeste, Missões, Depressão Central, Sul, Grande Porto Alegre e do Litoral Norte do Estado do RS.	MDA	GUAYI	229194	0	18/01/2010

59	Autonomia Econômica	SC	Promover o desenvolvimento da piscicultura no Alto Vale do Itajaí, através da ampliação das ações de assistência técnica e extensão rural especializada, buscando contribuir com a melhoria na oferta de trabalho e renda e da qualidade de vida na propriedade rural familiar, otimizando a utilização dos recursos naturais e humanos, com o aumento das oportunidades de participação da mulher e do jovem na cadeia produtiva do (*)	MPA	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E APERFEIÇOAMENTO DO	765583	234090,2	31/12/2010
60	Autonomia Econômica	SC	Fortalecer a organização produtiva de mulheres trabalhadoras rurais, através da capacitação em comercialização, processamento, gestão da produção familiar e a inclusão das agricultoras nos processos de desenvolvimento nos estados de Rondonia, GO, BA, PE, PI, Al, SE, RN, ES PR, SC e RS.	MDA	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA CAMPONESA	844180	0	03/12/2010
61	Autonomia Econômica	SC	Fortalecimento da organização produtiva de mulheres rurais, em âmbito estadual, por meio de sua mobilização, capacitação e assessoria técnica para a produção, comercialização e gestão econômica. Linha A) Fortalecimento de grupos produtivos.	PR/SPM	ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE MULHERES CAMPONESAS DE SC	156080	66940	10/06/2010
62	Autonomia Econômica	SC	Promover a Assistência Técnica e Extensão Rural às mulheres agricultoras rurais dos municípios Alfredo Wagner, Angelina, Imbuia, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoca, São Bonifácio, Vidal Ramos/SC, visando a valorização do seu trabalho e seus saberes para a garantia da segurança alimentar e nutricional na agricultura familiar, bem como, identificar e apoiar iniciativas de geração de trabalho e renda.	MDA	CENTRO DE ESTUDOS E PROMOÇÃO DA AGRICULTURA DE GRUPO	101300	202600	20/01/2010

63	Autonomia Econômica	SE	Contribuir para o Desenvolvimento Rural Sustentável dos Territórios a partir do apoio ao fortalecimento da participação da juventude e das mulheres nos processos de Dinamização Econômica do Pré-Território Rural Sergipano e Acompanhamento e Estimulação da Dinamização Econômica de Empreendimentos Solidários dos Territórios do Alto Sertão, Sertão Ocidental, Baixo São Francisco e Sul Sergipano trabalhados no Projeto da (*)	MDA/CEF	ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL UM LUGAR AO (*)	1842095,5	1842095,5	29/12/2010
64	Autonomia Econômica	SE	Contribuir para o Desenvolvimento Rural Sustentável dos Territórios a partir do apoio ao fortalecimento da participação da juventude e das mulheres nos processos de Dinamização Econômica dos Territórios Rurais.	MDA	ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL UM LUGAR AO (*)	1025134	1025134	19/01/2010
65	Autonomia Econômica	SP	O projeto tem como finalidade, detectar através de pesquisas a incidência dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais nas mulheres trabalhadoras.	MS	CGTB – CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES DO BRASIL	499928	499928	21/12/2010
66	Autonomia Econômica	SP	Fortalecer a organização produtiva das mulheres rurais, através do apoio à produção, à comercialização e à capacitação, visando sua emancipação econômica, proporcionando o reconhecimento social e humano do seu trabalho, nos municípios de Cajamar, Franco da Rocha, Jandira e SP.	MDA	CENTRO DE EDUCAÇÃO ESTUDOS E PESQUISAS	107544,5	0	31/12/2010

67	Autonomia Econômica	SP	Promover estudo internacional, no âmbito dos países do MERCOSUL (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) a partir das entidades nacionais filiadas e amigas da FIDM, visando o estabelecimento de um panorama mundial da inserção da mulher no mercado de trabalho, especificação da autonomia econômica e cidadania conquistada através de sua inserção na ação produtiva, buscando as generalidades e as especificidades que marcam a participação feminina no século XXI e fornecendo subsídios para a ampli (*)	PR/SPM	FEDERAÇÃO DEMOCRÁTICA INTERNACIONAL DE MULHERES	50000	45590	10/09/2010
68	Autonomia Econômica	SP	Promover estudo internacional a partir das entidades nacionais filiadas e amigas da FIDM, visando o estabelecimento de um panorama mundial da inserção da mulher no mercado de trabalho, especificação da autonomia econômica e cidadania conquistada através de sua inserção na ação produtiva, buscando as generalidades e as especificidades que marcam a participação feminina no século XXI e fornecendo subsídios para a ampli (*)	PR/SPM	FEDERAÇÃO DEMOCRÁTICA INTERNACIONAL DE MULHERES	100000	91890	10/09/2010
69	Autonomia Econômica	SP	Promover estudo internacional a partir das entidades nacionais filiadas e amigas da FIDM, visando o estabelecimento de um panorama mundial da inserção da mulher no mercado de trabalho, especificação da autonomia econômica e cidadania conquistada através de sua inserção na ação produtiva, buscando as generalidades e as especificidades que marcam a participação feminina no século XXI e fornecendo subsídios para a ampli (*)	PR/SPM	FEDERAÇÃO DEMOCRÁTICA INTERNACIONAL DE MULHERES	200000	199290	10/09/2010

70	Autonomia Econômica	SP	Fortalecer a rede de trabalho das equipes da PMM no estado de SP, aprimorar a atuação e organização do trabalho das agentes e a organização e formação política das mulheres em situação de prostituição atendidas no estado de SP pela PMM para a luta por políticas públicas e por alternativas de geração de renda, além de criar estratégias de ação para o combate a violência cont (*)	PR/SPM	PASTORAL DA MULHER MARGINALIZADA	100000	100000	15/06/2010
71	Autonomia Econômica	SP	Produzir informações e organizar dados sobre as perspectivas e dificuldades das mulheres inseridas no mundo do trabalho, com vistas a subsidiar a elaboração de políticas públicas voltadas à eliminação da desigualdade de gênero no mercado de trabalho e na vida da mulher de forma geral; Produzir uma caracterização com dados qualitativos e quantitativos sobre as mulheres no mercado de trabalho brasileiro; Realiza (*)	PR/SPM	DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS	234106,2	234106,2	01/07/2010
72	Autonomia Econômica	SP	Capacitar por meio de oficinas 120 mulheres (40 assentadas rurais, 30 em situação de prisão e 50 lideranças comunitárias) na perspectiva das relações de gênero e inserção/ conhecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em situação de violência doméstica no município de Araraquara.	PR/SPM	ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE ENSINO	118680	79120	19/04/2010
73	Autonomia Econômica	SP	Fortalecimento das atividades econômicas do grupo de mulheres assentadas no P.A Engenho II, agregando valor aos seus produtos através da implantação de uma agroindústria.	MDA	FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SP JOSÉ GOMES DA SILVA	113781	113781	20/01/2010

74	Autonomia Econômica	SP	Fortalecer as organizações produtivas de mulheres rurais, através da capacitação e assessoria técnica, visando o desenvolvimento de produtos da sociodiversidade aliado a identidade territorial, a conservação ambiental, a segurança alimentar e a melhoria da qualidade de vida das famílias, nas comunidades localizadas no Baixo Rio Negro, Território da Cidadania Manaus e Entorno, estado do Amazonas.	MDA	IPE – INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS	106720	106720	19/01/2010
75	Autonomia Econômica	SP	Formação e capacitação de agentes multiplicadores de políticas públicas, com âmbito no Programa Nacional de Crédito Fundiário para mulheres – PNCF Mulher, buscando o desenvolvimento rural de agricultores e agricultoras em diversas regiões do estado de SP.	MDA	FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO	165840	85240	13/01/2010
76	Autonomia Econômica	SP	Desenvolver ações para o fortalecimento e ampliação do Colegiado de Desenvolvimento Territorial – Codeter do Pontal do PRpanema através da mobilização para inserção de novos segmentos (gênero, raça, juventude, pescadores), da gestão das instâncias estruturais do Codeter e gestão e qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.	MDA	MITRA DIOCESANA DE PRESIDENTE PRUDENTE	136790	136790	01/11/2010
77	Autonomia Econômica	TO	estruturação de sistemas produtivos de hortas, viveiros e pequenos animais, para prover o auto-sustento das usuarias da Comunidade Terapeutica Centro Feminino Nossa Senhora da Esperança, no município de Palmas-TO.	MDS	OBRA SOCIAL NOSSA S ^a DA GLÓRIA FAZENDA DA ESPERANÇA	100000	100000	31/12/2010

78	Cultura	AL	Capacitar 40 jovens de comunidades populares da cidade do RJ, envolvidos com a cultura Hip Hop, para inclusão em suas músicas dos temas do desenvolvimento sustentável e inclusão social a partir da implementação do Comperj. OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Realizar oficinas de produção musical com os temas de gênero, raça e desenvolvimento sustentável. Selecionar músicas para gravação de um CD que (*)	PR/SPM	INSTITUTO MAGNA MATER	302200	0	23/12/2010
79	Cultura	DF	Realização de LATINIDADES - FESTIVAL DA MULHER AFRO-LATINO AMERICANA E CARIBENHA 2010, acontecimento que objetiva sensibilizar as mulheres afrodescendentes para a importância da autodeclaração no censo com vistas a formulação de políticas públicas voltadas às mulheres negras da América Latina e Caribe.	PR/SEPIR	INSTITUTO DE PESQUISA E AÇÃO MODULAR – IPAM	200000	200000	10/11/2010
80	Cultura	DF	Realizar o Festival Mulher em Cena 2a. edição, nas cidades de Brasília/DF e Palmas/TO. Apresentar nos doze dias de festival espetáculos de teatro, música, circo, literatura, mostra de cinema, mesas redondas, oficinas e vivências artísticas para o público em geral, focando a produção artística da mulher.	MINC	ARCANA – INSTITUTO DE ARTE E DESENVOLVIMENTO HUMANO	600000	600000	03/08/2010
81	Cultura	DF	Realização de show com apresentação de 3 Bandas, demonstração de Fanzines e lançamento do Livro Mulheres do Rock no Teatro Dulcina de Moraes.	MINC	OSSOS DO OFÍCIO – CONFRARIA DAS ARTES	50000	50000	04/06/2010

82	Cultura	PE	Objetivo Geral: Realizar o IV FESTIVAL DO AUDIOVISUAL AÇÃO MULHER, na cidade do Recife, propiciando um panorama da produção audiovisual realizada por mulheres do Brasil, Portugal e países de África Lusófona e, dentro da mesma proposta, promover uma Mostra de Curta Metragem e Vídeos com premiação, para os três primeiros colocados por categoria, exposição fotográfica e mostra literária. Objetivos Específicos: 1)Propicia (*)	MINC	SOS CORPO – INSTITUTO FEMINISTA PARA A DEMOCRACIA	50000	50000	15/07/2010
83	Cultura	RJ	Realização do documentário DAMAS DO SAMBA, um filmem de 30', que vai abordar a participação das mulheres no samba, e será constituído das seguintes etapas: pre-produção, produção e filmagem, edição e finalização, divulgação.	PR/SPM	AÇÃO COMUNITÁRIA DO BRASIL	150000	120000	28/12/2010
84	Cultura	RJ	O objetivo deste projeto e a realização da quinta edição do festival cinematografico intitulado FEMINA – Festival Internacional de Cinema Feminino, constituído de sessões em cinema e vídeo de filmes dirigidos por mulheres, Fórum de debates e Conferências, que acontece anualmente. O FEMINA – Festival Internacional de Cinema Feminino contará com as seguintes atividades: – Festa de Abertura com a homenagem, seguida (*)	MINC	ASSOCIAÇÃO CULTURAL MUNDO BRASIL	50000	50000	15/07/2010

85	Cultura	RJ	Proposta sociocultural que se propõe a realizar um registro audiovisual de atividades e projetos de iniciativa das comunidades com o objetivo de identificar ações coletivas ou individuais que contribuem para a autoestima e o crescimento individual das mulheres através da linguagem e da produção cultural. O projeto Registro e Diálogos – Tecendo a Igualdade através da montagem de material em audiovisual e impress (*)	PR/SPM	SOCIEDADE EDUCACIONAL E AÇÃO COMUNITÁRIA – SEAC	92000	92000	30/06/2010
86	Cultura	RJ	O projeto Mulheres em Debate e uma iniciativa da Casa da Cultura Centro de Formação Artística e Cultural da Baixada Fluminense que visa a promoção da cidadania das mulheres com a proposta de atuar na implementação de mecanismos de proteção aos direitos da mulher e de promoção a igualdade entre homens e mulheres, fomentando a mudança nas relações de gênero marcadas ainda pelas desigualdades. Com este projeto, Mulheres em Debate (*)	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	CASA DA CULTURA CENTRO DE FORMAÇÃO ARTE E CULTURA DA BAIXADA FLUMINENSE	99992,4	99992,4	01/07/2010
87	Cultura	RJ	Proposta cultural que se propõe a realizar uma exposição fotográfica de mulheres com deficiência. O Projeto Imagem & Mulher em Foco tem como propósito promover a cidadania e a autoestima de mulheres com deficiência através de registro fotográfico, deflagrando sua beleza e sensualidade. Através da montagem de uma Exposição o projeto não se propõe a expor a imagem dessas mulheres partindo de seus possíveis processos (*)	PR/SPM	SOCIEDADE EDUCACIONAL E AÇÃO COMUNITÁRIA – SEAC	58390	58390	15/04/2010

88	Cultura	RS	Realizar um audiovisual em formato de curta-metragem documental, de excelente nível técnico e artístico, com duração de 15 minutos, mostrando o universo das mulheres que trabalham na construção civil, em quatro cidades do RS.	PR/SPM	ASSOCIAÇÃO VIVER E APRENDER	174800	150000	02/07/2010
89	Cultura	SP	Realizar a quinta edição do Festival de Cinema Feminino "Tudo Sobre Mulheres", na Chapada dos Guimaraes – Mato Grosso, tendo como público principal moradores, visitantes da cidade e turistas. Também estão previstas sessões em Cuiabá – Universidade Federal de Mato Grosso.	MINC	INSTITUTO SARAH BERNHARDT – ISB	50000	100000	20/07/2010
90	Cultura	SP	Implantar, nos Assentamentos Rurais da Alta Noroeste Paulista (10 municípios), projeto de Arte e Cultura denominado Arte e Cultura: economia criativa e o empoderamento da mulher do campo. O projeto terá como principais ações: oficinas de artesanato (enquanto meio de aproximação, articulação, possibilidade de geração de renda); oficinas de fotografia (enquanto ferramenta para a dialética do cotidiano olhar para o (*))	MINC	INSTITUTO DE EMPODERAMENTO SUSTENTÁVEL – IES	178000	178000	21/09/2010
91	Cultura	SP	I Restauração da memória e Recuperação do capital cultural das mulheres através da Classificação e Informatização do Acervo/ Biblioteca da Mulher com Formação de Educadores com Perspectiva de Gênero. a)Disseminação , difusão, democratização da informação sobre a vida, lutas e conquistas das mulheres. b)Formação de Educadoras com conhecimentos básicos em biblioteconomia e (*)	PR/SPM	CENTRO INFORMAÇÃO MULHER – CIM	176255	176255	18/03/2010

92	Cultura	SP	O ponto de partida deste projeto sera oferecer uma oficina de realização audiovisual conduzida por artistas das artes visuais e do audiovisual da cidade de SP para as adolescentes internas de uma unidade feminina da Fundação Casa – localizada na cidade de Guarulhos. A oficina tera como pressuposto a realização de um documentario com foco temático sobre os desejos e as possibilidades na construção da identidade.	PR/SEPIR	INSTITUTO DE CIDADANIA RAÍZES	100000	100000	28/10/2010
93	Direitos Humanos	SP	A Confederação das Mulheres do Brasil propõe fortalecer e qualificar a atuação de 300 adolescentes e jovens como promotoras dos direitos humanos.	MS	CONFEDERÇÃO DAS MULHERES DO BRASIL	359970	359970	30/12/2010
94	Educação	DF	Lazer e Gênero: Processo Educativo de Mulheres Negras – Empobrecidas e Políticas Públicas.	ME	UNIÃO BRASILENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA	33940	33940	08/01/2010
95	Educação	PR	Criar um espaço de discussão entre pesquisadoras e pesquisadores sobre a participação das mulheres no campo científico-tecnológico das universidades e institutos de pesquisa dos países iberoamericanos. 2. Visibilizar a participação feminina nas pesquisas científico-tecnológicas em todas as áreas do conhecimento, proporcionando novas discussões epistemológicas e críticas, provenientes tanto da crítica feminista da c (*)	PR/SPM	FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	70000	70000	31/03/2010

96	Esporte	SP	O projeto que aqui se apresenta propõe ações para a promoção e o estímulo da participação social no processo de construção da III Conferência Nacional do Esporte – CNE, a partir das Conferências Livres, a fim de que o processo atinja dois desafios principais: 1. Ampliação da participação social em todo o processo, a juventude, os trabalhadores, as mulheres, deficientes físicos etc; 2. Qualificação do debate, no sent (*)	ME	INSTITUTO VIA BR	297000	272000	10/05/2010
97	História	PE	Elaborar um vídeo documentário visando guardar a memória política da época da ditadura militar através de relatos e documentos das 24 mulheres ex-presas políticas na Colônia Penal feminina do Bom Pastor, entre 1969 e 1975, em Recife/PE, que se encontram hoje 14 anistiadas e 3 em processo de anistia.	MJ	MOVIMENTO TORTURA NUNCA MAIS – MTNM/PE	147000	147000	24/12/2010
98	História	RJ	Resgatar a longa trajetória que configura a inserção e resistência dos povos negros na história do Brasil com destaque especial para a participação das mulheres negras, ocultadas e silenciadas por uma historiografia oficial. Disponibilizar para jovens, alun@s e professor@s das escolas públicas, material histórico-cultural (em formato de gibi) de qualidade e crítico.	PR/SEPIR	REDEH – REDE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	558700	0	08/11/2010

99	Monitoramento	SP	O objetivo do projeto é fornecer subsídios para os trabalhadores monitorarem as ações de promoção de igualdade racial e de gênero no setor bancário. Os objetivos específicos deste projeto são: 1 – Revisão do Termo de Referência para pesquisas em Raça do IOS; 2 – Fomentar a aproximação entre os diversos agentes neste processo: Ministério do Trabalho e Emprego; Seppir; Contraf; Fenaban, Febraban; Movimento Negro; Mi (*)	PR/SPM	INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL	200000	200000	23/12/2010
100	Educação	SP	Reduzir as desigualdades raciais e promover uma cultura não discriminatória, de forma a assegurar a população – independentemente de sua cor ou raça – o exercício pleno de sua cidadania e melhores condições de vida. Ampliar as discussões sobre o combate ao racismo, o machismo e a pobreza com ênfase nas políticas de igualdade racial para as mulheres negras, juventude, liderança quilombola e religiosas.	PR/SEPIR	SOWETO ORGANIZAÇÃO NEGRA	100000	100000	05/11/2010
101	Mídia	SP	Realização do seminário “A Mulher e Mídia 7” para influenciar e monitorar os meios de comunicação de massa quanto ao seu papel nas mudanças de comportamento e mentalidades, na relação da mulher com o poder e capacitar integrantes dos movimentos feministas e de mulheres e gestores públicos sobre a temática de gênero e mídia. Uma das principais marcas dos Seminários “A Mulher e a Mídia” têm sido o incentivo ao confronto d (*)	PR/SPM	INSTITUTO PATRICIA GALVÃO – COMUNICAÇÃO E MÍDIA	237300	237300	08/11/2010

102	Mídia	SP	Produção de sugestões de pauta para imprensa a partir de dados e análises de pesquisas de opinião sobre a percepção de eleitores e eleitoras acerca de demandas de políticas públicas em áreas críticas da condição das mulheres, bem como sobre a percepção de eleitores e eleitoras acerca de atributos e trajetórias de candidatos e candidatas para a ocupação de espaços de poder.	PR/SPM	INSTITUTO PATRICIA GALVÃO – COMUNICAÇÃO E MÍDIA	100000	100000	28/05/2010
103	Mídia	SP	Oficinas de Capacitação em Comunicação e Mídia para Profissionais de Saúde que atuam na Atenção às Mulheres e Adolescentes em situação de Violência Doméstica e Sexual.	MS	INSTITUTO PATRICIA GALVÃO – COMUNICAÇÃO E MÍDIA	358600	119534	20/01/2010
104	Orientação Sexual	PE	Cursos para a sensibilização, capacitação e empoderamento de LGBT (Lesbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) a fim de combater o preconceito e a discriminação contra esta população em diversos espaços com ênfase para escolas, postos de saúde, repartições públicas, dentre outros.	MINC	MOVIMENTO GAY LEÕES DO NORTE	100000	100000	04/01/2010
105	Orientação Sexual	PR	Realizar o I Seminário Latino Americano e Caribenho de Mulheres Lésbicas e Bissexuais. Propiciar discussão sobre as situações de violência, enfrentadas pelas mulheres lésbicas e bissexuais das diferentes realidades socioculturais. Proporcionar formação política e teórico, prática sobre violência, violação de direitos, empoderamento, racismo, lesbofobia e bi (*)	PR/SPM	ASSOCIAÇÃO PRENSE DA PARADA DA DIVERSIDADE	80000	80000	20/01/2010

106	Orientação Sexual	PR	Promover o acesso a conhecimentos sobre manifestações culturais de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT, por meio do CEDOC – Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott.	MINC	ASSOCIAÇÃO PRENSE DA PARADA DA DIVERSIDADE	90054,4	0	02/09/2010
107	Poder	PE	Implementar processos de organização social e intercâmbio de membros das organizações e das redes sociais nos territórios, que fortaleçam a participação efetiva de jovens, mulheres e comunidades tradicionais nas instâncias dos colegiados territoriais, a partir de uma leitura e análise crítica da realidade, para efetivação da ampliação das políticas públicas e da democratização das estruturas de poder no Nordeste do (*)	MDA	ESCOLA DE FORMAÇÃO QUILOMBO DOS PALMARES	1125498,77	1125498,77	20/01/2010
108	Poder	RJ	O objetivo central da proposta e pesquisar a participação das mulheres no processo eleitoral de 2010, numa perspectiva de gênero. Para tanto é preciso compreender a interrelação entre: 1) O conhecimento do perfil do conjunto dos candidatos de ambos os sexos como deputad@s estaduais, federais, senador@s, governador@s e presidente, segundo dados fornecidos pelo TSE; 2) As diversas percepções do eleitorado sob (*)	PR/SPM	CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA EM SAÚDE COLETIVA	1000000	1000000	02/07/2010
109	Poder	SC	Desenvolver um processo de formação de lideranças para mulheres, para que estas possam efetivamente estar preparadas para assumir funções de direção e de atuação qualificada em espaços privados (organizações e movimentos sociais) e públicos (políticos e governamentais), numa perspectiva de maior equidade de gênero nas relações de poder; (*)	PR/SPM	CENTRO DE ELABORAÇÕES, ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS	100000	48975,8	20/12/2010

110	Poder	SP	Construir a base de capacitação das Promotoras Legais Populares, bem como as mulheres da sociedade no Curso de Capacitação sobre a Participação Feminina nos Espaços de Poder e Decisão, para atuarem na coleta de dados de uma pesquisa sobre a Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão.	PR/SPM	CENTRO DANDARA DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES	138000	122180	08/10/2010
111	Saúde	AM	Atenção Básica de Saúde Indígena, no âmbito do Distrito Sanitário Especial Indígena de Alto Rio Negro, através de atuação das Equipes Multiprofissionais de saúde do Programa de Saúde objetivando principalmente a redução da mortalidade infantil, a implementação de programas de combate e prevenção de agravos em saúde, como Tuberculose, Diabetes, Saúde da Mulher, DST/AIDS, Hipertensão e outras atividades existentes no PI.	MS	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DE ENFERMAGEM DE SÃO GABRIEL	7903295,6	7903295,6	17/06/2010
112	Saúde	DF	Esse projeto tem como uma de suas premissas possibilitar às mulheres a ele vinculadas e ao público-alvo em potencial, mediante um processo de educação e formação permanente, intervir em políticas públicas que promovam vidas sexuais e reprodutivas mais saudáveis tanto para homens como para mulheres que combatam as inequidades e as desigualdades de gênero, considerada a diversidade entre as mulheres, e as desigualdades.	PR/SPM	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM	100000	77000	05/07/2010
113	Saúde	DF	Pesquisa sobre gênero e produção de vídeo documentário sobre o enfrentamento da terminalidade da vida por mulheres acometidas por cânceres.	MS	ANIS – INSTITUTO DE BIOÉTICA, DIREITOS HUMANOS E GÊNERO	206986,39	0	27/01/2010

114	Saúde	PE	Ampliar as práticas de Gestão Participativa, de Controle Social e de Educação em Saúde em Orobo, contribuindo para o melhor desempenho da política pública de saúde, por meio de ações de educação popular em saúde junto a grupos de mulheres e homens, idosos e adolescentes/jovens trabalhador@s rurais/agricultor@s familiares/ assentad@s. Objetivos Específicos: 1. Colher e disponibilizar dados, informações e (*)	MS	COMUNIDADE SEMEANDO O FUTURO – COMSEF	120000	0	20/01/2010
115	Saúde	RJ	Capacitação e supervisão de unidades hospitalares de atendimento obstétrico em rotina de atenção humanizada a mulheres em situação de abortamento, segundo requisitos e procedimentos das normas técnicas do MS.	MS	IPAS BRASIL	238061	0	20/01/2010
116	Saúde	RS	Articular, mobilizar e capacitar 750 mulheres das áreas da saúde, educação, assistência social e comunitária para atuarem com adolescentes, visando orientar quanto os seus direitos sexuais e reprodutivos.	MS	FEDERAÇÃO DAS MULHERES GAÚCHAS	198000	198000	30/12/2010
117	Saúde	SP	Contribuir para a humanização do atendimento à saúde, estimulando o enfrentamento das discriminações contra as mulheres negras. Incentivar o controle social de Política Nacional de Saúde Integrada da População Negra, no processo de formação e educação das mulheres negras usuárias do sistema de saúde, num esforço para superar os fatores que determinam as expressões de maior vulnerabilidade.	PR/SEPIR	UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES – UBM	100000	100000	17/12/2010

118	Saúde	SP	a - Objetivo geral: Contribuir para a redução de mortes maternas evitáveis, divulgando juntos às mulheres gestantes e profissionais da saúde a Lei nº 11.634/2007. b - Objetivo específico: 1. Fazer levantamento junto aos profissionais de saúde e gestantes, visando avaliar o conhecimento sobre a Lei nº 11.634/2007, que garante o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação a maternidade onde receberá assistência no (*)	PR/SPM	UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES – UBM	50000	40000	13/12/2010
119	Saúde	SP	Levantamento da situação da saúde das mulheres presas em relação a: detecção precoce e tratamento do câncer cervico-uterino e de mama; assistência a anticoncepção; diagnóstico e tratamento das DST/AIDS: assistência ao pré-natal, parto e puerperio e; ações educativas sobre as mesmas.	MS	CENTRO DE APOIO À FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA UNIVERSIDADE (*)	275650	0	28/01/2010
120	Saúde	SP	Promover a Humanização do Parto – Parto Humanizado – Respeito à Mulher.	MS	CONFEDERAÇÃO DAS MULHERES DO BRASIL	263658	131829	20/01/2010
121	Saúde	SP	Avaliar o processo e o impacto de uma intervenção cujo propósito e que os hospitais brasileiros deem atendimento integral às mulheres que sofrem violência sexual, de acordo com a Norma Técnica do MS. Nesse processo serão realizadas as seguintes ações: Monitorar o progresso alcançado pela intervenção quanto a oferta de atendimento integral a mulheres que sofrem violência sexual, incluindo a oferta (*)	MS	CEMICAMP — CENTRO DE PESQUISAS EM SAÚDE REPRODUTIVA DE CAMPINAS	1177728,37	137543,36	20/01/2010
122	Saúde	SP	Promoção dos direitos sexuais e reprodutivos dos adolescentes, em particular das adolescentes do sexo feminino, que estão cumprindo medida socioeducativa restritiva de liberdade em todo o território nacional.	PR/SDH	ECOS – COMUNICAÇÃO EM SEXUALIDADE	100000	100000	29/12/2010

123	Saúde	SP	Avaliação da Capacitação de Lideranças Femininas em Controle Social de Políticas Públicas de Saúde – Acompanhamento e Avaliação das Agentes de Controle Social Capacitadas pela CMB.	MS	CONFEDERAÇÃO DAS MULHERES DO BRASIL	300000	150000	20/01/2010
124	Violência contra a Mulher	DF	Produção de Caderno Temático, para publicação, sobre as discriminações sofridas pelas diferentes etnias femininas e pela violência física, psicológica e moral flagrante em suas vidas. Forças e palavras reunidas em prol da luta em defesa das mulheres, dentro das ações públicas fornecidas pela SEPPIR.	PR/SEPIR	CENTRO DE REFERÊNCIA, ESTUDOS E AÇÕES SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	100000	100000	05/08/2010
125	Violência contra a Mulher	DF	Apoiar ações educativas referentes à divulgação e implementação da Lei Maria da Penha, visando a efetivação dos direitos a prevenção, combate e enfrentamento da violência contra as mulheres trabalhadoras rurais, em 5 municípios rurais das cinco regiões do país. A proposta e dar prosseguimento às ações desenvolvidas no período de 2007 a 2008, pela SNMTR/Contag, com o apoio da SPM/PR, po (*)	PR/SPM	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA	175650	150000	21/01/2010
126	Violência contra a Mulher	MG	Promover o debate sobre Violência de gênero e contribuir para a promoção da igualdade de gênero e raça/etnia nas comunidades, visando a formação de multiplicadores na construção de atitudes e ações de enfrentamento à violência contra mulheres e no exercício do controle social das políticas públicas.	PR/SPM	O MOVIMENTO DO GRAAL NO BRASIL	149988	99500	29/12/2010

127	Violência contra a Mulher	MG	Este Projeto sera desenvolvido a partir de dois aspectos fundamentais: 1) a divulgação e a formação das mulheres no que tange a Lei Maria da Penha; 2) o enfrentamento a feminização da AIDS e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.	PR/SPM	ALÉM - ASSOCIAÇÃO LÉSBICA DE MINAS	366565	366565	21/01/2010
128	Violência contra a Mulher	PR	Promover a garantia de direitos de mulheres em situação de violência por meio do fortalecimento das Redes de Atendimento e Proteção à Mulher em Situação de Violência, da capacitação de agentes sociais, mobilização de lideranças comunitárias e da disseminação de informações para a população, nos municípios PRenses Almirante Tamandaré, Fazenda Rio Grande, Piraquara, Colombo e Curitiba.	PR/SDH	INSTITUTO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS – IDDEHA	349900	497700	06/07/2010
129	Violência contra a Mulher	RJ	Levar diretamente a 200 mulheres moradoras de 20 comunidades do município do RJ temas, discussão e ações de prevenção à violência contra as mulheres através de oficinas, encontros e seminários de forma a facilitar o acesso destas mulheres ao exercício de seus direitos, ajudando-as a enfrentar a violência generalizada contra elas praticada. Específicos: Mobilizar e capacitar 200 mulheres.	PR/SPM	CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – COISA DE MULHER	150000	150000	22/10/2010
130	Violência contra a Mulher	RJ	O Projeto Proteção aos Direitos Humanos da Mulher e a concretização da soma de interesses de 16 organizações sociais que atuam no enfrentamento a toda manifestação de violência e opressão à mulher na Baixada Fluminense e Região Metropolitana do RJ. Este processo de planejamento e articulação foi iniciado no segundo semestre de 2008 e culmina com a formulação desta proposta e de uma agenda de ações conjuntas.	PR/SPM	CASA DA CULTURA CENTRO DE FORMAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL DA BAIXADA FLUMINENSE	143990,82	143990,82	02/07/2010

131	Violência contra a Mulher	RJ	Implantação da fase inicial de um Serviço de educação e responsabilização para homens autores de violência de gênero no município do RJ.	MS	INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIAO – ISER	144993,9	144993,9	28/01/2010
132	Violência contra a Mulher	RN	O convênio realizado a partir da projeto Oficinas de Cidadania: aprendendo e reaprendendo a construir a vida sem violência, tem como objeto atuar junto às mulheres em situação de prisão para sensibilização nas questões da violência sexista através de oficinas artísticas visando a construção de uma identidade de cidadã mulher e a intervenção transformadora do espaço prisional, além da capacitação e qualificação de p (*)	PR/SPM	ORGANIZAÇÃO FEMINISTA BANDEIRA LILÁS	149760	119327	02/07/2010
133	Violência contra a Mulher	RN	Implementar ações e projetos educativos e culturais que visem a prevenção da violência contra a mulher, que articuladas conjuntamente, e que prescindindo da efetivação de parceria com escolas, grupos de teatro, Fórum de Mulheres do RN e veículos de comunicação de massa, possam fomentar a crítica e reflexão para a mudança das práticas culturais que reproduzem a violência contra as mulheres, gerando processos de mobili (*)	PR/SPM	COLETIVO LEILA DINIZ – AÇÕES E CIDADANIA E ESTUDOS FEMINISTAS	110000	110000	11/03/2010
134	Violência contra a Mulher	RS	Articular e mobilizar os diversos segmentos da sociedade na conscientização e na proposição de ações afirmativas para proteger a mulher da violência familiar e doméstica, com medidas de preservação da integridade física e psicológica da mulher agredida.	PR/SPM	FEDERAÇÃO DAS MULHERES GAÚCHAS	100000	100000	11/06/2010

135	Violência contra a Mulher	SP	Avaliar a situação atual do atendimento às mulheres que sofrem violência sexual nas delegacias especializadas de atendimento a mulher no Brasil – DEAMs. Descrever os procedimentos adotados e o fluxo de atendimento às mulheres vítimas de violência sexual nas DEAMs – Identificar o conhecimento, atitude e prática dos profissionais das DEAMs em relação ao atendimento e orientação dados sobre a interrupção da gestação a (*)	PR/SPM	CEMICAMP – CENTRO DE PESQUISAS EM SAÚDE REPRODUTIVA DE CAMPINAS	119273,8	119273,8	02/07/2010
136	Violência contra a Mulher	SP	Fortalecer o protagonismo das mulheres buscando garantir a implementação da Lei Maria da Penha e, ao mesmo tempo, contribuir para o exercício do controle social sobre a veiculação de conteúdos discriminatórios na mídia. Objetivo específico: 1. Promover seminários de formação para 50 mulheres de diferentes segmentos sociais (jovem, negra, sindicalista, GLBT, religiosa, dentre outras),	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	UNIAO BRASILEIRA DE MULHERES-UBM	600000	200000	02/07/2010
137	Violência contra a Mulher	SP	Acoes de prevenção e combate a violencia contra a mulher. - Oficina de formação em genero e linguagem cinematografica para as promotoras legais do estado de sp; - produção de um documentario sobre a imagem da mulher na mídia e sua relação com a violencia contra a mulher.	PR/SPM	ASSOCIAÇÃO CENTRO CINECLUBISTA DE SP	200000	180000	02/07/2010
						55.389.887,53	41.886.831,29	
	TOTAL		37296 CONVÊNIOS			25.687.257.788,37	10.956.302.331,41	
	%					0,22	0,38	

Fonte: www.transparencia.gov.br

(*) Estas informações estavam incompletas na tabela original do site www.transparencia.gov.br, acessado no mês de janeiro de 2012.



Sobre o uso do símbolo @ no conteúdo desta publicação:

“Neste texto, (...) quando queremos reforçar que determinada informação ou dado se refere a mulheres e a homens, utilizamos o recurso do sinal @ para designar esse conjunto, não incluindo as mulheres no masculino, como é comum se fazer na Língua Portuguesa. Por exemplo, ao escrevermos candidatos para nos referirmos às mulheres e aos homens (...), grafamos a palavra desta forma, candidat@s, utilizando o sinal @ para designar os universos que incluem mulheres e homens. Assim, deixamos de usar o masculino como sinônimo de humano. (...) Muitas vezes a utilização da @ pode causar estranheza, ou mesmo incômodo. Mas entendemos que essa estranheza é positiva, pois nos tira do lugar comum e nos induz a pensar e, talvez, adotar outras posturas”.

MIGUEL, Sônia. (2000), A Política de Cotas por Sexo: um estudo das primeiras experiências no Legislativo Brasileiro. CFEMEA, Brasília.

